

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL**

DILCEANE CARRARO

**PARA ALÉM DAS FRONTEIRAS VIRTUAIS:
EZLN E CMI – Caminhos de uma Nova Práxis Política**

DEPTO. SERVIÇO SOCIAL
DEFENDIDO E APROVADO
EM: 03/03/08


Rosana Maria Gaio
Depto de Serviço Social / CSE

FLORIANÓPOLIS

2007/2

DILCEANE CARRARO

**PARA ALÉM DAS FRONTEIRAS VIRTUAIS:
EZLN E CMI – Caminhos de uma Nova Práxis Política**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Simone Sobral Sampaio

FLORIANÓPOLIS

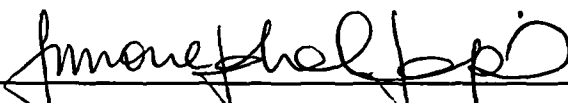
2007/2

DILCEANE CARRARO

**PARA ALÉM DAS FRONTEIRAS VIRTUAIS:
EZLN E CMI – Caminhos de uma Nova Práxis Política**

Trabalho de conclusão de Curso aprovado como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social, de acordo com as normas do Departamento de Serviço Social, da Universidade Federal de Santa Catarina.

BANCA EXAMINADORA:



Prof.ª. Dr.ª. Simone Sobral Sampaio

**Departamento de Serviço Social – Universidade Federal de Santa Catarina
Orientadora**



Prof.ª. Dr.ª. Maria Teresa dos Santos

**Departamento de Serviço Social – Universidade Federal de Santa Catarina
1º Examinador**



Prof.ª. Msc. Elaine Tavares

**Instituto de Estudos Latino-Americanos – Universidade Federal de Santa
Catarina
2ª Examinadora**

Florianópolis, Março de 2008.

AGRADECIMENTOS

Aos que fazem sentido e dão sentido...

Amada Cleci, mãe e companheira incondicional. Reconhecimento pelo sonho compartilhado e pela dedicação para essa jornada se concretizar. Sou porque tu és, e o teu amor é minha inspiração.

Dalvana, alegria, felicidade e amizade. Que o tempo te mostre os sentidos com sutileza.

Amigas incondicionais Lia, Mirella, Nara, Juci e Dani: todo o amor que houver nessa vida pra vocês, simplesmente *amo*.

Lia: ternura e fortaleza, agora longe, mas ainda perto, bem perto.

Mirella: espero dar mais felicidade, sempre. Obrigada!

Nara: forte e frágil se complementam em você.

Juci: alegria contagiante, cuidado e afeto.

Dani: amizade terna e tudo por vir.

Às noites em claro (que foram muitas) e todos os momentos compartilhados com todas e com cada uma, discutindo a revolução, a realidade, o abstrato e aquelas outras coisas. Sou uma parte constitutiva desse nosso SER.

Amiga Patrícia, pelo sono sacrificado em muitas noites e mesmo assim, sempre palavras de carinho.

Orientadora Simone, pela dedicação, tolerância e compreensão. Sincera gratidão.

Malu e Nilza, pelo despertar do interesse em pesquisa na área das tecnologias, pelos três anos de convivência e pela amizade.

Observatório Latino-Americano, por *latinoamericanizar* o debate.

Companheiros do CALISS que compartilharam da luta e formação política e, sobretudo, àqueles que apesar das contradições conseguem forças para resistir e lutar.

E a todos os demais que inspiram a ousadia do cotidiano e respiram a certeza de um novo sol, dedico as palavras de Quintana:

E sem nenhuma lembrança

Das outras vezes perdidas,

Atiro a rosa do sonho.

“Quando nada parece dar certo,
eu olho o cortador de pedras
martelando sua rocha
talvez cem vezes sem que nem
uma só rachadura apareça.
No entanto, na centésima primeira martelada,
a pedra se abre em duas,
e eu sei que não foi aquela a que conseguiu,
mas todas as anteriores”

(Jacob Riis)

RESUMO

CARRARO, Dilceane. **Para Além das Fronteiras Virtuais: EZLN E CMI – Caminhos de uma Nova Práxis Política.** 68f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) Universidade Federal de Santa Catarina, 2007.

O presente Trabalho de Conclusão de Curso resulta de uma análise da utilização das tecnologias de informação e comunicação – TIC, em especial da Internet, feita pelo movimento Exército Zapatista de Libertação Nacional – EZLN de Chiapas no México e do Centro de Mídia Independente – CMI no Brasil, procurando dimensionar em que medida a utilização destas, enquanto ferramenta política, pode configurar um elemento de luta e resistência. Dado o desgaste das formas tradicionais de organização de classe, é emergente pensar criticamente os novos elementos que compõe a luta anti-capitalista, pois, supõe-se que as formas renovadas de exercer pressão política podem caracterizar novos paradigmas de resistência à dominação capitalista e alternativa de transformação. Metodologicamente, a investigação que se pretende desenvolver versará uma sistemática de análise dialética-materialista, inicialmente analisando o modo de produção capitalista, sua constituição enquanto sistema global de acumulação e a configuração histórica dos determinantes econômicos, políticos e sociais visando compreender a inserção política daqueles movimentos, suas formas de atuação e as possibilidades históricas que levam a incorporação das inovações tecnológicas em sua luta. O procedimento para coleta dos dados para a parte da pesquisa que trata dos movimentos é a busca em meio eletrônico, em bancos de dados disponíveis pela internet. De modo geral o estudo permite concluir a centralidade da utilização das tecnologias de informação e comunicação, em especial a internet, tanto pelo EZLN quanto pelo CMI, haja vista que objetivam conceder uma dimensão mundial à resistência anti-capitalista, cujas contradições já estão suficientemente universalizadas.

Palavras-chave: Tecnologias de informação e comunicação; Luta anti-capitalista;

LISTA DE ABREVIações

AGP – Ação Global dos Povos

ALCA – Área de Livre Comércio das Américas

CMI – Centro de Mídia Independente

EUA – Estados Unidos da América

EZLN – Exército Zapatista de Libertação Nacional

FEM – Fórum Econômico Mundial

FMI – Fundo Monetário Internacional

FSM – Fórum Social Mundial

G8 – Grupo dos sete países mais ricos do mundo (Estados Unidos, Reino Unido, Alemanha, França, Itália, Canadá, Japão) e a Rússia

IMC – Independent Media Center

OMC – Organização Mundial do Comércio

TIC – Tecnologias de Informação e Comunicação

TLC – Tratado de Livre Comércio

LISTA DE SÍTIOS ELETRÔNICOS

Exercito Zapatista de Libertação Nacional

<http://www.ezln.org.mx>

<http://enlacezapatista.ezln.org.mx>

<http://zeztainternazional.ezln.org.mx>

<http://palabra.ezln.org.mx>

http://zeztainternazional.ezln.org.mx/?page_id=21

Centro de Mídia Independente

<http://www.midiaindependente.org>

<http://www.indymedia.org>

<http://seattle.indymedia.org>

<http://satellite.indymedia.org/>

<http://www.indymedia.ie/gallery>

<http://docs.indymedia.org/view/Global/FrequentlyAskedQuestionEn>

<http://chiapas.indymedia.org>

Demais movimentos

<http://www.nadir.org/nadir/initiativ/agpl/>

<http://www.forumsocialmundial.org.br>

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 CONTRADIÇÕES POLÍTICO-ECONÔMICAS DO CAPITALISMO NA CONTEMPORANEIDADE: O CENÁRIO DA INSURGÊNCIA.....	11
2.1 CAPITALISMO E PROCESSO HISTÓRICO DE ACUMULAÇÃO	12
2.2 TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NA SOCIEDADE CAPITALISTA	19
3 TRANSFORMAÇÕES CONTEMPORÂNEAS DAS FORMAS DE LUTA E RESISTÊNCIA	26
3.1 CAPITALISMO E RESISTÊNCIAS	26
3.2 A INCORPORAÇÃO DAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NA LUTA ANTI-CAPITALISTA	36
4 MOINHO TECNOLÓGICO E MOVIMENTOS DE LUTA E RESISTÊNCIA.....	43
4.1 RESISTÊNCIA E LUTA ZAPATISTA: DIGNIDADE, ESPERANÇA E TECNOLOGIA.....	43
4.2 <i>SEJA A MÍDIA</i> : CENTRO DE MÍDIA INDEPENDENTE.....	49
4.3 A ARTE DA RESISTÊNCIA: INFORMAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO	53
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	58
REFERÊNCIAS.....	64
ANEXOS	69

1 INTRODUÇÃO

A conjuntura atual coloca desafios mais complexos para a concreta superação do conservadorismo no serviço social, no que se refere ao compromisso profissional com a classe trabalhadora, já que, a acumulação de capital em escala ampliada afasta cada vez mais o horizonte da efetiva equidade e justiça social, à medida que negligencia necessidades e direitos sociais humanamente reconhecidos e historicamente conquistados.

Considerando as particularidades que o sistema capitalista periférico assume na América Latina e o conseqüente agravamento das condições de reprodução material da existência de grande maioria dos povos latino-americanos, é mister afirmar que somam-se à racionalidade econômica vigente dificuldades estruturais para a concretização necessária de um projeto coletivo no âmbito do Estado capitalista dependente.

Nesse sentido, é emergente pensar criticamente os novos elementos que compõe a luta anti-capitalista, pois dado o desgaste das formas tradicionais de organização de classe, supõe-se que as formas renovadas de exercer pressão política podem caracterizar novos paradigmas de resistência a dominação capitalista e alternativa de transformação.

Face ao exposto, o presente Trabalho de Conclusão de Curso resulta de uma análise da utilização das tecnologias de informação e comunicação – TIC, em especial da Internet, feita pelo movimento Exército Zapatista de Libertação Nacional – EZLN de Chiapas no México e do Centro de Mídia Independente – CMI no Brasil, procurando dimensionar em que medida a utilização destas, enquanto ferramenta política, pode configurar um elemento de luta e resistência.

Essa análise parte do entendimento da necessidade de estudar o uso das tecnologias na realidade histórico-estrutural em que se desenvolvem como instrumento, que sendo incorporado na luta cotidiana, publicize a realidade de forma alternativa em busca de uma nova lógica societária.

Metodologicamente, a investigação que se pretende desenvolver versará uma sistemática de análise dialética-materialista, inicialmente analisando o modo de produção capitalista, sua constituição enquanto sistema global de acumulação e a configuração histórica dos determinantes econômicos, políticos e sociais visando compreender a inserção política daqueles movimentos, suas formas de atuação e

as possibilidades históricas que levam a incorporação das inovações tecnológicas em sua luta. O procedimento para coleta dos dados para a parte da pesquisa que trata dos movimentos é a busca em meio eletrônico, em bancos de dados disponíveis pela internet.

Nessa perspectiva, a proposta do método consta em estabelecer os elementos determinantes de um dado conjunto que integra o todo e depois retornar as questões colocadas e analisá-las dentro do marco histórico-social para enfim determinar a síntese das diversas determinações que resultam da investigação (MARX, 1983).

Desta forma, pretende-se investigar no primeiro momento, os principais determinantes do sistema econômico e suas conseqüências político-sociais, em especial no que referencia as inovações tecnológicas arquitetadas no bojo desse sistema. Para tal, serão utilizados principalmente os fundamentos analíticos de Amin, Marx e Netto e as análises sobre tecnologias de Castells, Bell e Dreifuss.

No capítulo seguinte, almeja-se avançar no debate sobre as novas possibilidades engendradas a partir das formas renovadas de luta anti-capitalista que utilizam tecnologias, e em especial a Internet, como elemento de transformação das condições sociais, resgatando com isso algumas análises que se dedicaram as formas de organização social. Dentre as análises que serão utilizadas estão Marx, Ianni, Castells, Cohn, Wood e Prudencio. Outros autores foram importantes para o aprimoramento da análise.

O último capítulo constará da análise dos movimentos Exército Zapatista de Libertação Nacional – EZLN de Chiapas no México e do Centro de Mídia Independente – CMI no Brasil a partir da sua história e dinâmica de atuação, para finalmente entendermos de que maneira os avanços tecnológicos, sendo constitutivos da luta desses movimentos, podem contribuir com seus objetivos. Nessa etapa, serão adotadas as contribuições de Castells, Thompson e Tapajós, além das cartas e comunicados do movimento zapatista, do sítio eletrônico do CMI, e outros autores que já analisaram os respectivos usos pelos dois movimentos supracitados.

Esse Trabalho de Conclusão de Curso atende ainda a uma hipótese fundamental: analisar se o uso de ferramentas que nasceram no bojo do processo de acumulação capitalista, à medida que são utilizadas em favor da resistência

popular, podem através de um novo processo de pensar e agir, contribuir para uma mudança nas estruturas sociais existentes.

Assim, sabendo-se que o moinho de vento criou a civilização feudal, que o moinho a vapor, a sociedade capitalista (MARX, 1989), propõe-se com este estudo contribuir com novos elementos para o debate sobre a sociedade que poderá nascer a partir do *moinho tecnológico*.

2 CONTRADIÇÕES POLÍTICO-ECONÔMICAS DO CAPITALISMO NA CONTEMPORANEIDADE: O CENÁRIO DA INSURGÊNCIA

As transformações do modo de produção capitalista e da sua configuração enquanto sistema, abrangem uma variedade de fenômenos gerando impactos diferenciados nas áreas econômico-financeira, político-social, dentre outras. Pode-se afirmar que há uma diversidade de esforços de conceituação e leitura feitos por autores diversos sobre este processo, porém nota-se que grande parte das análises converge para um acirramento de suas conseqüências sociais, políticas e econômicas sobre a realidade.

Diversas são as análises sobre o capitalismo e o seu impacto no processo histórico-estrutural de desenvolvimento da sociedade. As teorias que explicam a atual fase do sistema e da acumulação também são variadas, porém tem consenso em aceitar que o capitalismo passa por momentos distintos no decorrer do seu desenvolvimento e que a realidade é influenciada por suas formas de acumulação e de produção.

Nesse sentido, o ponto de partida desta análise é entender o capitalismo enquanto modo de produção historicamente configurado como sistema global de acumulação, que assume características diversas nas nações desigualmente desenvolvidas e assim, nas fases específicas de seu desenvolvimento. Essa análise é fundamental, haja vista que a compreensão da estrutura e das particularidades de produção e reprodução no capitalismo enquanto sistema global de acumulação nos permite observar o fenômeno estudado sob a perspectiva da totalidade.

Dessa forma, o uso das tecnologias da informação e comunicação – TIC¹ como objeto desse estudo, exige a análise da inserção das inovações tecnológicas no modo de produção capitalista – que será compreendida na seqüência – à medida que são entendidas como elemento fundamental das mudanças gestadas por este sistema, podendo ser utilizadas na luta e resistência dos povos às conseqüências da dominação capitalista.

¹ "Tecnologias de Informação e Comunicação – TIC são o resultado da fusão de três grandes vertentes técnicas: a informática, as telecomunicações e as mídias eletrônicas". (BELLONI, 2001, p. 21)

2.1 CAPITALISMO E PROCESSO HISTÓRICO DE ACUMULAÇÃO

A constituição do capitalismo enquanto sistema mundial de acumulação passou por diferentes etapas ao longo do seu desenvolvimento. Essas etapas suscitam, nos países ou blocos de países, processos históricos distintos e estruturas político-econômicas socialmente determinadas, refletindo as relações comerciais entre eles e os processos que geraram a acumulação de capital na escala em que hoje se encontra.

Nessa perspectiva, Amin (1979) distingue os momentos do desenvolvimento do sistema capitalista em três grandes etapas históricas até a situação que se encontra atualmente o estágio de acumulação.

De acordo com o autor, a primeira etapa expressa o período da constituição do capitalismo. Fase que se configura pelo que o mesmo chama de *pré-história* e que se estende até a revolução industrial dos séculos XVIII e XIX, podendo ser definida pelo caráter mercantil dominante do capitalismo.

As relações que se estabelecem nessa fase do capitalismo são essenciais para a sua gênese. O comércio internacional se fundamenta em distribuir na Europa os produtos que procedem dos países recém descobertos. As relações com esses países passam a atender a demanda de abastecimento e manutenção dos costumes europeus através de trocas com os países do Oriente com os produtos produzidos na América, continente que tinha o seu território dominado por alguns países europeus.

Essa lógica comercial faz nascer um paradigma de acumulação baseado no *capital dinheiro*, de modo que esses grupos que se utilizam dessa atividade serão transformados de senhores feudais em capitalistas e o antigo sistema feudal, tendo suas bases em um sistema de troca, desintegra-se na passagem para um novo sistema de acumulação de capital.

A partir desse período, especialmente a partir do século XVI, as práticas econômicas se institucionalizam, pois são estabelecidas a compra e a venda de bens e terras e constitui-se o trabalho pago em um mercado livre. É também nesse período que a propriedade privada se legitima no Estado para se propagar e tornar-se base do novo sistema, distinguindo-se plenamente do modelo de organização feudal anterior, constituindo agora o ideal de capital e acumulação.

A segunda etapa colocada pelo autor expressa o período da expansão do modo de produção capitalista no pólo central da acumulação, "caracterizado pela Revolução Industrial, pelo domínio essencial do novo capital industrial e pela forma competitiva do mercado capitalista" (AMIN, 1979, p. 56),² constituindo o período clássico no qual o modo de produção capitalista já está suficientemente formado como sistema global de acumulação.

Nessa etapa, a partir do século XIX, o capitalismo se estabelece enquanto sistema econômico predominante e se constitui como um processo de produção coletiva em massa. A geração de lucro e de acúmulo de capital se consolida superando definitivamente o antigo modelo econômico e influenciando agora no estabelecimento de novas relações sociais que superam os tradicionais modelos sociais estabelecidos há séculos. Marx (2006) caracteriza o trabalho nesse período da seguinte maneira:

Seu pressuposto, o emprego simultâneo de numerosos assalariados no mesmo processo de trabalho, constitui o ponto de partida da produção capitalista. Esse ponto de partida marca a existência do próprio capital. Se o modo de produção capitalista se apresenta como necessidade histórica de transformar o processo de trabalho num processo social, essa forma social do processo de trabalho se revela um método empregado pelo capital para ampliar a força produtiva do trabalho e daí tirar mais lucro. (MARX, 2006, p. 388)

Assim, com a Revolução Industrial a maior necessidade passa a ser a de garantir propriedade privada, matéria-prima, força de trabalho livre e maquinaria, elementos necessários ao funcionamento das grandes indústrias. A dinâmica desenvolvida nesse período, em termos de revolução técnica e desenvolvimento das forças produtivas, imbricam-se não somente nas relações comerciais entre os diversos países, mas também nas relações sociais e políticas.

De acordo com Marx (2006) o ponto de partida da grande indústria capitalista é a revolução do instrumental de trabalho, de modo que esse instrumental assume sua forma mais desenvolvida no sistema orgânico de máquinas na fábrica. Desta forma o componente humano se incorpora a esse organismo mecânico ocasionando grandes repercussões sobre a produção em geral. Nas palavras do autor:

Na manufatura, o ponto de partida para revolucionar o modo de produção é a força de trabalho, na indústria moderna, o instrumental de trabalho. [...] A máquina da qual parte a revolução industrial substitui o trabalhador que maneja uma única ferramenta por um mecanismo que, ao mesmo tempo,

² Tradução própria.

opera com certo número de ferramentas idênticas ou semelhantes àquela, e acionado por uma única força motriz, qualquer que seja sua forma. [...] A indústria moderna teve de apoderar-se de seu instrumento característico de produção a própria máquina, e de produzir máquinas com máquinas. Só assim criou ela sua base técnica adequada e ergue-se sobre seus próprios pés. (MARX, 2006, p.427 e ss)

No que tange a esfera das relações comerciais no mesmo período, com a importação de produtos agrícolas dos países periféricos para os países centrais, esses começam a trocar por manufaturas produzidas em seus países. Dessa maneira, a nova lógica de relações comerciais estipula um *intercâmbio desigual*, pois os países menos industrializados exportam matéria-prima e gêneros alimentícios para os países centrais em troca de produtos manufaturados, ou seja, com maior valor agregado. Esse momento, segundo Amin (1979) definirá o papel dos países centrais e dos países periféricos.

A industrialização cresce no centro industrial e é transferida em menor escala aos países periféricos que por importar em grande escala seus produtos não avançam no desenvolvimento de suas forças produtivas com tanta rapidez e aperfeiçoamento como os países centrais que comercializam dentro de seus próprios países a maioria dos produtos industrializados gerando maior riqueza interna.

Nessa perspectiva, alguns autores defendem que o chamado subdesenvolvimento não pode ser considerado ausência de desenvolvimento, já que ambos são fenômenos qualitativamente diferenciados e ligados tanto pelo antagonismo como pela complementaridade, pois embora sejam situações antagônicas, ambos os fenômenos pertencem à mesma lógica de acumulação de capital em escala mundial, ou seja, esta dinâmica movimenta um processo que ao mesmo tempo produz o desenvolvimento de determinadas economias e o subdesenvolvimento de outras. De acordo com Frank:

A investigação histórica demonstra que o subdesenvolvimento contemporâneo é, em grande parte, produto histórico da economia passada e atual e de outras relações entre os satélites subdesenvolvidos e os atuais países metropolitanos desenvolvidos. E o mais importante, estas relações são parte essencial da estrutura e desenvolvimento do sistema capitalista em escala mundial, em conjunto. (FRANK, 193, p. 22)

Com o desenvolvimento histórico do sistema capitalista sucede uma fase em que os grupos que iniciaram as trocas, concorriam entre si dentro dos seus ramos de atividade econômica e não tinham a influência do Estado que se limitava à política. Com o tempo, processando a manufatura dos produtos e acumulando

grande capital privado as corporações menores foram sendo incorporadas ou eliminadas pelas maiores, gerando a passagem do capital competitivo para o estágio dos monopólios (NETTO, 2006).

A terceira etapa do desenvolvimento do sistema capitalista exposta por Amin (1979) marca o período imperialista dos monopólios que começa em fins do século XIX, em que o aumento da rivalidade entre suas corporações diluiu as fronteiras econômicas, homogeneizando os padrões de consumo e de produção.

Como expressado anteriormente esse período foi demarcado a partir da supressão de pequenas empresas através da unificação dessas ou na compra pelas corporações maiores que passam a dominar sozinhas um determinado ramo de atividade. É a passagem da fase competitiva para a monopolista.

A particularidade fundamental do capitalismo moderno consiste na dominação exercida pelas associações monopolistas dos grandes patrões. Estes monopólios adquirem a máxima solidez quando reúnem nas suas mãos todas as fontes de matérias-primas, e já vimos com que ardor as associações internacionais de capitalistas se esforçam por retirar ao adversário toda a possibilidade de concorrência, por adquirir, por exemplo, as terras que contêm minério de ferro, os jazigos de petróleo, etc. (LÊNIN, 2002, p.63)

Na análise de Lênin (2002), a fase do imperialismo demarca também a solidez das relações entre as grandes potências e os países coloniais. Para ele, esse momento afirma a importância para esses países de possuir em seu comando colônias com riquezas materiais que fornecem matéria-prima e garantem o êxito dos monopólios na luta com os seus adversários. A luta pela aquisição de colônias é conseqüência da necessidade de fontes de matéria-prima para a produção e o abastecimento dos países centrais.

A busca por colônias para satisfazer essa necessidade, e não a compra dos produtos no mercado livre reflete uma das maiores características do sistema, esse meio de aquisição diminuiria a taxa de lucros dos grandes monopólios, já que, para uma oferta dos produtos dependeria do melhoramento das condições da agricultura que daria reflexo no melhoramento da situação das massas com a elevação dos salários e logo, na diminuição da taxa de lucro. É possível afirmar que, a busca das colônias deriva então da grande particularidade do capitalismo contemporâneo, os monopólios/

Esse período expressa elementos que demarcam uma nova etapa do sistema capitalista em que a produção sustenta-se nos marcos do lucro como princípio

organizador da estrutura econômica. Os indícios dessa nova fase também se expressam em conseqüências nos processos de trabalho e principalmente no avanço das forças produtivas que apresentam novos componentes para a continuidade da acumulação.

Inserido neste novo contexto do processo de acumulação e conseqüente interferência na organização do trabalho, caracterizou-se um novo padrão de produção chamado de (fordismo), configurado inicialmente nos países centrais, teve seu apogeu no período do pós-guerra. Nos países periféricos esse padrão obedeceu a processualidade da industrialização – também periférica – de cada país. Este novo padrão de produção baseava-se na produção em massa e conseqüente controle do trabalho, no uso de tecnologias, hábitos de consumo e novas configurações de poder político-econômico (HARVEY, 1998).

Segundo Ianni (1993), todos esses novos elementos que configuram as relações sociais, no que considera estágio *global* de acumulação, imprimem outra dinâmica para o capitalismo que

cria e recria as forças produtivas e as relações de produção, tanto nas colônias, nos países dependentes e associados, como nos próprios países dominantes, metropolitanos ou imperialistas. As formas de organização social da produção, traduzindo ciência em tecnologia, provocando o aumento da composição orgânica do capital, sofisticando a divisão do trabalho social e a especialização da força de trabalho, robotizando e informatizando organizações e atividades econômicas, sociais, políticas e culturais, tudo isso expressa o dinamismo do capital, o desenvolvimento intensivo do capitalismo. (IANNI, 1993 p.54)

Essa dinâmica do capitalismo tem como característica a necessidade e essência de transformar os elementos que compõe sua organicidade. A evolução de suas forças produtivas traz elementos novos e variações do mesmo em curtos espaços de tempos. O desenvolvimento de tecnologias e a informatização na esfera da produção fornecem outra dinâmica as relações de produção.

Netto (2006) afirma que na tradição teórica marxista é consenso que o capitalismo nas últimas décadas do século XIX, passou por profundas modificações na ordenação e dinâmica econômica com conseqüência na estrutura social e nas instâncias políticas das sociedades nacionais. Esse período, conforme assinalado anteriormente, marcou a passagem do capitalismo concorrencial para o capitalismo monopolista, que a partir dos estudos de Lênin ficou conhecido como a fase imperialista do capitalismo.

Essa fase de transformação do capitalismo agrava as contradições da sociedade e da relação capital/trabalho, base das relações sociais, imprimindo novas características nos níveis econômico-social e histórico-político. “O capitalismo monopolista recoloca, em patamar mais alto, o sistema totalizante de contradições que confere à ordem burguesa os seus traços basilares de exploração, alienação e transitoriedade histórica” (NETTO, 2006 p. 19).

Ainda segundo a análise de Netto (2006), a passagem do capitalismo para a idade dos monopólios obedeceu à urgência de viabilizar o aumento dos lucros capitalistas por meio do controle dos mercados, ou seja, o aumento da composição orgânica do capital. Com esse objetivo a nova dinâmica pressupõe uma série de fatores, como o aumento progressivo dos preços das mercadorias e dos serviços, o aumento da acumulação, introdução de novas tecnologias para substituir a mão-de-obra dos trabalhadores, e aumento nos custos de venda com um fechado sistema de distribuição e apoio.³

A partir dessa dinâmica surgem diversas implicações no sistema econômico e influencia diretamente no próprio processo de acumulação. Cresce a geração de lucros para os monopólios e ocorre o estímulo a utilização de novas tecnologias para substituir os trabalhadores, aumentando “a afluência de trabalhadores ao exército industrial de reserva” (SWEEZY *apud* NETTO 2006, p. 21).

Nessa perspectiva, ao discutir a processualidade histórica que assume o sistema capitalista no atual estágio de acumulação Harvey (2004) afirma que os países, na fase do novo imperialismo, assumem diferentes configurações econômico-sociais. Para o autor as leis de acumulação primitiva descritas por Marx continuam vigentes, porém sob novas formas. Os novos mecanismos de expropriação são definidos por ele como *Acumulação por espoliação*

Assim sendo, como a acumulação por espoliação ajuda a resolver o problema da sobreacumulação? A sobreacumulação, lembremos, é uma condição em que excedentes de capital (por vezes acompanhados de excedentes de trabalho) estão ociosos sem ter em vista escoadouros lucrativos. O termo chave aqui é, no entanto, excedentes e capital. O que a acumulação por espoliação faz é liberar um conjunto de ativos (incluindo força de trabalho) a custo muito baixo (e, em alguns casos, zero). O capital sobreacumulado pode apossar-se desses ativos e dar-lhes imediatamente um uso lucrativo.

³ Netto recomenda que para análise apurada desse período é preciso consultar o estudo de Mandel: *Traité d'économie marxiste*. Paris, UGE, 14, 1969. Edição em espanhol: Mandel, Ernest. *Tratado de Economía Marxista*. Mexico, Era, 1974.

No caso da acumulação primitiva que Marx descreveu, isso significava tomar, digamos, a terra, cercá-la e expulsar a população residente para criar um proletariado sem terra, transferindo então a terra para a corrente principal privatizada da acumulação do capital. A privatização (da habitação social, das telecomunicações, do transporte, da água, etc. na Inglaterra, por exemplo) tem aberto em anos recentes amplos campos a serem apropriados pelo capital sobreacumulado. [...] O que teria acontecido com o capital sobreacumulado nos últimos anos sem a abertura de novos terrenos de acumulação? (HARVEY, 2004, p. 124).

Nesse sentido, o processo de expropriação é semelhante ao original, porém com a nova dinâmica mercantil e capitalista atinge novas áreas e setores. O autor aponta para uma articulação entre o âmbito interno e externo, ou seja, articulação entre os países centrais e os periféricos, afirmando que o processo de expropriação sempre necessita da articulação dos dois, onde o primeiro investe no segundo os ativos, capital excedente, atividade necessária para enfrentar suas crises e pressões internas relativas ao próprio capitalismo.

Os investimentos de capital excedente dos países centrais nos países periféricos são também destinados a áreas sociais, como habitação, saúde, previdência – por exemplo – ou seja, áreas mais negligenciadas pelo sistema público destes países. Essa lógica de tratamento do capital com os países periféricos ou exteriores faz com que também os espaços sociais estejam sendo expropriados.

Conforme colocado por Harvey (2004) é parte do nível em que se encontra a acumulação em escala mundial que os países centrais recriem novas maneiras de continuar mantendo seu domínio sobre os países periféricos e desta forma, manter também níveis elevados de acumulação de capital.

Assim, considerando que as formações econômico-sociais periféricas são fundamentalmente distintas das centrais, tendo em vista que a estrutura das economias periféricas depende da forma e época de sua integração ao sistema de acumulação mundial, podemos dizer que a maneira como ocorre o modo de produção no centro não é a mesma que ocorre na periferia.

No entanto, as transformações técnicas, sociais e políticas relacionadas à expansão capitalista e à futura sociedade da informação, em estágio avançado nos países centrais, na opinião de Castells (2002a), constituem uma tendência dominante mesmo para economias periféricas a medida que definem um novo paradigma, o da Tecnologia da Informação, este expressa a essência da transformação tecnológica atual e suas relações com a economia e a sociedade.

Por esse motivo justifica-se a relevância deste estudo, pois ao partir de uma concepção de totalidade dinâmica e contraditória, refere-se a uma perspectiva que impede o desenvolvimento de uma visão superficial e uma aproximação mecânica e unilateral com o objeto de estudo, ou seja, o uso das tecnologias de informação e comunicação, mais especificamente da Internet.

2.2 TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NA SOCIEDADE CAPITALISTA

A lógica do atual sistema de acumulação e as conseqüentes mudanças nos processos políticos, econômicos e sociais define profundas modificações na vida social por determinar novos paradigmas da dinâmica em sociedade. De uma maneira geral, grande parte das inovações que compõe este período pode ser creditada aos avanços tecnológicos que imprimem novas maneiras e possibilidades a esses processos.

Algumas análises denominam a inserção tecnológica no atual estágio de desenvolvimento da acumulação capitalista de *globalização* ou *internacionalização da economia*⁴. Entretanto, conforme explicitado na seção anterior, do ponto de vista histórico, a constituição do modo de produção capitalista enquanto sistema obedece a uma lógica de expansão do capital e renovação de suas bases.⁵

Sob a perspectiva da totalidade, supracitado sistema se constitui de maneira diferente e desigual no centro e na periferia, desta forma as mudanças que se estabelecem também ocorrem com uma processualidade específica, relacionada a estrutura e ao momento histórico de cada país ou grupo de países. Todavia, a análise de Ianni (1998 *apud* Tapajós 2003) sobre a internacionalização da economia traz elementos que colaboram para o debate sobre as inovações tecnológicas, pois:

⁴ Dentre outros: Ianni (1993), (1994) e (1998); Santos (2001) e Giddens (1991). Tais autores convergem em aceitar a globalização como um novo período, conseqüência das transformações nas relações econômicas, políticas, sociais e culturais em âmbito global, que atinge a dimensão local em toda parte do mundo, a partir da década de 1970.

⁵ É importante destacar que quando nos referimos à globalização ao longo desse trabalho tratamos não como uma nova época, mas como um processo de longo prazo, “[...] não se trata de um novo tipo de capitalismo, mas da lógica do capitalismo tal como este foi desde o começo. [...] Vista da perspectiva de Marx, como um processo de longo prazo, a globalização aparece como algo profundamente contraditório, no qual cada avanço na expansão do capitalismo trouxe consigo desde o começo novas instabilidades e novas possibilidades de luta.” (WOOD, 2005, p. 101)

[...] pode ser vista como um processo histórico-social de vastas proporções, abalando mais ou menos drasticamente os quadros sociais e mentais de referência de indivíduos e coletividades. Rompe e recria o mapa do mundo, inaugurando outros processos, outras estruturas e outras formas de sociabilidade, que se articulam e se impõe aos povos, tribos, nações e nacionalidades. Muito do que parecia estabelecido em termos de conceitos, categorias ou interpretações, relativo aos mais diversos aspectos da realidade social, parece perder significado, tornar-se anacrônico ou adquirir outros sentidos. Os territórios e as fronteiras, os regimes políticos e os estilos de vida, as culturas e as civilizações parecem mesclar-se, tensionar-se e dinamizar-se em outras modalidades, direções ou possibilidades. As coisas, as gentes, e as idéias movem-se em múltiplas direções, desenraizam-se, tornam-se volantes ou simplesmente desterritorializam-se. Alteram-se as sensações e as noções de próximo e distante, lento e rápido, instantâneo e obíquo, passado e presente, atual e remoto, visível e invisível, singular e universal. Está em curso a gênese de uma nova totalidade histórico-social, abarcando a geografia, a ecologia e a demografia, assim como a economia, a política e a cultura. (IANNI, 1998, apud TAPAJÓS, 2003, p. 30)

São diversas as contribuições que apontam para análises a respeito da transição do padrão de acumulação do sistema capitalista, e muitas tendem para um novo período onde as transformações são comparáveis àquelas ocorridas em fases anteriores como, por exemplo, à Revolução Industrial do final do século XVIII. No entanto, nota-se, com freqüência, que os impactos econômicos e sociais esperados da atual ordem mundial em conformação são considerados como até mais importantes que aqueles gerados pela Revolução Industrial.

Ao encontro dessa perspectiva, Hobsbawm (1995) ao comentar as inovações que começaram a acontecer na conjuntura do pós-guerra, refere-se a um *terremoto tecnológico* apontando que o mesmo “transformou absolutamente a vida cotidiana no mundo rico e mesmo, em menor medida, no mundo pobre” (HOBBSAWM, 1995, p. 260), pois produz conseqüências que abrangem amplos aspectos da vida cotidiana, como por exemplo, a inserção do rádio na rotina das pessoas, e a mudança dos hábitos alimentares que, mesmo depois de algumas décadas, continuam vigentes na atualidade.

Tais conseqüências, fruto da incorporação das tecnologias à dinâmica social, na esfera da produção e reprodução das suas relações, expoentes do apogeu da expansão do capitalismo e responsáveis por imprimir novos ritmos à vida das populações referem-se a um ciclo histórico de mudanças, denominado por alguns autores de *revolução informacional*⁶ e por outros de *sociedade pós-industrial*⁷.

⁶ O principal expoente dessa corrente é Lojkin (2002)

Muitos autores convergem na direção da sociedade estar caminhando de um sistema baseado na produção de bens materiais para outro, centrado na produção de informação. Todavia, muitas opiniões divergem em relação à intensidade do fenômeno. O ponto de consenso é a concordância de que alguma coisa aconteceu ou está acontecendo com caráter de transformação social, cujo início se situa por volta da década de 1970. Assim, a processualidade social pode estar em estágios diversos: no findar de um período histórico, em uma etapa de transição, talvez de emergência de novo sistema social ou de uma revolução tecnológica.

É possível que estejamos vivendo “um desses raros intervalos da história” (CASTELLS, 2002a, p. 67) ou protagonizando uma ruptura no modo de vida, da mesma medida que ocorreu com a *Revolução Industrial de fins do século XVIII* (SCHAFF, 1996) ou ainda esperando por um período de transição que ainda não definiu seus caminhos.

Muito embora possamos constatar abordagens distintas, alguns autores concordam, de alguma forma, para análises acerca da sociedade da informação. Bell (1973) é considerado um dos precursores desse debate, defendendo que estaríamos vivendo na sociedade pós-industrial desde os anos 1970. O autor coloca essa proposição a partir da análise estatística sobre os empregos nos Estados Unidos (nos anos 50 e 70), onde observa que o crescimento do setor de serviços, supera o emprego industrial. Afirma que o crescimento do número de empregos no setor de serviços está ligado ao conhecimento (aumento da classe profissional e técnica, de ocupações ligadas à pesquisa e ao governo, de engenheiros e cientistas). A teoria acerca da sociedade da informação tem suas bases nessas conclusões do autor, ou seja, no crescimento de cargos ligados ao conhecimento, expressos na mudança estrutural dos empregos no sentido da predominância do setor de serviços.

Nessa perspectiva, a noção de conhecimento adquire papel central na chamada sociedade pós-industrial, analisada por Bell (1973). A sociedade pós-industrial, destaca, é uma sociedade do conhecimento porque as fontes de inovação decorrem, cada vez mais, da pesquisa e do desenvolvimento e porque o peso da sociedade incide mais no campo do conhecimento.

⁷ Dentre outros, Bell (1973).

O conceito de sociedade pós-industrial enfatiza a importância central do conhecimento teórico como eixo a cujo redor se organizarão o desenvolvimento econômico e a estratificação da sociedade. Empiricamente, pode-se tentar demonstrar que esse princípio axial tem adquirido predominância sempre crescente nas sociedades industriais avançadas. (BELL, 1973, p. 134)

Sua noção de conhecimento está relacionada à política social e à economia, portanto adquire papel central na sociedade da informação. Contudo, trata-se de uma visão utilitarista, conforme aponta, na qual o conhecimento fica sujeito à avaliação do mercado, e às decisões político-administrativas.

Ainda sobre a sociedade da informação, Bell (1973) delega à tecnologia o protagonismo pelos rumos sociais, dessa vez remodelando suas teorias, levando o enfoque do conhecimento técnico-utilitário para a informatização. Sendo assim considera a tecnologia informática o motor das transformações sociais.

Outro autor que se dedica a refletir acerca das conseqüências sociais ocasionadas em virtude da revolução tecnológica da informática para o futuro da sociedade é Schaff (1995). Para ele, as implicações da ciência e da técnica, como a microeletrônica, a energia termonuclear e a engenharia genética, alcançam todas as sociedades e ultrapassam qualquer ideologia política.

Nesse sentido, Schaff (1995) considera que essa revolução introduz alterações significativas em todos os níveis da estrutura social à medida que cria novas potencialidades humanas. A nova divisão internacional do trabalho, segundo o autor, estaria baseada na informatização, de modo que a mesma influenciaria nas relações entre os países centrais e os periféricos.

Ambos os autores, defensores dessa posição, não explicam com exatidão o modo de operação da tecnologia aplicada à informação para as transformações necessárias, mas conjectura-se que não é simplesmente o computador em sua materialidade o propulsor da mudança social.

Algumas análises menos extremistas, convergem em aceitar que as mudanças que se gestaram no final do século passado e continuam a ser dominantes nos primeiros anos do século atual, não se tratam somente de informatização, mas de transformações científico-tecnológicas que determinam maneiras renovadas da convivência em sociedade. Todavia, segundo Dreifuss (1996):

[...] não se tratava de um mero reposicionamento de barricadas e divisores de uma anunciada *nova ordem internacional*, mas de profunda e extensa recomposição do sistema produtivo global e da configuração de uma

pujante e conflitiva constelação de poder mundial, anunciando o início do fim da *civilização* ou da *cultura* industrial. Saudada por alguns como o prenúncio da inauguração de uma abrangente e criativa *idade de ouro* do capitalismo na terra – primórdios da *civilização da informação*, alicerçada na revolução da comunicação digital – e lamentada por outros, que vivem nesse processo a instalação de uma totalizante e cinzenta *época de desilusões e desencantos* de dimensão planetária. (DREIFUSS, 1996, p. 11-12)

A crítica do autor refere-se a um conjunto de inovações – arquitetadas em virtude das mudanças ocorridas a partir da década de 1970 – que tem na tecnologia seu caráter fundante, entretanto, a medida que esta tem relação estrutural com o modo de produção capitalista e seu atual estágio de acumulação, as inovações inserem-se de maneira desigual nos países ou conjuntos de países, introduzindo de forma contraditória novos padrões de pensar e conviver na dinâmica das relações sociais.

Assim, de acordo com Dreifuss (1996), resguardadas as diferenças, de uma maneira geral, o mundo atual vive uma transformação das bases científico-tecnológicas e uma reestruturação tanto produtiva quanto social, baseadas no que denomina *complexo capacitador teleinfocomputrônico*. Este complexo abrange os recursos “da microeletrônica e eletrônica digital; da eletrônica de concepção, produção e consumo; da informática; das telecomunicações; da automação; e da robótica” (DREIFUSS, 1996, p. 25) de modo a influenciar tanto no processo de produção quanto no produto, engendrando, portanto novas formas de existência social.

Referido complexo é responsável ainda por proporcionar a experimentação de formas avançadas de fazer teoria e ciência, facilitar a explicação dos fenômenos que compõem a realidade, favorecendo assim a emergência de um novo paradigma *tecnoeconômico* onde é vigente a flexibilização dos sistemas de produção e a comercialização de produtos.

O autor comenta ainda que o *complexo capacitador teleinfocomputrônico* viabiliza uma rede de comunicação por satélites e vias submarinas, assim como transmissão de dados e transporte de informações em alta velocidade através do correio eletrônico, serviços *on line*, telefone celular, *pager* e fax. Além disso, esse complexo oportuniza novas formas de administração política e operacionalização de serviços públicos através de redes digitais de hipermídia e multimídia.

Face ao exposto, e considerando que as tecnologias promovem profundas alterações na economia e na vida social, torna-se imprescindível buscar outras formas de utilizar tais tecnologias, uma vez que delas dependerá a formação de um novo padrão civilizatório (DREIFUSS, 1996).

Nessa perspectiva, a tentativa mais recente de síntese dos debates sobre supracitado padrão aparece na abordagem de Castells (2002a) quando o mesmo discorre sobre a *sociedade informacional*. Embora a informatização não seja considerada o elemento central da nova sociedade, o autor insiste na predominância do seu protagonismo em muitos aspectos da vida social. Assim, a informatização e sua extensão em rede global constituem o objeto basilar de análise no primeiro dos três volumes de sua obra, onde explica as principais mudanças econômicas ocorridas nas duas últimas décadas, – assumindo um caráter ao mesmo tempo informacional e global – e o novo modo de desenvolvimento do capitalismo que opera através de redes (de empresas e de comunicação).

A revolução da tecnologia da informação foi essencial para a implementação de um importante processo de reestruturação do sistema capitalista a partir da década de 1980. No processo, o desenvolvimento e as manifestações dessa revolução tecnológica foram moldados pelas lógicas e interesses do capitalismo avançado sem se limitarem às expressões desses interesses. (CASTELLS, 2002a, p. 50)

Por esse motivo, para Castells (2002a, p.108 e ss), as transformações em direção à sociedade da informação, em estágios avançado nos países industrializados, constituem uma tendência dominante mesmo para economias menos industrializadas e definem um novo paradigma, o da tecnologia da informação, que expressa a essência da presente transformação tecnológica em suas relações com a economia e a sociedade. De acordo com o autor, essas transformações dos novos paradigmas possuem cinco características fundamentais.

A primeira delas é que a informação é sua matéria-prima, ou seja, as informações são utilizadas pelas tecnologias, e não somente a informação age sobre a tecnologia como já ocorreu com outras revoluções tecnológicas. A segunda característica é que a informação é parte integrante de toda atividade humana e está inserida em todos os processos da atividade humana, tanto individuais como coletivos, que são influenciados pelo meio tecnológico; é a *penetrabilidade dos efeitos das novas tecnologias*.

Outra característica é o predomínio da lógica de redes, que estão inseridas em todos os conjuntos de relações utilizando as novas tecnologias da informação.

Baseia-se na interação, consequência do alto número de conexões. Característica seguinte é a flexibilidade desse sistema de redes, que permite a capacidade de reconfiguração, aspecto importante numa sociedade com constante mudança e facilidade organizacional. E por fim, a quinta característica dessa revolução tecnológica ditada por Castells (2002a) é a crescente convergência das tecnologias para um sistema único e integrado em que reúnem em um único banco de dados áreas específicas, tornando interligadas uma rede de informações e trajetórias tecnológicas em que se torna impossível distinguir dados separados.

Essas características configuram a base da sociedade da informação e constituem os aspectos centrais do paradigma da tecnologia da informação sob as quais o autor depositará sua análise das estruturas da sociedade na direção de uma teoria da transformação social. Seu principal embasamento teórico reside na argumentação de que o paradigma da tecnologia da informação não segue uma linearidade que o levaria a constituir-se como sistema, mas como uma rede de acessos múltiplos. Justifica a sua proposição colocando que esse paradigma é forte e impositivo em sua materialidade, porém adaptável e aberto em seu desenvolvimento histórico, tendo como principais características a abrangência, a complexidade e a disposição em forma de rede (CASTELLS, 2002a).

Trata-se de pensar as inovações como qualquer outro processo sócio-econômico e assim, considerá-las como um processo social. Outra análise que contribui para esse entendimento é a de Lojkine, cuja preocupação é ressaltar a necessidade de pensar as novas *potencialidades* tecnológicas a partir do seu contexto, evitando a visão unidimensional que as interpreta como resultantes de uma linearidade progressiva e indiferente, tendo em vista que as mesmas “estão inscritas nas (duras) realidades dos sistemas sociais que as engendraram” (LOJKINE, 2002, p. 308).

Tal indicativo demonstra a premissa que se pretende investigar com esse trabalho: refere-se a incorporação de novas tecnologias de informação no contraditório da vida social. Portanto, diz respeito a substantivas alterações na esfera da produção e reprodução das relações sociais, neste caso, especialmente nos movimentos populares de resistência estudados, que agora contam com novos nexos para a sua luta esperando assim novos destinos.

3 TRANSFORMAÇÕES CONTEMPORÂNEAS DAS FORMAS DE LUTA E RESISTÊNCIA

Para analisar a incorporação de tecnologias de informação e comunicação, à luta da classe trabalhadora, em especial no que se refere aos interesses de movimentos que resistem às conseqüências do sistema de acumulação em que vivemos, faz-se necessário analisar o processo histórico de organização da luta da classe trabalhadora que, para contestar as condições perversas a que é submetida nas diferentes fases de acumulação do capital, se organiza para transformar suas condições de vida.

De acordo com a concepção materialista da história, colocada por Marx (2007) a determinação essencial das relações sociais e políticas que os homens estabelecem em sociedade, é produto da sua inserção em determinado meio de produção, onde produzem e reproduzem materialmente sua existência. Desse modo, considerando as estruturas social e política intrinsecamente conectadas com a esfera da produção, faz-se necessário retomar o desenvolvimento das forças produtivas no modo de produção capitalista haja vista compreender as relações sociais que se estabelecem e a processualidade histórica que cria as condições de sua superação.

Assim, retomando o objetivo deste capítulo, em primeiro lugar é necessário analisar a história das lutas sociais que se originam no âmbito do desenvolvimento do sistema capitalista, visando entender as transformações no modo de organização dos trabalhadores e as novas formas de luta e resistência. Em seguida, buscamos compreender a inserção das tecnologias de informação e comunicação, em especial nesse trabalho a internet, na luta anti-capitalista e nas formas de incorporação dessas à luta.

3.1 CAPITALISMO E RESISTÊNCIAS

Conforme estudos de Marx (2007), o progresso da sociedade é resultante da interação produtiva contínua, que se estabelece entre os homens e a natureza. Os homens diferenciam-se dos animais por terem capacidade de produzir e reproduzir seus meios de subsistência. Desta maneira, a produção e a reprodução da vida tornam-se mais do que uma exigência ditada pelas necessidades biológicas do

organismo humano, à medida que constituem-se como determinantes das relações sociais.

Nesse sentido, a atividade produtiva passa ser a base da sociedade, a condição material fundamental de toda a história para a manutenção da vida humana. Os modos de produção se caracterizam por um conjunto de relações que se estabelecem entre os indivíduos imbricados no processo produtivo em determinada estrutura social. Portanto, é a partir da produção que os homens estabelecem suas relações sociais e a partir delas que vão desenvolver as necessidades de mudar suas condições de vida, no bojo da reprodução social. Assim sendo, tais relações determinam a existência das classes sociais.

De acordo com Marx e Engels (2001), o modo capitalista de produção está baseado em uma divisão diferenciada do trabalho, divisão essa que permite a acumulação do excedente de produção, que será apropriado por uma minoria, a qual se coloca, face à massa de produtores numa relação de exploração. Assim, significa dizer que um grupo privilegiado detém os meios de produção, enquanto que um grupo majoritário vende sua força de trabalho, para produzir o excedente que será incorporado pelo dono dos meios de produção e reproduzir as necessidades fundamentais à sustentação da sua vida.

Desse modo, estabelece-se nas estruturas do capitalismo uma dominação baseada na existência de duas classes opostas: a burguesia e o proletariado, ou seja, os detentores da riqueza e as maiorias de empobrecidos, quando não, já excluídos da possibilidade de acesso ao excedente, negligenciados de uma condição humana de existência. O homem passa a explorar o próprio homem na esfera das relações, não só de produção, como também na relação econômica, política, social e cultural, constituindo-se na trajetória existencial da humanidade, uma história de luta de classes.

A história de toda nossa sociedade até nossos dias é a história da luta de classes. Homem livre e escravo, patricio e plebeu, senhor e servo, mestre e oficial, em suma, opressores e oprimidos sempre estiveram em constante oposição; empenhados numa luta sem trégua, ora velada, ora aberta, luta que a cada etapa conduziu a uma transformação revolucionária de toda a sociedade ou ao aniquilamento das duas classes em confronto. (MARX E ENGELS, 2001, p. 23)

Para Marx (2006), a origem da luta entre o capitalista e o trabalhador se inicia na própria origem do capital. Porém, é com o surgimento da maquinaria que essa luta se torna mais intensificada. A incorporação da maquinaria no modo de

produção gerou revolta entre os trabalhadores à medida que estes começaram a combater o próprio instrumental de trabalho, ou seja, a representação material do capital.

A idéia de luta contra o instrumental tinha ligação direta com a incorporação da maquinaria pela indústria moderna, que provocava no trabalhador a noção aparente do instrumento como concorrente direto no processo de trabalho ou substitutivo do próprio trabalho, ou seja, para o trabalhador a forma material de sua exploração estava configurada na máquina.

Seria necessário mais tempo para que o proletariado percebesse a não responsabilidade da maquinaria em si pela degeneração de suas condições de trabalho e sua existência, e passasse a compreender a problemática da inserção da maquinaria a partir da sua utilização capitalista, conforme a análise de Marx (2006):

É incontestável que a maquinaria em si mesma não é responsável por serem os trabalhadores despojados dos meios de subsistência. Ela barateia e aumenta o produto no ramo de que se apodera e, de início, não modifica a quantidade de meios de subsistência produzidos em outros ramos. Depois de sua introdução, possui, portanto, a sociedade a mesma ou maior quantidade de meios de subsistência para os trabalhadores despedidos, não se levando em conta a enorme porção do produto anual dilapidada pelos que não são trabalhadores. E este é o ponto nevrálgico da apologética econômica. Para ela, as contradições e os antagonismos inseparáveis da aplicação capitalista da maquinaria não existem, simplesmente porque não decorrem da maquinaria, mas da sua aplicação capitalista. A maquinaria, como instrumental que é, encurta o tempo de trabalho; facilita o trabalho; é uma vitória do homem sobre as forças naturais; aumenta a riqueza dos que realmente produzem; mas, com sua aplicação capitalista, gera resultados opostos: prolonga o tempo de trabalho, aumenta sua intensidade, escraviza o homem por meio das forças naturais, pauperiza os verdadeiros produtores. (MARX, 2006, p. 503)

Desde então, é possível dizer que a luta que se engendra depois de inserida a regulação estatal nas relações econômicas, teve ligação direta com a conquista de direitos trabalhistas. Os trabalhadores, inseridos no chão da fábrica, percebendo o capitalista como responsável direto pela degeneração de seu trabalho, entendem o papel da maquinaria no que se refere a proporcionar maior exploração e apropriação do excedente de sua produção, e a partir daí iniciam uma jornada de luta para a conquista de direitos mínimos ligados a melhoria de suas condições de trabalho. Essa luta inicia-se com manifestações pela adoção de padrões higiênicos nas fábricas, de modo que na evolução do trabalho na grande indústria, vão assimilando algumas contradições provenientes da relação capital/trabalho e assim, incorporando necessidades para produção e reprodução às suas reivindicações.

Em meados do século XX, com a emergência do padrão fordista/taylorista de acumulação nos países centrais, a luta da classe trabalhadora adquire novas configurações. No interior das fábricas, os trabalhadores começam a conferir organicidade ao seu movimento, visando somar forças para lutar por melhores condições de trabalho. Nesse período os sindicatos, enquanto meio de agregar e coletivizar demandas, adquirem mais vigor e reconhecimento.

Dessa maneira, as organizações de trabalhadores, passam a ter maior popularidade, em virtude de a institucionalidade organizativa lhes proporcionar confrontos legítimos, mais bem organizados e assim, possibilitar a conquista de algumas das suas reivindicações. Além da melhoria das condições de trabalho, a luta volta-se ainda para a instituição de direitos trabalhistas que garantam a reprodução material das pessoas.

Pode-se dizer que o capitalismo estava em uma fase em que a inserção do elemento tecnológico, resultado do desenvolvimento das forças produtivas, foi totalmente incorporada na processualidade do sistema de produção e em todos os âmbitos a ele associados. As tecnologias, depois de assimiladas como produto histórico, continuavam sendo utilizadas para a exploração da mão-de-obra do trabalhador assalariado, e assim, determinando sua luta:

O capitalismo é, por necessidade, tecnológica e organizacionalmente dinâmico. Isso decorre em parte das leis coercitivas, que impelem os capitalistas individuais a inovações em sua busca do lucro. Mas a mudança organizacional e tecnológica também tem papel-chave na modificação da dinâmica da luta de classes, movida por ambos os lados, no domínio dos mercados de trabalho e do controle do trabalho. (HARVEY, 1998, p.169)

No cenário latino-americano, ademais das particularidades que essa fase de modernização do sistema capitalista assume em cada país, podemos dizer que a inserção periférica da América Latina no sistema capitalista global, molda um padrão de trabalho que fazem com que as condições de produção degenerem ainda mais as condições de assalariamento e reprodução dos trabalhadores, caracterizando assim uma *superexploração* da força de trabalho. A análise de Marini (2005) explica melhor a base do capitalismo dependente:

[...] os três mecanismos identificados – a intensificação do trabalho, a prolongação da jornada de trabalho e a expropriação de parte do trabalho necessário ao operário para repor sua força de trabalho – configuram um modo de produção fundado exclusivamente na maior exploração do trabalhador, e não no desenvolvimento de sua capacidade produtiva. [...] Entende-se que, nessas circunstâncias, a atividade produtiva baseia-se

sobretudo no uso extensivo e intensivo da força de trabalho. [...] Em termos capitalistas, esses mecanismos (que ademais podem se apresentar, e normalmente se apresentam, de forma combinada) significam que o trabalho é remunerado abaixo de seu valor e correspondem, portanto, a uma superexploração do trabalho. (MARINI, 2005, p. 156-157)

Dessa maneira, dados os determinantes estruturais latino-americanos e, considerando que a base material que gerou a conjuntura para o surgimento de movimentos e organizações de classe nos países periféricos remete ao período da industrialização, é possível afirmar que a luta nesse contexto, na grande maioria das vezes, são dirigidas ao Estado.

Esse contexto refere-se principalmente a uma razão de Estado comprometida com o capital internacional, e assim, com a continuidade do atual modelo, o que é diretamente proporcional ao agravamento das condições de vida da classe trabalhadora. Por esse motivo, urge a necessidade de renovar as luta. Na análise de Wood (2005):

Onde o Estado é o explorador de primeira ordem [...], as lutas econômicas e políticas são difíceis de separar e, nesses casos, o Estado pode tornar-se facilmente o foco de lutas de massa. É, além de tudo, um inimigo de classe muito mais visível e centralizado do que o capital em si mesmo jamais seria. (WOOD, 2005, p. 109)

Assim, a habilidade dos movimentos em recriar espaço e formas de atuação na política, chega ao período das ditaduras militares, sofridas na grande maioria dos países na América Latina, cujas mobilizações ultrapassavam os movimentos de trabalhadores assalariados em seus locais de trabalho. Naquele momento, emerge na conjuntura política uma diversidade de movimentos organizados que tinham como alvo a representação ditatorial do Estado e como bandeira, reivindicações por direitos.

No Brasil, por exemplo, os movimentos que começaram a surgir com a década de 1970 tinham conexão direta com a resistência ao regime de ditadura imposto no país a partir de 1964. A partir de então,

Temos, portanto, agora, o nascimento de um movimento social, de um movimento sindical em particular, e de um movimento popular nos bairros, fora do Estado. Eles nasceram contra o Estado e com a identidade de excluídos das políticas sociais do Estado, particularmente da política econômica de concentração de renda e dos desdobramentos que essa política econômica tem em relação à política de saúde, política habitacional (BNH) e uma série de outros aspetos que conformam a intervenção do Estado. (MOISÉS E SERRA, 1987. p. 67)

A análise da luta social na América Latina, realizada por Gohn (2004), demonstra que esse cenário esteve presente em todo continente. Segundo a autora, apesar da distribuição dos movimentos ser diferenciada em termos espaciais, os mesmos ocorreram na totalidade dos países e com repertórios similares como questões indígenas e étnicas, bem como gêneros e serviços sociais para suprimento de necessidades básicas, terra, moradia, educação e opressões a que os povos estão submetidos sob a égide capitalista.

Desse modo, além da reivindicação a favor do respeito aos direitos civis e políticos já conquistados e reconhecidos historicamente, os novos manifestantes sinalizavam que não aceitavam imposições de migalhas, colocando seu descontentamento explícito com a administração do Estado. Esta baseada na miséria e na exceção ao modelo que adotou a maior concentração de renda e a maior exploração da força de trabalho, por submeter-se ao modelo econômico que os países do centro impuseram aos países de periferia.

Um agravante ao modelo econômico supracitado, corresponde ao adensamento do processo de internacionalização das economias e os programas de modernização capitalista implementados pelos governos latino-americanos a partir da década de 1980, que foram responsáveis por mudanças significativas na política econômica, tendo reflexos em diversos níveis da vida social.

Esse período – caracterizado em algumas análises como neoliberalismo – é reflexo de uma crise de produção e acumulação capitalista em escala global. A partir de então, a intervenção do Estado na economia, passou a ser considerada entrave para o desenvolvimento do capitalismo enquanto sistema global, de modo que, uma agenda de reformas econômicas e políticas passou a ser implementada, principalmente nos países periféricos. Para alguns autores, o chamado projeto neoliberal engendra também idéias e valores. Segundo Carvalho (2004):

O neoliberalismo é um conjunto de idéias e valores bem mais amplo que as políticas econômicas que nele se referenciam e não apresenta um conjunto rígido e bem definido de políticas a serem aplicadas. Nos governos ditos neoliberais verifica-se grande variedade de políticas econômicas específicas, inclusive coexistindo no mesmo período. [...] Quando analisado pela ótica das políticas econômicas, o neoliberalismo se revela mais um paradigma que um receituário detalhado, mais um conjunto de valores gerais para orientar as políticas econômicas que um conjunto articulado de políticas específicas. É um paradigma forte o bastante para estabelecer limites rígidos para as orientações básicas das políticas a serem feitas, para estabelecer um campo de idéias difícil de ser rompido e contestado [...]. (CARVALHO, 2004, *apud* BRAMI-CELENTANO e CARVALHO, 2007)

Entretanto, muito embora o desenvolvimento de uma cultura hegemônica seja embasamento principal da dominação econômica e política, as conseqüências sócio-estruturais do chamado neoliberalismo na America Latina, referem-se a um paradigma especialmente econômico que orienta: processos de privatização, estímulo estatal para concentração de capitais, abertura de novos espaços para a valorização do capital industrial e financeiro, despolitização da esfera política, aumento da taxa de mais-valia e abstração das relações capital-trabalho.

Nesse sentido, de acordo com Antunes, em virtude das transformações econômicas e políticas do capitalismo engendradas, principalmente a partir da década de 1980, ocorreram “profundas transformações no mundo do trabalho, nas suas formas de inserção na estrutura produtiva, nas formas de representação sindical e política” (ANTUNES, 2002, p. 210). As modificações assinaladas pelo autor correspondem a uma enorme e variada hierarquia de formatos jurídicos baseadas na eliminação dos direitos ligados ao contrato de trabalho, que compreendem contratos de trabalhos diferenciados, subcontratações, terceirizações e ausência de contrato formal de trabalho, mostrando a conivência do Estado nas novas regras trabalhistas das atuais relações entre as empresas e os trabalhadores baseados na ausência dos direitos associados tradicionalmente a contratação formal.

Esse novo contexto demonstra que as inovações nos métodos de produção possibilitaram ao capital aumentar a produtividade diminuindo o tempo de trabalho necessário, logo, aumentando o tempo de trabalho excedente gerando um aumento na taxa de mais-valia, bem como através da incorporação da máquina, ocorreu um aumento considerável na produção e reprodução do exército industrial de reserva.

Esse processo modificou substantivamente a caracterização da luta social, à medida que as novas formas de exploração e flexibilização do trabalho têm causado a perda dos suportes coletivos tradicionais de classe (partidos, sindicatos), o que implica em expressivas modificações na capacidade organizativa dos sujeitos sociais, atualmente inseridos em novos espaços de luta e atuando em diferentes mecanismos de representação coletiva.

De acordo com Frank y Fuentes (1997), a grande maioria dos movimentos sociais que são intitulados de novos, caracterizam-se por velhos movimentos e velhas lutas, que apenas adquirem novas feições e formas de alcançar seus

objetivos à medida que a conjuntura leva a desilusão com os partidos, os sindicatos e os demais meios tradicionais (FRANK e FUENTES, *apud* PALAU, 1997).

Refere-se à tendência que se observa nas últimas décadas, a novos formatos de luta que agregam pessoas para manifestar das mais variadas formas por causas que dentre outras, envolvem principalmente aspectos sociais, políticos, assistenciais, ecológicos, educacionais e culturais da realidade. Assim, permeiam a cena contemporânea, novas organizações sociais e de trabalhadores, forças comunitárias de base e luta anticapitalista de caráter global.

Na seqüência, nos deteremos à análise da última forma, visando compreender como a globalização engendra novas possibilidades de resistir, e como a caracterização dessas possibilidades permite pensar a superação do atual modelo econômico.

Wood (2005) constitui uma análise que vai ao encontro desse entendimento quando relaciona o fato da globalização ter transferido o poder dos Estados nacionais para as instituições e forças transnacionais, diretamente a inevitabilidade da luta contra o capitalismo também opera nesse nível transnacional, ou seja, “quanto mais global se torna o capitalismo, mais global deverá ser a luta contra ele” (WOOD, 2005, p. 106).

Para Ianni (1998), a forma atual de acumulação do capital e de sua política enquanto sistema global, modifica radicalmente o contexto no qual se desenvolve a teoria e a prática da política, alterando as formas desenvolvidas nas décadas anteriores, configurando a emergência de um novo espaço de luta e de estrutura de poder no mundo:

Na época da globalização, modificam-se mais ou menos radicalmente as condições sob as quais desenvolve-se a teoria e a prática da Política. Em primeiro lugar, a globalização do capitalismo, como modo de produção e processo civilizatório, propicia o desenvolvimento de relações, processos e estruturas de dominação política e apropriação econômica de alcance mundial. Alteram-se as formas de sociabilidade e os jogos das forças sociais, no âmbito de uma vasta, complexa e contraditória sociedade civil mundial em formação. Isto significa a emergência e dinâmica de grupos sociais, classes sociais, estruturas de poder, acomodações, tensões e lutas em escala mundial. (IANNI, 1998)

Nesse sentido, muitos movimentos utilizam de formas renovadas de compor a cena de descontentamento político com os processos econômicos e as suas conseqüências políticas e sociais a partir da década de 1990. Duas dessas formas serão analisadas com maior ênfase no próximo capítulo desse trabalho, e no

sentido de apresentar a conjuntura política do sistema capitalista e suas relações nesse período, faz-se necessário expor alguns dos vários movimentos (em ordem cronológica) que se engendraram nesse contexto, tendo como base principal o estudo realizado por Prudencio (2006).

O movimento pioneiro na utilização das tecnologias de informação e comunicação, refere-se ao Exército Zapatista de Libertação Nacional, que em 1994, enquanto o governo mexicano comemorava o Acordo de Livre Comércio da América do Norte, utilizaram a internet para divulgação de sua existência e das condições das comunidades indígenas rebeladas a partir da década de 1980 no Estado de Chiapas, no México

Em 1996, convocado pelo EZLN, realiza-se no México o 1º Encontro Intercontinental pela Humanidade e Contra o Neoliberalismo entre o final do mês de julho e início do mês de agosto. Esse encontro é caracterizado, por muitos analistas, como o primeiro evento contra a mundialização do capital e marca o início de grandes manifestações que vão suceder anos depois pelo mundo contra o neoliberalismo e as políticas econômicas globais.

Em 1998, manifestantes reuniram-se em Genebra, na Suíça, caracterizando a primeira manifestação anti-globalização durante a 2ª Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio, contra o acordo Multilateral de Investimentos. Esse encontro foi convocado pela Ação Global dos Povos - AGP, movimento que surgiu a partir da inspiração do encontro dos zapatistas no ano anterior e tinha como finalidade demonstrar o descontentamento com instituições internacionais organizando dias de manifestações contra essas entidades.

No ano de 1999, vários movimentos sociais mundiais - estima-se que cerca de 100 mil manifestantes - encontraram-se em Seattle, EUA para protestar contra a política econômica fomentada pela Organização Mundial do Comércio - OMC e suas avassaladoras conseqüências sociais. Considerado um marco para as caracterizações dos novos movimentos sociais, as imagens dessas manifestações mostraram ao mundo um grupo social resistente ao modelo imposto de globalização e à política econômico-financeira praticada pelos países desenvolvidos, evidenciando aos ativistas o potencial da mídia quando utilizada para divulgação e mobilização em favor de suas causas.

Depois desse encontro foi lançado o *website* Independent Media Center (IMC), em razão da necessidade de criar um meio de comunicação comprometido com esses movimentos e em contraposição a mídia burguesa. Em pouco tempo se propagou por outros países, inclusive no Brasil, sendo utilizado como ferramenta de mobilização da luta anticapitalista.

Seguindo as manifestações contra a política econômica, ativistas se encontraram em Washington, nos EUA em abril de 2000 no encontro semestral do Fundo Monetário Internacional – FMI e do Banco Mundial. Nesse encontro os ativistas já eram esperados e foram impedidos de chegar ao local da reunião pela polícia que se organizou previamente para que o encontro não obtivesse o sucesso de manifestação como ocorreu no ano anterior em Seattle, porém alguns pontos da pauta dos manifestantes foram incorporados às discussões do encontro, gerando visibilidade internacional aos ativistas.

Poucos meses depois, ativistas se encontraram novamente na Conferência Anual do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial. Em Praga – República Tcheca em setembro de 2000, cerca de vinte mil ativistas manifestaram em frente ao local do Encontro. Nesse momento, muitas reivindicações dos movimentos a qual os manifestantes representavam já estavam incorporadas na pauta da reunião, como por exemplo, o alívio da dívida externa e programas de combate à pobreza para os países pobres.

Ainda com descontentamento em relação aos rumos da política econômica internacional e com proposta de repensar as conseqüências para as regiões mais pobres do mundo, em 2001, reuniram-se em Porto Alegre no Brasil milhares de pessoas para pensar alternativas, em protesto realizado paralelamente ao encontro do Fórum Econômico Mundial que ocorreu na cidade de Davos na Suíça.

O Fórum Social Mundial marcou o movimento contra a globalização e teve como objetivos apresentar alternativas à ascensão neoliberal. Através do slogan “um outro mundo é possível”, se posicionavam contra as políticas neoliberais e os processos econômicos decididos antidemocraticamente no Fórum Econômico Mundial - FEM em Davos na Suíça. O evento teve edições em outros países nos anos seguintes, tendo crescido e agregado militantes pelas suas causas.

Poucos meses depois do I Fórum Social Mundial, cerca de mil manifestantes encontram-se novamente em Quebec – Canadá em abril de 2001, no encontro dos

chefes de Estado do continente americano sobre a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA). Com o movimento anti-globalização já consolidado, a polícia cercou a entrada do evento e os manifestantes não conseguiram efetividade nas manifestações.

Três meses depois, em julho de 2001, cerca de 200 mil manifestantes se encontraram em Gênova - Itália, na reunião do Grupo dos sete países mais ricos e a Rússia, o G8. Essas manifestações sofreram a violência policial, que chegou a alguns locais que serviam de apoio aos manifestantes e inclusive a matar um deles.

De acordo com Gohn (2002), o caráter da luta antiglobalização impressa nesses movimentos, os coloca como uma das principais novidades no cenário político em escala mundial, dada sua forma diferenciada de articulação/atuação e as possibilidades que engendra. Através dessas formas renovadas de expressão e manifestação surge uma nova gramática no repertório dos movimentos, “trazendo novamente as lutas sociais para o palco da cena pública e a política para a dimensão pública - tanto na forma de operar, nas ruas, quanto no conteúdo do debate que trouxe à tona: o modo de vida capitalista ocidental moderno e seus efeitos” (GOHN, 2002).

Nessa perspectiva, acredita-se com esse estudo, que a utilização das tecnologias de informação e comunicação, em especial da Internet, feita pelos movimentos Exército Zapatista de Libertação Nacional – EZLN e pelo Centro de Mídia Independente – CMI, contribui para as mudanças necessárias na construção das alternativas ao atual modelo econômico, político, social e cultural.

3.2 A INCORPORAÇÃO DAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NA LUTA ANTI-CAPITALISTA

Conforme explicitado na seção anterior, constata-se nas últimas décadas um agravamento das condições de reprodução material para grande maioria dos povos sob a égide capitalista, principalmente no que tange a classe trabalhadora latino-americanas, haja vista as contradições específicas do padrão periférico de acumulação que soma à racionalidade econômica vigente, dificuldades estruturais para a concretização necessária de um projeto coletivo.

A discussão proposta nesse capítulo busca desenvolver uma reflexão sobre os novos elementos que compõe a luta da classe trabalhadora, especialmente no

que se refere aos movimentos de luta e resistência anti-capitalista, pois supõe-se que as formas renovadas de manifestar descontentamento e travar conflitos, além de demonstrar uma outra maneira de comunicar, são capazes de exercer pressão política e ainda indicar um caminho alternativo para as transformações necessárias.

De acordo com Ianni (1998), a internet pode ser considerada o *Ágora*⁸ eletrônico da chamada sociedade global. Entretanto, faz-se necessário advertir que a existência da rede mundial como ciberespaço público não a responsabiliza pela efetiva materialização da justiça e da igualdade, até mesmo porque estas devem ser arquitetadas através de participação, luta social e resistência.

O importante a ressaltar é que trata-se de uma mudança significativa na forma de conduzir supracitada luta e resistência que, imbricadas pela dimensão eletrônica, torna possível a ampliação dos horizontes políticos de atuação na contemporaneidade. Nas palavras de Moraes (2000):

A militância *on line* vem alargar a teia comunicacional planetária, usufruindo de uma das singularidades do ciberespaço: a capacidade de disponibilizar, em qualquer espaço-tempo, variadas atividades, formas e expressões de vida. A cibercultura universaliza as visões de mundo mais díspares, os modos de organização social mais contrastantes, as ambições mais difusas, sem favorecer pensamentos únicos ou domínios por coerção. Trata-se de um âmbito virtual de conhecimentos múltiplos, que congrega forças, ímpetos e interesses contraditórios. [...] O ciberespaço configura-se como um universal indeterminado, sem controles e hierarquias aparentes, sem pontos fixos para a veiculação de informações e saberes. No ciberuniverso, as partes são fragmentos não-totalizáveis, isto é, não sujeitas a um todo uniformizador de linguagens e concentrador de poderes. As relações entre as partes podem reinventar-se, em densidade e em extensão, sem que umas se sobreponham ou subjuguem as demais. (MORAES, 2000)

É necessário salientar ainda, que o autor analisa o ciberespaço não como uma esfera divorciada dos embates sociais concretos, à medida que conforma uma relação de complementaridade com o real, através da hibridação de recursos tecnológicos. O mais importante em sua reflexão, no entanto, corresponde a percepção da potencialidade da internet para constituir o alicerce de um itinerário comunicacional capaz de estruturar uma práxis virtual eminentemente distinta dos meios convencionais de luta e resistência.

⁸ *Ágora* é o espaço público principal onde se constituía a política na *pólis* grega, marcado principalmente pela democracia direta, na qual todos os cidadãos tinham voz e voto iguais. Ao referir-se ao *Ágora* eletrônico, Ianni (1998) remete a democracia conveniente ao futuro da sociedade capitalista, portanto, adequada aos valores da representação e individualidade.

Assim, pode-se afirmar que a comunicação dos movimentos na sociedade informacional, realizada através da rede mundial enquanto recurso estratégico constitui renovação dos códigos de militância. É fato que a utilização da mídia, sobretudo de uma mídia independente como a internet, confere mais efetividade as mobilizações sociais em virtude da agilidade com que comunica e do caráter transnacional de seu alcance.

A associação da informática à microeletrônica e às telecomunicações, reflexos de um novo paradigma, caracteriza uma etapa que Castells (2002a) relaciona ao rejuvenescimento da presente fase do capitalismo. Segundo o autor os avanços estabelecidos pelas tecnologias remetem a uma relação dialética, pois ao mesmo tempo em que se constituem como elemento facilitador do atual estágio de acumulação de capital, é possível considerá-las também como meio de comunicação e assim, infra-estrutura material de uma forma organizativa com potencial mobilizatório.

Apesar de serem organizadas em paradigmas oriundos das esferas dominantes da sociedade (por exemplo, o processo produtivo, o complexo industrial militar), a tecnologia e as relações técnicas de produção difundem-se por todo o conjunto de relações e estruturas sociais, penetrando no poder e na experiência e modificando-os. [...] Como o informacionalismo baseia-se na tecnologia de conhecimentos e informação, há uma íntima ligação entre cultura e forças produtivas e entre espírito e matéria, no modo de desenvolvimento informacional. Portanto, devemos esperar o surgimento de novas formas históricas de interação, controle e transformação social. (CASTELLS, 2002a, p. 54)

Nessa esteira, afirma-se o potencial político da incorporação da mídia eletrônica como instrumento da luta e resistência por parte dos novos movimentos e organizações. Além disso, o alcance, em termos de multiplicidade de acessos, indica a sensibilização da opinião de outros sujeitos que passam a agregar demandas, interagir e comunicar, tornando ainda mais legítimas as causas coletivas.

Como exemplo dessa assertiva, podemos citar a mobilização de muitos movimentos internacionais contra a globalização, conforme exposto no capítulo anterior. Todos os supracitados processos descritos mobilizaram a opinião pública de forma tal que o hegemônico *discurso da globalização* passou a ser tema de discussão crítica nos diferentes espaços públicos da sociedade.

A lógica dessa maneira de organização corresponde à otimização dos meios existentes através de sua incorporação na esfera da luta social. Significa dizer que a sociedade não é a tradução íntegra e sem rupturas do poder dominante, tampouco a

expressão perpétua de padrões de vida intactos: trata-se de uma arena de conflitos e contradições onde os interesses divergentes podem se apropriar de novos elementos com objetivo de incrementar sua atuação no processo de construção das transformações.

Ao conferir novos sentidos aos movimentos de luta e resistência, projetando a atuação política no ciberespaço, contesta-se diretamente a mídia burguesa, o grande capital e a ação dos Estados nacionais ou bloco econômico em favor de determinados regimes de acumulação que negligenciam indignamente o cotidiano das classes trabalhadoras.

Assim sendo, reafirma-se a mídia como aparelho de comunicação e expressão da realidade que, considerada em sua estrutura de massa na sociedade capitalista, é produtora de consensos sociais. A mídia é fundamental para a compreensão da atual configuração social do sistema, da mesma forma para o entendimento das mobilizações contra ou a favor da conjuntura capitalista.

Do ponto de vista estrutural pode-se identificar que a mídia tem intrínseca vinculação com a acumulação de capital, pois através do uso dos meios de comunicação pelos grupos dominantes perpetua-se a ideologia dominante que permanentemente cria e recria suas bases. No entanto, a hipótese que pretendemos comprovar com este estudo, é como determinada utilização de uma mídia considerada multidimensional, como a internet, pode possibilitar ultrapassar essa fronteira.

Uma análise que aponta para esse entendimento é a de Cohn (1978) quando realiza um estudo sobre o pensador Marshall McLuhan. De acordo com o autor, McLuhan considera que os meios de comunicação são extensões do homem, pois formam o meio ambiente no qual ele se move, se projeta e se forma. Assim, considera o ambiente criado pelo homem como uma segunda natureza que em uma relação recíproca forma o próprio homem por moldar seus padrões de percepção do mundo e de si próprio (COHN, 1978).

Um dos maiores postulados da obra de McLuhan, de acordo com Cohn (1978), refere-se à importância essencial conferida a natureza do meio de comunicação para a compreensão dos seus efeitos sociais, pois para ele a mensagem obedece as características do meio em que é transmitida. Assim, o

mesmo conteúdo, transmitido através de meios diferentes, terá efeitos sociais diferentes.

Por essa esteira corrobora com a análise desenvolvida nesse estudo, ou seja, a importância decisiva do meio de comunicação para articulação social, de modo que ao atribuir à forma de transmissão dessas mensagens o exercício singular da comunicação, nos permite pensar a internet como meio alternativo de sensibilização e conscientização social já que corresponde a uma mídia menos atrelada às ideologias presentes nos veículos de comunicação de massa na sociedade capitalista.

Desse modo, tendo em vista a possibilidade de interação social que a internet estabelece a partir da sua forma, é possível pensar na sua constituição como contraposição à forma unilateral de comunicabilidade da opinião pública. Ou seja, não permitir que imprima *falso sentido* (ADORNO, 1978)⁹ no que se refere a fatos e relações, mas fomentar um espaço para incitar o diálogo, bem como conferir visibilidade política e possibilitar entendimento entre os pares.

O que peculiariza a internet e a torna apta para tal refere-se ao fato da rede mundial disponibilizar informações para qualquer ser humano conectado em qualquer espaço e tempo, bem como possibilitar a interatividade, o que confere aos usuários status de autores e não somente telespectadores, ouvintes ou leitores. O que significa que por meio da internet as pessoas exercem participação ativa, e que, além de buscar e receber informações, também podem gerá-las, publicá-las e assim contribuir para a construção de outra sociabilidade. Por esse motivo, pode ser considerada um ambiente diferenciado de comunicação. Segundo Castells (2004)

Porque a comunicação constitui a essência da actividade humana, todas as áreas da actividade humana estão a ser modificadas pela penetrabilidade dos usos da internet [...]. Uma nova estrutura social, a sociedade em rede, está a estabelecer-se em todo planeta, em formas diversas e com conseqüências bastante diferentes para a vida das pessoas, segundo a sua história, cultura e instituições. Tal como aconteceu com outras mudanças estruturais anteriores, esta transformação oferece tantas oportunidades como levanta desafios. A sua evolução futura é bastante incerta e está submetida às dinâmicas contraditórias que opõem o nosso lado obscuro às nossas fontes de esperança. (CASTELLS, 2004, p. 317)

⁹ “[...] assim aquele a quem o gênio do domínio da natureza permite ver as coisas distantes só enxerga o habitual, enriquecido pela mentira de que se trata do diferente, pela qual isso lhe é impingido enquanto falso sentido do seu cotidiano” (ADORNO, 1978, p. 354). O autor refere-se principalmente à televisão e aos meios de comunicação de massa, cujo papel corresponde a perpetuação de ideologias para reprodução da sociedade capitalista.

Nosso enfoque analítico concerne às oportunidades as quais se refere o autor. Ou seja, para além do seu potencial de interação social, trata-se da possibilidade da mídia eletrônica¹⁰ constituir-se enquanto arena privilegiada da política, principalmente por meio da internet, que pela natureza de seu formato, é possível pensar no fomento de novas práticas e alimentar assim, *fontes de esperança*.

Essa perspectiva reflete uma oportunidade que ultrapassa o âmbito da esfera puramente comunicativa da rede mundial de computadores por aprimorar as formas tradicionais de participação política com elementos que além de partilhar informações incrementam o nível de democratização da sociedade à medida que permitem imprimir horizontalidade aos processos sócio-políticos.

Outra análise do autor que converge para esse entendimento, indica que determinado uso das novas tecnologias de informação e comunicação propicia a criação de novas regras do jogo que, no contexto das transformações engendradas na atual etapa em que se encontra a sociedade, afetam profundamente a política (CASTELL, 2002b). Embora o autor não acredite que a política possa ser reduzida a dimensão tecnológica, ressalta que sem a mídia não há meios de adquirir ou exercer poder:

Ao destacar o papel crucial da mídia eletrônica na política contemporânea, estou querendo dizer [...] que em virtude dos efeitos convergentes da crise dos sistemas políticos tradicionais e do grau de penetrabilidade bem maior dos novos meios de comunicação, a comunicação e as informações políticas são capturadas essencialmente no espaço da mídia. Tudo o que fica de fora do alcance da mídia assume a condição de marginalidade política. O que acontece nesse espaço político dominado pela mídia não é determinado por ela: trata-se de um processo social e político aberto. Contudo, a lógica e a organização da mídia eletrônica enquadram e estruturam a política. (CASTELLS, 2002b, p. 368)

Assim, o autor confere a mídia um lugar privilegiado quando se trata de internet. Castells (2002) entende a rede como lugar da virtualidade real, pois o chamado ciberespaço eletrônico realiza a conexão interativa e pluridirecional, em tempo real, entre atores sociais de diferentes diversidades, espaços, distâncias e orientações culturais, dessa maneira esse meio eletrônico pode protagonizar a mudança da cultura política e dos consensos sociais na atual sociedade.

¹⁰ Ao usar a conceituação "mídia eletrônica" o autor refere-se ao rádio, a televisão e as demais formas de comunicação, tais como jornal e internet.

Trata-se, nessa esteira, das novas formas de ativismo político que através dos meios tecnológicos de informação e comunicação, constroem novos rumos à sua luta. Miguel (1999) concorda com essa assertiva:

É possível imaginar uma utilização diferente das novas tecnologias da informação, que dependem da capacidade de mobilização da sociedade e de sua vontade de implementar um projeto alternativo (e, na verdade, antagônico) ao da indústria da teleinformática. Ou seja, depende da capacidade dos diversos grupos sociais para se apropriar das novas tecnologias e usá-las com objetivos emancipatórios. (MIGUEL, 1999, p. 142)

Para tanto, em princípio, segundo o autor, é preciso encontrar um caminho alternativo de organização para a mídia, que vá ao encontro de luta e resistência pertinentes as manifestações das forças sociais, de modo a evitar a progressiva dominação e manutenção do poder, próprias da sociedade capitalista.

Nessa perspectiva, esse estudo objetiva analisar referidos caminhos, intento que finalizamos no próximo capítulo, onde pretendemos demonstrar a relevância das novas formas de luta através da internet e reafirmar que “a organização política da classe trabalhadora é agora mais importante e potencialmente efetiva do que nunca” (WOOD, 2005, p. 115).

4 MOINHO TECNÓLOGICO E MOVIMENTOS DE LUTA E RESISTÊNCIA

A análise apreendida acerca da utilização das novas tecnologias de informação e comunicação pelos movimentos, inicialmente situou o fenômeno estudado na totalidade concreta, ou seja, o modo de produção capitalista e os parâmetros mundiais que assume seu sistema global de acumulação. Esse referencial metodológico refere-se ao entendimento das tecnologias, bem como dos movimentos e lutas engendradas no capitalismo, como resultado de um processo histórico e social, por esse motivo, componente fundamental desse estudo.

Nessa perspectiva, partimos a seguir com a análise do Exército Zapatista de Libertação Nacional – EZLN de Chiapas e do Centro de Mídia Independente – CMI, considerando o marco histórico-estrutural estudado, tendo em vista a abordagem crítica das novas determinações geradas a partir do uso das tecnologias de informação e comunicação.

Nesse sentido, é emergente pensar criticamente os novos elementos que compõe a luta da classe trabalhadora, pois supõe-se que as formas renovadas de exercer pressão política e de travar conflitos podem indicar um caminho de transição para a superação do modo de produção atual.

4.1 RESISTÊNCIA E LUTA ZAPATISTA: DIGNIDADE, ESPERANÇA E TECNOLOGIA

O Exército Zapatista de Libertação Nacional – EZLN – é um movimento revolucionário, cujas origens remetem as mobilizações que marcaram o final da década de 1960 no México. O nome do movimento refere-se a uma homenagem a memória de Emiliano Zapata, um dos líderes da Revolução Mexicana de 1910. O espírito de rebeldia que impulsiona a luta dos guerrilheiros até os dias atuais, é formado principalmente por indígenas de diversas etnias, camponeses e também por homens e mulheres mexicanos que sonham com melhores condições de vida para todos.

O levante armado que mostrou o movimento para o mundo ocorreu em 1º de janeiro de 1994 quando o sudeste do México, estado de Chiapas¹¹, viu nascer um grito de “Basta!” que ecoava para além das fronteiras de suas tribos, constituindo um coro pela ânsia a uma liberdade forjada por uma vida indigna e contra a morte silenciada de seus antepassados. O texto da *Primeira Declaração da Selva Lancadona* é claro:

Somos produto de 500 anos de lutas: primeiro contra a escravidão, na guerra de Independência contra a Espanha encabeçada pelos insurgentes; depois para evitar sermos absorvidos pelo expansionismo norte-americano; em seguida, para promulgar nossa Constituição e expulsar o Império Francês de nosso solo; depois, a ditadura porfirista nos negou a aplicação justa das leis de Reforma e o povo se rebelou criando seus próprios líderes, assim surgiram Villa e Zapata, homens pobres como nós, e quem se negou a preparação mais elementar, para assim utilizar-nos como bucha de canhão e saquear as riquezas de nossa pátria, sem importar que não tenhamos nada, absolutamente nada, nem um teto digno, nem terra, nem trabalho, nem saúde, nem alimentação, nem educação, ser ter direito de eleger livre e democraticamente nossas autoridades, sem independência dos estrangeiros, sem paz nem justiça para nós e nossos filhos. (EZLN, 1994 apud DI FELICE e MUÑOZ 1998, p.39)

A guerrilha que vinha sendo implementada e preparada em Chiapas desde 1983, cruzou as montanhas do Estado com rebeldes encapuzados e com armas nas mãos para celebrar suas condições pífias de vida e seu passado de enfrentamentos justamente no dia em que o México selava sua adesão ao Tratado de Livre Comercio da América do Norte, comprometendo, dessa maneira, parte de sua soberania a um organismo comandado pelos Estados Unidos.

Assim, o Exército Zapatista de Libertação Nacional, sintonizando-se com um longo passado de enfrentamentos, ingressa na história mexicana como um movimento político-social armado, para confrontar o neoliberalismo no país, impugnar suas conseqüências catastróficas, e conferir real sentido ao trigésimo nono artigo da Constituição Mexicana, pelo qual: “A soberania nacional reside essencial e originariamente no povo. Todo poder público emana do povo e se institui

¹¹ É importante destacar que em Chiapas os contrastes e contradições assumem aspectos incomensuráveis. Por exemplo, o território concentra cerca de 82% de toda a indústria petroquímica do México e suas hidrelétricas produzem 20% das energias de que o país precisa. Apesar disso, somente 1/3 das casas no estado têm luz elétrica e a grande maioria das pessoas não possui sequer um lâmpião a gás. Chiapas produz grandes quantidades de alimentos como milho, café, e matéria-prima para indústria como madeiras nobres e outras fontes de riquezas e ainda assim, 54 em cada 100 moradores estão desnutridos, sendo que na região da selva, a desnutrição ameaça a vida de 80% da população. Dentre as famílias indígenas e camponesas a miséria e a fome causam uma morte a cada 35 minutos. (GENNARI, 2005)

em benefício deste. O povo tem, em todo tempo, o direito inalienável de alterar ou modificar sua forma de governo” (MEXICO, 1917).

Desse modo, invocavam a sociedade do seu país para unirem-se na mesma luta, visando agregar forças por “trabalho, terra, teto, alimentação, saúde, educação, independência, liberdade, democracia, justiça e paz” (EZLN, 1994 *apud* DI FELICE e MUÑOZ 1998, p.41).

Nessa esteira, a constante busca por entendimento e apoio junto à sociedade civil também é traço importante da estrutura do movimento. Inclusive, para cultivar um relacionamento positivo com o povo mexicano, após o primeiro levante armado zapatista, salvo raras exceções, o EZLN cultiva o diálogo, vivendo uma constante luta política baseada na paz armada ou, como consideram alguns autores, uma guerra de baixa intensidade¹².

De acordo com Gennari (2005), os zapatistas não travam uma luta por leis e tampouco estariam calados com promessas de construção de escolas ou hospitais, à medida que seu apelo constitui um convite à sociedade, um chamado para todos repensarem o cotidiano a partir dos elementos essenciais negados a população mais simples e cuja falta, nas terras de Chiapas, ainda traça reflexos reais da constante guerra de extermínio em que vivem os povos indígenas.

A guerrilha iniciada em Chiapas conferiu uma singularidade ao movimento zapatista por caracterizá-los como o “primeiro movimento de massas que convoca uma resistência global, armada e sem quartel contra o neoliberalismo” (BORON, 2003, p. 204), o que lhes permitiu atingir sua universalidade. Nesse sentido, pode-se dizer que a maneira como o Exército Zapatista de Libertação Nacional expôs ao mundo o custo humano do capitalismo e o modo pelo qual a globalização econômica agudiza suas contradições em nome da acumulação, constituiu a primeira grande originalidade do movimento.

Outra peculiaridade da organização chiapaneca refere-se a maneira como concebem a relação de sua luta com o poder e a concepção de revolução que pretendem engendrar. Ou seja, o movimento não se coloca como uma vanguarda

¹² Atualmente, segundo comunicados zapatistas e testemunhos de observadores internacionais, vive-se em Chiapas uma situação de “guerra de baixa intensidade”, ou seja, o governo ao mesmo tempo em que declara uma situação de paz, desprende no território de Chiapas quase um terço do efetivo militar, buscando por um lado, desgastar a imagem do EZLN, minar o apoio das comunidades ao movimento, através de uma guerra psicológica, e por outro lado, fazer um cerco à guerrilha. Para uma análise detalhada sobre a “guerra de baixa intensidade”, ver PINEDA, 2003.

revolucionária tradicional, à medida que não objetiva a tomada do poder político do Estado existente. Um trecho da *Segunda Declaração da Selva Lacandon* exprime a idéia geral de supracitada concepção:

O problema do poder não é saber quem será o titular do cargo e sim quem o exerce. Se o poder é exercido pela maioria, os partidos políticos se verão obrigados a confrontar-se com esta maioria e não entre si. O fato de recolocar o poder neste marco de democracia, liberdade e justiça obrigará a uma nova cultura política no interior dos partidos. Deverá nascer uma nova classe de políticos e, não duvidem, nascerão partidos políticos de novo tipo. Não estamos propondo um mundo novo, mas apenas algo muito anterior a isso: a ante-sala de um novo México. Nesse sentido, esta revolução não se concluirá numa nova classe, fração de classe ou grupo no poder, e sim num espaço livre e democrático de luta política. (EZLN, 1994 *apud* GENNARI, 2005, p. 46-47)

Pode-se dizer que o espaço político-social que o movimento zapatista pretende construir caminha para o estabelecimento de uma *nova cultura política* de base, ou seja, um espaço autônomo onde deve reinar a democracia real e a justiça, configurando um *cenário aberto de radicalidade política*.

Ao analisar a relação do movimento zapatista com a problemática do poder, Holloway (2005) aponta que mudar o mundo sem tomar o poder caracteriza-se como o maior desafio revolucionário do século XXI. O autor coloca ainda que esse chamado zapatista tem uma repercussão extraordinária por retratar um descontentamento coletivo com a esfera do político, expressa na ineficiência do Estado em proporcionar condições dignas de vida para todos.

Um terceiro elemento que surpreende na atuação do EZLN deve-se a utilização das tecnologias de comunicação e informação, especificamente a Internet, para aproximar Chiapas e o movimento com o restante do mundo. Segundo Castells (2002b), a estratégia de comunicação virtual dos zapatistas os caracteriza como o primeiro movimento de guerrilha informacional.

Um elemento essencial nessa estratégia foi o uso das telecomunicações, vídeos e comunicação via computador pelos zapatistas, visando tanto difundir suas mensagens de Chiapas para o mundo [...] quanto organizar uma rede mundial de grupos de solidariedade que literalmente cercaram as intenções repressoras do governo mexicano. (CASTELLS, 2002b, p. 104)

Assim, comunicação autônoma foi uma tática muito importante para a legitimidade do movimento em caráter mundial. A internet aparece como um recurso informacional que possibilita comunicação em alta velocidade, bem como maior amplitude do seu alcance, além de caracterizar também uma alternativa a mídia

tradicional burguesa e repúdio as tentativas constantes da mesma de desqualificar o movimento.

Apontando para o mesmo sentido, a análise de Rubim (2002) apresenta as tecnologias midiáticas como importante elemento tático na luta dos zapatistas, argumentando que tais tecnologias transformam-se em estratégia fundamental nas guerras atuais, tendo em vista a instantaneidade na publicização dos conflitos e a desterritorialização inscrita na mídia.

De acordo com o autor, na contemporaneidade o espaço virtual da mídia constitui uma das arenas essenciais da luta política justamente por utilizar um aparato que detém de modo cada vez mais crescente o poder de conferir ou negar existência social, publicizando ou silenciando acontecimentos. Através da utilização dos instrumentos tecnológicos de informação, mídia e internet, é possível sensibilizar a opinião pública internacional, caracterizando uma arma positiva para o movimento e conferindo outra lógica à esses meios.

A utilização das tecnologias de informação e comunicação para travar um *conflito comunicativo* reflete uma característica bastante acentuada do movimento zapatista e uma maneira ímpar de conduzir seu movimento político, à medida que "(...) supera as categorias políticas tradicionais, abrangendo o nível cultural e a concepção da sociedade de forma geral". (DI FELICE e MUÑOZ, 1998, p. 20)

Um marco para essa caracterização zapatista foi o *Primeiro Encontro Intercontinental pela Humanidade e Contra o Neoliberalismo* que ocorreu entre os dias 27 de julho e 3 de agosto de 1996, convocado pelo EZLN através da internet. De acordo com Gennari (2005) o encontro reuniu cerca de 5 mil pessoas vindas de 42 países, sendo que no discurso de encerramento do evento, o movimento zapatista convida a construir

Uma rede intercontinental de resistência contra o neoliberalismo. Uma rede intercontinental de resistência pela humanidade. Esta rede intercontinental de resistência, reconhecendo diferenças e conhecendo semelhanças, tentará se encontrar com outras resistências no mundo inteiro. Esta rede intercontinental de resistência será o meio em que as diversas resistências se apoiem umas às outras. Esta rede intercontinental de resistência não é uma estrutura organizativa, não tem centro de direção nem de decisões, não tem comando central nem hierarquias. A rede somos os todos que resistimos. (DI FELICE e MUÑOZ, 1998, p. 183)

Assim, a proposta do Comitê Clandestino Revolucionário Indígena do Comando Geral do Exército Zapatista de Libertação Nacional presente nessa *Segunda Declaração de La Realidad* propõe a utilização da rede mundial de

computadores como forma de aglutinar lutas mundiais em torno de causas comuns. Dessa maneira, os movimentos organizados adquirem maior organicidade e as manifestações de resistência adquirem maior reconhecimento e legitimidade junto à comunidade internacional a partir do evento.

Assim, a forma de divulgação do movimento, absolutamente nova e original, legou ao zapatismo a reinvenção das formas de pressão política e de conflito no final do século XX. Essa nova forma não se utilizava mais de um espaço geográfico de luta e movimentação específico, mas sim, de uma forma “absolutamente difícil de ser controlada, pelo fato de não se dar mais em um lugar geográfico específico, mas sim em um espaço comunicativo sem limites” (DI FELICE e MUÑOZ, 1998, p 18).

O uso das tecnologias foi analisado e discutido também nos muitos comunicados do Subcomandante Marcos, evidenciando principalmente que a utilização dessa ferramenta trouxe ao movimento muito mais que visibilidade, mas outra possibilidade política para a luta real pela causa que defendiam.

Percebe-se, dessa maneira, a importância do uso das tecnologias de informação e comunicação feita pelo Exército Zapatista de Libertação Nacional, considerando que a utilização do movimento ocorre na perspectiva de um enfrentamento das condições de subordinação das comunidades e também como mais uma ferramenta para o alicerce da esperança e a construção do novo: uma sociedade onde o postulado da igualdade e da justiça ultrapasse a esfera meramente jurídica e possa em realidade significar a ausência de dominação/exploração de classe e assim todos possam alcançar autonomia e liberdade.

Nós pensamos que a transformação revolucionária no México não será produto da ação em um só sentido. Ou seja, não será em sentido estrito uma revolução armada ou uma revolução pacífica. Será, primordialmente, uma revolução que resulte da luta em múltiplas frentes sociais, com muitos métodos, através de diferentes formas sociais, com graus diferentes de compromisso e participação. E seu resultado não será o de um partido, organização ou rede de organizações triunfante com sua proposta social específica. Senão uma sorte do espaço democrático de resolução do enfrentamento entre diversas propostas políticas. Este espaço democrático de resolução terá três premissas fundamentais que são inseparáveis, já, historicamente: a democracia para decidir a proposta social dominante, a liberdade para conformar uma ou outra proposta e a justiça a que todas as propostas deverão ajustar-se. (EZLN, 1994 *apud* CECEÑA, 2001, p. 30)

4.2 SEJA A MÍDIA: CENTRO DE MÍDIA INDEPENDENTE

O Centro de Mídia Independente - CMI é uma rede de produtores que busca, através de um sítio eletrônico, fazer mídia independente transmitindo a informação de maneira crítica com relação aos grandes meios privados de comunicação. Assim, o CMI pretende constituir-se enquanto alternativa consistente à mídia empresarial que freqüentemente distorce fatos e apresenta interpretações de acordo com os interesses das elites econômicas, políticas, sociais e culturais¹³.

O CMI brasileiro é parte de uma rede de mídia alternativa que surgiu depois das manifestações de Seattle/EUA, que ocorreram no mês de novembro do ano 1999, em virtude da 3ª Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio. Os protestos de Seattle foram um marco para as formas atuais de movimentos de luta e resistência anti-capitalista à medida que reuniu manifestantes estudantes, ambientalistas, camponeses, ativistas de direitos humanos, feministas, sindicalistas entre outros de várias partes do mundo. De acordo com Prudencio (2006),

A Batalha de Seattle, como ficou conhecida, foi marcada pelo confronto entre manifestantes e policiais, o que se repetiria nas reuniões subseqüentes daquelas organizações, e pela ampla cobertura jornalística, cujas imagens captaram a dimensão espetacular das manifestações, sistematicamente ensaiada pelos ativistas. (PRUDENCIO, 2006, p. 5)

As imagens desse movimento mostraram ao mundo uma diversidade de pessoas e grupos sociais que formavam um corpo de militantes para manifestar sua resistência ao modelo imposto de globalização e à política econômico-financeira praticada pelos países centrais, evidenciando aos ativistas o potencial da utilização política da mídia, para divulgação e mobilização a favor de suas causas.

Segundo Antoun (2002, p. 21), "a indecente cobertura jornalística da velha mídia corporativa e centralizada" gerou a idéia de fazer uma mídia que repassa a informação na perspectiva de quem está protagonizando-a, ou seja, dos manifestantes e ativistas reunidos naquela ocasião. Assim, com o propósito de se opor à cobertura jornalística da mídia internacional, que reportou de maneira unilateral o ato político em Seattle, foi criado o Centro de Mídia Independente.

Dessa forma, o Independent Media Center – IMC/indymedia, sediado na internet, teve sucesso imediato após aqueles protestos, espalhando-se por outros

¹³ <<http://www.midiaindependente.org>>

países e chegando ao Brasil, constituindo então a sede brasileira – Centro de Mídia Independente, a partir de janeiro de 2001. “Os *indymedia* são grupos de comunicação pela internet que oferecem textos, fotos, vídeos e áudio. Formam uma espécie de agência de notícias alternativa, ativista e descentralizada, ligada em uma rede *websites*” (CHRISPINIANO, 2002, p. 33).

Sua ramificação no Brasil, segundo Rigitano (2003) surgiu em virtude da participação de ativistas brasileiros na organização dos protestos contra a reunião do Fundo Monetário Internacional – FMI que ocorreu em Praga/Republica Tcheca, no mês de setembro do ano 2000. Assim, considerando o paradigma de outros centros similares espalhados pelo mundo, foi criado no Brasil o Centro de Mídia Independente que partilha do mesmo objetivo internacional do movimento: criar mídia independente, ou seja, sem ligação com as instituições de mídia já estabelecidas e guiadas pela ideologia dominante.

Dessa maneira, o *website* mídia independente no país, é composto por vários grupos de produtores que se localizam em distintas regiões. Segundo Rigitano (2003), existem grupos em São Paulo, Belo Horizonte, Brasília, Caxias do Sul, Fortaleza, Goiânia, Porto Alegre, Rio de Janeiro e Salvador e outros que estavam em formação em outras partes do país na ocasião de sua pesquisa em 2003. Os grupos precisam satisfazer alguns critérios e princípios, além de seguir a linha editorial do coletivo.

A política editorial do CMI¹⁴ visa determinar padrões para orientar as publicações de acordo com os princípios político-sociais da organização, de modo que sendo assim, qualquer pessoa ou grupo que compartilhe dos mesmos objetivos do coletivo pode ser *mídia*. Tais princípios referem-se à democratização da sociedade, à adoção da perspectiva dos oprimidos, bem como dos movimentos de luta e resistência, a atitude construtiva, a tolerância, a utilização de software livre e a disponibilização do conteúdo do site sob a licença de *copyleft*¹⁵.

A transmissão de notícias sobre os eventos organizados pelos próprios ativistas constitui o fundamento do CMI em todas as partes do mundo, em que o

¹⁴ <http://www.midiaindependente.org>

¹⁵ “O *copyleft* utiliza o mesmo modelo da lei dos direitos autorais, mas invertendo-o em termo do propósito habitual: em vez de ser um meio de privatizar o software, torna-se um meio de mantê-lo livre” (MALINI, 2002, p. 164).

coletivo editorial de mídia do movimento reporta os acontecimentos a partir da perspectiva dos seus protagonistas repassando, dessa forma, notícias que não seriam veiculadas na mídia corporativa ou o seriam de maneira manipulada, como por exemplo, a violência da polícia contra os manifestantes.

Thompson (1998), ao analisar o papel relevante da mídia no que concerne a estruturação da informação e sua relação com a política nos processos de interação social dos sujeitos políticos constitui uma análise que corrobora para o entendimento da utilização da mídia pelos movimentos:

O surgimento da comunicação de massa, e especialmente o surgimento da circulação em massa de jornais no século XIX e a emergência da difusão por ondas no século XX, teve um impacto profundo no tipo de experiência e nos padrões de interação característica das sociedades modernas. Para a maioria das pessoas hoje, os conhecimentos que nós temos dos fatos que acontecem além do nosso meio social imediato são, em grande parte, derivados de nossa recepção das formas simbólicas mediadas pela mídia. [...]. Do mesmo modo, nossa experiência dos acontecimentos que tiveram lugar em contextos que são, espacial e temporalmente, remotos, de greves e demonstrações até massacres e guerras, é, em grande parte, mediada pelas instituições da comunicação de massa; de fato, nossa experiência desses fatos como 'políticos', como constitutivos do campo da experiência que é vista como política é, em parte, o resultado de uma série de práticas institucionalizadas que conferem a ela um status de notícia. O papel da mídia é tão fundamental a esse respeito que seríamos, no mínimo, parciais se retratássemos a natureza da conduta política, a nível nacional e internacional, sem referência ao processo de comunicação de massa. (THOMPSON, 1998, p.285)

De acordo com o autor, a comunicação de massa interfere na organização social da rotina, pois propicia maneiras diversas de interagir socialmente, ou seja, os meios de comunicação possibilitam formas de ação e interação na sociedade. Assim, o papel da mídia, à medida que incorpora fatos que acontecem em todos os âmbitos e ambientes do mundo na vida cotidiana das pessoas, é protagonista das relações sociais.

É importante destacar também o caráter político da notícia já que as informações que ocorrem nos mais diversos lugares chegam às casas e à vida das populações com facilidade, formando e sensibilizando opiniões. Dessa maneira, torna-se preponderante por provocar emoções sobre fatos que envolvem as pessoas e acontecimentos a elas relacionados, despertando sentimentos humanos como solidariedade, angústia, felicidade, etc. Isso caracteriza a intrínseca relação da mídia com a dinâmica social e a influência que exerce sob seus aspectos.

Ainda sobre essa relação da mídia com a sociedade, Ianni (1998) alerta que a relevância das tecnologias eletrônicas, informáticas e cibernéticas está em

compreender que a mídia tem precípua importância em todos os níveis das relações sociais. Tanto em âmbito nacional quanto mundial é preciso reconhecer que a mídia influencia e é influenciada pela sociedade e seus processos.

Todavia, a análise de Ianni (1998) entende a mídia como fundamental para a sociedade capitalista tendo em vista que cria necessidades, transformando mercadoria em ideologia, mercado em democracia e gerando assim, a cidadania baseada no consumo. Nesse sentido, a mídia une “a produção e a reprodução cultural com a produção e reprodução do capital” (IANNI, 1998) com o propósito de homogeneizar culturas e formar hábitos globais.

Dessa forma, ao utilizar a mídia e a internet para repassar informações a partir do ângulo dos movimentos sociais e ativistas diversos, o CMI caminha em direção inversa a essa perspectiva, pois denuncia o modelo econômico-social vigente e apregoa a possibilidade de uma sociedade livre, igualitária e com respeito ao meio ambiente. Sendo assim, pode-se caracterizá-lo como uma ferramenta de luta e resistência, sempre mantendo a crítica ao padrão de acumulação excludente e ambientalmente insustentável.

O CMI se distingue dos movimentos sociais característicos dos anos 80 e do início dos anos 90 do século XX, justamente pela capacidade de retomar questões diversas, se apropriando de uma mídia que consegue articulá-las e potencializar o alcance dessas questões. (CABRAL FILHO, 2006, p.7)

Ou seja, além da apropriação das tecnologias de comunicação e informação, refere-se principalmente a necessidade de disseminar a pluralidade da informação e promover a democratização da forma de comunicar. Essa dinâmica, além de contribuir com a organização dos movimentos, informa a sociedade e convida para a luta.

O coletivo internacional de mídia independente organizou outros protestos e manifestações de caráter global derivadas do ideário dos movimentos anti-capitalistas e contra os organismos internacionais depois de Seattle em 1999. Essas manifestações seguiram a pauta de encontros da OMC e FMI e tiveram como objetivos demonstrar o descontentamento com a pauta econômica global e o descaso com o meio ambiente e com os países periféricos que não compartilham os ganhos e os avanços econômicos e políticos daqueles.

Entretanto, apesar de suas manifestações contra as conseqüências perversas do sistema de acumulação, o coletivo do CMI não se constitui como um movimento contra o modo de produção capitalista, mas como ativistas pela igualdade de acesso

ao produto desse modelo, ou seja, reportam a necessidade de globalizar a proteção ao meio ambiente e um padrão de vida digno para todos.

Nossos críticos dizem que somos contra a globalização, mas isto está errado. Nós queremos globalizar a proteção ambiental os padrões de trabalho e uma qualidade de vida decente para todos os seres humanos. O Banco Mundial e o FMI foram as criadas da mesquinha das corporações por tempo suficiente – está na hora de diminuir estas instituições. (IMC *apud* ANTOUN, 2002, p. 27)

Nesse sentido, o objetivo do CMI é tornar global também a resistência, haja vista que hoje o sistema econômico, político e social também são globais. A idéia de utilizar o mesmo método usado pelos grandes organismos e agências econômicas é conscientizar a comunidade internacional sobre os prejuízos causados pela busca incessante do aumento de lucros na sociedade capitalista.

A internet é, sem dúvida, uma tecnologia da liberdade, mas pode servir para libertar os poderosos e oprimir os desinformados e pode conduzir à exclusão dos desvalorizados pelos conquistadores do valor. [...]. Porém, as nossas vidas não estão determinadas por verdades gerais e transcendentais, [...] Para sermos capazes de atuar sobre nós próprios, individual e coletivamente, e podermos aproveitar as maravilhas da tecnologia que criamos, encontrar um sentido para nossas vidas, criar uma sociedade melhor e respeitar a natureza, devemos situar a nossa ação no contexto específico de dominação e libertação em que vivemos. (CASTELLS, 2004, p. 317)

O coletivo do CMI, portanto, se manifesta diante das contradições da sociedade capitalista e de suas formas tradicionais de domínios, expressa na grande mídia, idéia que originou a instituição e impulsiona seus ideários e suas ações, ou seja, um jornalismo independente diante de um movimento inserido num contexto econômico e político dentro da sociedade.

A internet, nesse sentido, é o meio pelo qual os ativistas se utilizam para exprimir seu anseio por um mundo melhor e para fazerem a crítica ao horizonte sombrio ao qual a sociedade capitalista está destinada. Cumprem, assim, seu objetivo: unem perspectivas e democratizam a informação.

4.3 A ARTE DA RESISTÊNCIA: INFORMAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO

O futuro da sociedade industrial, ou sociedade informacional – dentre diversas denominações possíveis – foi objeto de análise de muitos autores, alguns dos quais, apresentamos no decorrer desse estudo. Pode-se dizer que grande parte das análises converge em aceitar que vivemos em uma era de transformações,

determinadas principalmente pela inserção das inovações tecnológicas na dinâmica da vida social, ocorridas a partir da década de 1970.

Outro componente presente em supracitadas análises refere-se às mudanças ocorridas em vários âmbitos da sociedade, como por exemplo, na política, na cultura, na economia, na cotidianidade, com destaque para as transformações ocorridas do trabalho e conseqüentes desencadeamentos humanos e sociais.

De acordo com Castells (2002a) a tecnologia não determina a sociedade e tampouco a sociedade escreve o curso da transformação tecnológica, em virtude da processualidade tecnológica ser determinada pela interação social. Ou seja, reside aí a importância das inovações, pois a medida que "a tecnologia é a sociedade, a sociedade não pode ser entendida ou representada sem suas ferramentas tecnológicas" (CASTELLS, 2002a, p. 43).

Marcuse (1982), ao estudar os determinantes da sociedade industrial avançada, também coloca que a tecnologia, como modo de produção e totalidade de instrumentos, dispositivos, invenções, constitui uma forma de organizar e modificar as relações sociais. Entretanto, a análise do autor apreende as transformações de modo unilateral, utilizando a expressão "sociedade unidimensional" argumenta que os avanços que compõe a nova sociedade conduzem a uma racionalidade tecnológica opressora, responsável pelo controle e dominação das consciências humanas.

Todavia, o autor desenvolveu uma teoria social crítica, na qual pensou também a superação desse padrão de sociedade. Para ele o processo de emancipação ocorrerá a partir da chamada *Grande Recusa*, ou seja, uma recusa absoluta a realidade fenomênica desse sistema, bem como a vida forjada nesse modo de produção e seus sentidos correspondentes.

Está traduzido aí o significado do que ora denomina-se arte da resistência, ou seja, movimentos para resistir e lutar contra o capitalismo aliados às tecnologias de informação e comunicação para transformação da sociedade. Assim, considera-se as inovações tecnológicas como parte de uma totalidade e como resultado de um processo histórico-social.

Nessa perspectiva, as idéias de Karl Marx, agrupadas nos trabalhos de Nathan Rosemberg e Teresinha Ferrari são analisadas por Tapajós (2003) e possibilitam uma amplitude da compreensão das contradições que permeiam essas

transformações societárias. Segundo a autora, “em lugar de atribuir algum encadeamento de causa para as mudanças tecnológicas, o pensamento constituído nas idéias de Marx oferecem um rico leque de análise, que enfatiza, as interações mútuas e realimentações entre economia e tecnologia” (TAPAJÓS, 2003, p. 49).

Ao se tratar de transformação como resultado de múltiplas interações sociais, na perspectiva desse trabalho, refere-se as possibilidades engendradas pelas tecnologias de informação e comunicação, que adquirem novo sentido a partir de sua utilização pelos movimentos de luta e resistência, a exemplo do Exército Zapatista de Libertação Nacional:

Por trabalhar nos matam, por viver nos matam. Não há lugar para nós no mundo do poder. Por lutar nos matarão, mas assim faremos um mundo onde caibamos todos e todos vivamos sem morte na palavra. Nos querem tirar a terra para que já não tenha solo nosso passo. Nos querem tirar a história para que no esquecimento morra nossa palavra. Não nos querem índios, mortos nos querem. Para o poderoso nosso silêncio foi seu desejo. Calando morríamos, sem palavra não existíamos. Lutamos para falar contra o esquecimento, contra a morte, pela memória e pela vida. Lutamos pelo medo de morrer a morte do esquecimento. (EZLN, 1997)

Vimos que o nosso silêncio foi escudo e espada que feriu e desgastou o que quer a guerra e a guerra impõe. Vimos que o nosso silêncio fez resvalar uma e outra vez um poder que simula a paz e bom governo, e cuja poderosa máquina de morte uma e outra vez se estatelou contra o silencioso muro da nossa resistência. Vimos que em cada novo ataque menos ganhava e mais perdia. Vimos que não lutando lutávamos. E vimos também que a vontade de paz também calando se afirma, se mostra e convence. (EZLN, 1998)

O EZLN trava batalhas diversas em nome da dignidade e da esperança. Em 1998, no momento em que escrevem a *Quinta Declaração da Selva Lacandona* tecem sua guerra por meio do silêncio, resistindo à tirania do governo mexicano. No entanto, a utilização da internet constitui uma estratégia permanente do movimento por comunicar sua luta para o mundo.

Nessas circunstâncias, mesmo em tempos de combate silenciado, mantém viva a palavra através de uma guerrilha eletrônica. Na internet a “principal arma foi sempre a palavra: colocada na rede, chegava em tempo real a qualquer lugar do mundo, gerando curiosidade, estima e solidariedade” (DI FELICE E MUÑOZ, 1998, p. 11).

A mudança de paradigma com relação a tecnologia, conforme observa Cavalcanti (2001), só tornou-se possível porque a presença da Internet desfez a certeza inabalável até ao fim da década de 1980 de que os meios de comunicação

serviam mais como um mecanismo de dominação ao serviço do poder, fosse ele democrático ou totalitário, capitalista ou comunista.

O autor dedicou-se a analisar a luta social no Sul do México, que alcançou o mundo com as novas práticas marcadas pela estratégia de utilização da mídia eletrônica, e apontou que o papel das tecnologias e o uso da Internet mereciam atenção a medida que indicam uma nova redefinição no conceito de guerrilha.

Cavalcanti (2001) apontou para a crítica dos zapatistas ao atual estágio social do capitalismo, às maneiras clássicas de fazer política através do movimento sindical e a adoção das tecnologias que a modernidade produziu em sua forma mais avançada do capitalismo para utilizá-las contra ele. A estrutura em rede também se formou através do grande capital, como nos demais meios de comunicação, porém Cavalcanti aponta que “a diferença fundamental é que, pela rede, a comunicação deixou de ser centralizada. Qualquer um pode ser o emissor, de qualquer ponto do planeta, com um mínimo de recursos técnicos e financeiros” (2001, p. 09), o que muda completamente a finalidade dessa característica tão marcante da sociedade capitalista, é a utilização das tecnologias de informação e comunicação para aglutinar e movimentar contra as forças sociais que os oprimem.

Também nesse sentido pode-se entender o Centro de Mídia Independente. Rigitano (2003) analisa que a organização e a atuação do CMI encontram na internet o fundamento para o novo ativismo que inaugura. Baseando-se na rede mundial de computadores, surgem novas possibilidades para sua luta social.

Desse modo, pode-se dizer que a mídia na atualidade constitui elemento essencial para o novo cenário político à medida que confere outro sentido a resistência e a luta social. Habermas ao analisar a dimensão do conflito e do consenso na sociedade capitalista, aponta que “O conflito e o consenso, tal como a própria dominação e o poder, cujos graus de estabilidade elas definem analiticamente, não são categorias pelas quais o desenvolvimento histórico da sociedade passe sem deixar vestígios” (HABERMAS, 1978, p. 200).

Contribui para o entendimento da mídia no escopo político-social, responsável pela conformação de consensos e sedimentar conflitos. Em termos da virtualidade como componente principal da mídia analisada, é importante dizer que as dimensões tradicionais de manifestar descontentamento e travar conflitos podem

ultrapassar as fronteiras locais e assim, adquirirem maior legitimidade e reconhecimento.

Autoun (2002) assinala que antes da emergência dessa nova forma de resistir, tendo a mídia com aliada, não obtinham mais efetividade em suas ações junto à sociedade e, seus manifestantes estavam condenados a gritos impotentes dos contrários à globalização e suas conseqüências. Nesse contexto a internet propiciou uma reinvenção de sentido às práticas democráticas, por tornar real a possibilidade de fazer ativismo através de comunidades nascidas do ciberespaço.

Assim, reafirma-se nesse trabalho o papel fundamental da luta e da resistência do Exército Zapatista de Libertação Nacional de Chiapas no México e do Centro de Mídia Independente no Brasil e a utilização das tecnologias de informação e comunicação, em especial a internet como constituintes dos movimentos anti-capitalistas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse Trabalho de Conclusão de Curso objetivou analisar a utilização das tecnologias de informação e comunicação e, em especial da Internet, feita pelo movimento Exército Zapatista de Libertação Nacional – EZLN de Chiapas no México e do Centro de Mídia Independente – CMI no Brasil, tendo em vista dimensionar em que medida a utilização destas, enquanto ferramenta política configura um elemento de luta e resistência.

Desde o início tornou-se evidente a opção teórico-metodológica eleita para esse trabalho, ou seja, o método dialético-materialista, pois compreende-se a realidade social não como um aglomerado de partes isoladas, mas como uma totalidade complexa, inscrita sob uma dimensão histórico-estrutural. Assim, analisou-se a utilização das tecnologias pelos movimentos estudados, a partir da processualidade com que foram incorporadas no modo de produção capitalista, e as especificidades que os processos e as relações sociais assumem no pólo central e no pólo periférico de acumulação.

Essa análise resultou fundamental para o entendimento da internet como parte constitutiva da luta daqueles coletivos em busca de uma nova lógica societária, pois o movimento crítico-dialético revela os aspectos historicamente contraditórios dos fenômenos como, por exemplo, o uso dos meios de informação, tendo possibilitado, portanto, referenciar as tecnologias de informação e comunicação também como espaço político e contraditório no âmbito das relações sociais.

Dessa maneira, o estudo apontou que a sociedade tecnológica, no apogeu do sistema global de acumulação capitalista, arquiteta tanto uma maior exploração do trabalhador quanto permite engendrar novos elementos de luta e resistência. Esse último constituiu o escopo em que se observou a utilização da internet pelo EZLN e pelo CMI: como instrumento facilitador da interação social dos protestos e manifestações e como novo componente da transformação social.

Nesse sentido, salvo as visões apologéticas sobre as tecnologias de informação e comunicação e as previsões sociais resultantes da sua inserção na vida social, expressadas no segundo capítulo desse trabalho, as inovações tecnológicas devem ser consideradas como processo sócio-econômico, por determinar as relações sociais ao mesmo tempo em que são determinadas por elas.

Considerada a estrutura social que aprisiona a existência humana aos determinantes da relação capital/trabalho, é importante destacar que a guerrilha digital travada pelo Exército Zapatista de Libertação Nacional é uma estratégia de sua luta política. Ou seja, o estudo permite considerar que, a utilização da internet pelo movimento zapatista refere-se à incorporação do meio tecnológico para denunciar a tirania governamental, fomentar internacionalmente suas lutas, comunicar-se com a sociedade civil e trocar informações com seus pares, contribuindo assim para a luta material que vivem cotidianamente na selva.

Assim sendo, insiste-se na práxis virtual como complementar a práxis política emancipatória e consideram-se impróprias as análises que insistem em reduzir a guerrilha zapatista à sua dimensão virtual. Na vida real, os muitos militantes que constroem a batalha e a resistência chiapaneca, lutam por acessos historicamente renegados aos indígenas, camponeses e operários, muitos dos quais, o estatuto legal reconhecido, não corresponde a sua efetivação material. Nas palavras do Subcomandante Marcos: “aqui vivemos pior que os cães; tivemos que escolher viver como animais ou morrer como homens dignos; a dignidade é única coisa que não se deve perder jamais” (EZLN, 1994 *apud* DI FELICE e MUÑOZ, 1998, p. 48).

Dessa forma, a idéia de uma guerra puramente informacional e comunicativa corresponde a luta real, armada, travada pelo Exército Zapatista nas montanhas do sudeste mexicano, contra as diversas maneiras que o sistema capitalista encontra de roubar seus sonhos e pela esperança de dias melhores, vividos em uma sociedade que deverá se erguer “sob os corpos nus e despedaçados” dos “homens e mulheres sem rosto e sem nome, que abandonam tudo, até mesmo a própria vida” em nome de uma causa revolucionária (*Ibidem*, p. 48-49).

A revolução que pretende empreender o movimento Zapatista é através da “resignificação do horizonte de luta, atendendo as modalidades atuais de exploração e dominação”, nesse sentido, “supõe a eliminação de todo tipo de relações de poder” (CECEÑA, 2001, p. 27). Assim, ser um exército que não visa à tomada de poder, mas mudar o mundo aloca o centro do debate sobre o papel do Estado no âmbito das relações sociais, o que caracteriza um tema de análise muito controverso e exige mais profundidade em futuras investigações.

Com relação à indexação dos comunicados e discursos do EZLN em sítios eletrônicos, o estudo permite considerar que se produz um efeito relevante à medida

que cumpre o objetivo proposto de uma estratégia específica, que se refere a utilização das tecnologias de informação e comunicação para realizar, uma forma diferenciada de incrementar a luta política. Por esse motivo trata-se de um componente importante, principalmente se pensar no esgotamento das formas tradicionais de manifestações, protestos e embate social.

Nessa esteira, afirma que a internet fomenta novos sentidos aos instrumentos para organização social e base da ação coletiva. Embora a rede mundial tenha um conteúdo muito diverso no que se refere às múltiplas possibilidades de utilização que oferece, supracitadas possibilidades configuram uma nova manifestação de liberdade de expressão, o que abre o precedente para que um meio tecnológico como a internet possa tornar a comunicação horizontal. Assim, caracteriza-se a internet como um âmbito social contraditório e diverso na mesma proporção da própria sociedade (CASTELLS, 2004).

Na chamada *era informacional* a utilização crítica da mídia, bem como a publicização dos atos, protestos e cartas dos movimentos no ambiente virtual, torna-se fundamental para o exercício da política, realizando-a em sua dimensão comunicativa, confere maior organicidade às lutas sociais.

A atuação do Centro de Mídia Independente é circunscrita nessa dinâmica. O ativismo através da mídia converte a internet em um precioso meio de divulgar campanhas, convocar mobilizações, organizar protestos, publicizar acontecimentos, realizar denúncias e aglutinar causas. Mas para além do marco estratégico e organizacional que a sustenta, a utilização desse tipo de comunicação pelos movimentos de luta e resistência tornou-se parte fundamental da luta e da resistência, por permitir a produção da informação pelos que protestam, desde que respeitados os padrões políticos da organização.

Ter uma estrutura conectada por rede, expressa em um centro de mídia alternativo, além de diminuir distâncias geográficas, agiliza o processamento das informações pelos diversos movimentos em várias partes do mundo. Como o movimento de resistência anti-capitalista não tem um comando único e possui variadas formas de atuação em âmbito que ultrapassa as fronteiras nacionais, reafirma-se o potencial construtivo do CMI nesse sentido.

É importante salientar que, no desenvolvimento desse trabalho, deparou-se com análises lineares que inscrevem os movimentos de mídia alternativa –

conectadas a movimentos políticos, a exemplo do CMI – como responsáveis por formas renovadas de democratização e pela liberdade de imprensa porvir. Salienta-se que acreditar na promoção da democratização da participação política, em virtude da mera existência de novas tecnologias de informação e comunicação e de grupos organizados que as utilizam constitui uma *miragem da sociedade da informação* (MIGUEL, 1999). É inquestionável que a militância virtual aumenta a interatividade entre os ativistas e facilita a estruturação dos movimentos, entretanto reconhece-se a necessidade de tantas outras mediações serem consideradas na construção da vida democrática.

Todavia, conforme exposição detalhada na segunda seção do terceiro capítulo desse trabalho, as tecnologias causam impacto nas maneiras como as pessoas agem e interagem umas com as outras. Não significa alegar que as tecnologias de informação e comunicação determinam toda a organização societária a partir de uma razão única e universal, afinal, o desenvolvimento tecnológico está permanentemente situado dentro de um contexto social e institucional dinâmico.

Trata-se de reafirmar as possibilidades engendradas pelas novas tecnologias de informação e comunicação a partir do momento em que as entende como germe de novas formas de interação social e, assim, “modificam ou subvertem velhas formas de interação, criam novos focos e novas situações para ação e interação, e, com isso, servem para reestruturar relações sociais existentes e as instituições e organizações das quais elas fazem parte” (THOMPSON, 1998, p. 296).

De modo geral o estudo permite concluir a centralidade da utilização das tecnologias de informação e comunicação pelo Centro de Mídia Independente, haja vista que *objetivam conceder uma dimensão mundial à resistência anti-capitalista*, cujas contradições já estão suficientemente universalizadas.

Nesse sentido, sem perder o horizonte da crítica à racionalidade econômica vigente, considera-se que muito embora a utilização tecnológica pelo Centro de Mídia Independente cumpra seu objetivo com relação a ser mídia crítica, alternativa e conectada as causas dos movimentos sociais é negligenciada na luta a dimensão da transformação societária, à medida que o coletivo não é contra o modo capitalista de produção.

Portanto, infere-se nesse trabalho o engajamento obrigatório da efetiva transformação da ordem social com a superação da estrutura vigente e suas

diversas determinações sobre as dimensões histórica, política e social da realidade. Qualquer tentativa que pretenda *transformar* desconsiderando essa assertiva, está condenada a uma luta insana e fadada ao fracasso, por praticar ativismo sob a aparência do fenômeno, ou seja, sua manifestação e não a sua essência.

É na perspectiva da superação desse modo de produção que devem se inscrever os movimentos de resistência e luta anti-capitalista. Chesnais, Serfati e Urdy (2005) ao teorizarem, a partir de Marx, sobre movimentos *antimundialização*, contribuem para esse entendimento, colocando que é preciso fazer da sociedade mundial não o espaço onde as relações entre os indivíduos se estreitam nos padrões capitalistas, mas o lugar onde as relações se estabelecem em uma lógica paralela, em virtude da autonomia necessária para que então, após, o *amadurecimento das condições desse estado de coisas*, sejam criadas a verdadeira comunidade e a universalidade.

Acredita-se que será necessário aguardar um pouco mais pelo *amadurecimento das condições desse estado de coisas*. A relação entre utilização tecnológica, movimentos de luta e resistência e práxis política, desenvolvida nesse trabalho, buscou dimensionar o horizonte desse processo. Entretanto, considerando a dimensão histórica e o terreno dinâmico em que se processam as lutas sociais, não é possível mensurar com exatidão as conseqüências históricas que as inovações tecnológicas, sobretudo na área informacional e comunicacional, trarão para a transformação da estrutura material da sociedade. Por enquanto, tem-se a esperança assentada na amplitude das possibilidades engendradas pela utilização tecnológica, a partir das experiências estudadas – conforme análise realizada nesse trabalho.

Contudo, no exame crítico das possibilidades de transição para uma nova ordem societária – compromisso ético fundamental, um dos quais se assenta a profissão de assistente social – deve-se considerar que, como indica Netto (1998, XXXVI) “a existência concreta e objetiva de uma possibilidade não equivale, necessariamente, à sua conversão em efetividade; a passagem de uma possibilidade à efetividade demanda a complexa intervenção da atividade organizada dos homens.”

Assim conscientemente ou não, os sujeitos da transformação social somos todos nós, usuários das novas tecnologias de informação e comunicação,

promotores de novas cooperações, interações e possibilidades – da mesma forma que o foram no passado, os usuários das máquina-ferramenta descrita por Marx, confrontados com as suas potencialidades contraditórias: organizaram-se e lutaram (LOJKINE, 2002).

Nessa esteira, espera-se que a chamada revolução tecnológica possa significar mais do que inovações sobre os métodos de produção e consumo, mas que a luta organizada pela emancipação humana, possibilite ultrapassar a fronteira virtual da sociedade capitalista para concretizar a dimensão política, reflexo de uma nova significação cultural e ética, ou seja, a realização de uma nova práxis.

Liberdade. A liberdade é como a manhã. Alguns a esperam dormindo porém outros acordam e caminham a noite para alcançá-la. [...]

Luta. A luta é como um círculo. Pode começar em qualquer ponto, mas nunca termina. [...]

História. A história não é mais do que garatuja escrita por homens e mulheres no solo do tempo. O poder escreve sua garatuja, a elogia como escrita sublime e a adora como se fosse a única verdade. O medíocre limita-se a ler as garatuja. O lutador passa o tempo todo preenchendo páginas. Os excluídos não sabem escrever... ainda. (EZLN, 1996 *apud* DI FELICE e MUÑOZ, 1998, p. 170)

REFERÊNCIAS

- ADORNO, Theodor. Televisão, consciência e indústria cultural. In: COHN, Gabriel. (Org). **Comunicação e indústria cultural: leituras de análise dos meios de comunicação na sociedade contemporânea e das manifestações da opinião pública, propaganda e cultura de massa nessa sociedade.** 4 ed. São Paulo: Editora Nacional, 1978, p. 346-354.
- AMIN, Samir. **La Acumulación a escala mundial.** Crítica de la teoría del subdesarrollo. 4 ed. México: Siglo XXI, 1979.
- ANTOUN, Henrique. Comunidades virtuais, ativismo e o combate pela informação. **Lugar Comum – Estudos de mídia, cultura e democracia.** n 15-16, set 2001/abr 2002, p. 19-36
- ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do trabalho: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho.** São Paulo: Boitempo, 2002.
- BELL, Daniel. **O Advento da sociedade pós-industrial: uma tentativa de previsão social.** São Paulo: Cultrix, 1973.
- BELLONI, Maria Luiza. **O que é mídia-educação.** Campinas, SP: Autores Associados, 2001.
- BRAMI-CELENTANO, Alexandrine e CARVALHO, Carlos Eduardo. A reforma tributária do governo Lula: continuísmo e injustiça fiscal. **Revista katálysis** Florianópolis, v. 10, n. 1, 2007 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802007000100006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 07 Jan 2008.
- CABRAL FILHO, Adílson Vaz. As comunidades de compartilhamento social no Centro de Mídia Independente. In: **Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, 29, 2006, Brasília. Anais, São Paulo: Intercom, 2006. Disponível em: <<http://reposcom.portcom.intercom.org.br/dspace/bitstream/1904/19893/1/Adilson+Vaz+Cabral+Filho.pdf>> Acesso em 16 fev 2008.
- CASTELLS, Manuel. **A Galáxia internet – Reflexões sobre Internet, Negócios e Sociedade.** Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.
- _____. **A Sociedade em rede.** (A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura; v.1) 6 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002a.
- _____. **O Poder da identidade.** (A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura; v.2) 3 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002b.

CAVALCANTI, Eduardo. Tudo o que é sólido se desfaz no Ciberespaço: a Guerrilha Digital dos Zapatistas. **XXI Congresso Brasileiro da Comunicação**. Campo Grande/MS, 2001. Disponível em <<http://reposcom.portcom.intercom.org.br/dspace/bitstream/1904/4847/1/NP10CAVALCANTI.pdf>> Acesso em 10 out 2007.

CECEÑA, Ana Esther. Por la Humanidad y contra el Neoliberalismo. Líneas centrales del discurso zapatista. **OSAL – Observatório Social de América Latina**. n 3, enero 2001. p. 25-30.

CHESNAIS, François; SERFATI, Claude; UDRY, Charles-André. O futuro do movimento “antimundialização”. In: LEHER, Roberto e SETÚBAL, Mariana. (Orgs) **Pensamento Crítico e Movimentos Sociais: Diálogos para uma nova práxis**. São Paulo: Cortez, 2005.

CHRISPINIANO, José. **A Guerrilha surreal**. São Paulo: Conrad; Com-Art, 2002

COHN, Gabriel. O meio é a mensagem: análise de McLuhan. In: COHN, Gabriel. (Org). **Comunicação e indústria cultural: leituras de análise dos meios de comunicação na sociedade contemporânea e das manifestações da opinião pública, propaganda e cultura de massa nessa sociedade**. 4 ed. São Paulo: Editora Nacional, 1978, p. 363-371.

DREIFUSS, René. **A Época das perplexidades**. Mundialização, globalização e planetarização : novos desafios. 2 ed. Petropolis: Vozes, 1996.

DI FELICE, Massimo, MUÑOZ, Cristobal. **A Revolução invencível – Subcomandante Marcos e EZLN: cartas e comunicados**. São Paulo: Boitempo Editorial, 1998.

FIGUEIREDO, Guilherme Gitahy de. **A Guerra é o espetáculo: origens e transformações da estratégia do EZLN**. Campinas, São Paulo: 2003. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas. Disponível em <<http://libdigi.unicamp.br/document/?code=vtls000305038>> Acesso em 16 fev 2008.

FRANK, Andre Gunder. **América Latina: subdesarrollo o revolución**. México: Ediciones Era, 1973.

GENNARI, Emilio. **EZLN: passos de uma rebeldia**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

GIDDENS, Anthony. **As Conseqüências da modernidade**. São Paulo: UNESP, 1991.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos movimentos sociais, Paradigmas clássicos e contemporâneos**.

_____. De Seattle a Gênova: uma radiografia dos movimentos antiglobalização. **Folha de São Paulo**, Caderno Mais! 27 jan. 2002. Disponível em <<http://www.espdh.hpg.com.br/noticia3.html>> Acesso em 04 fev 2008.

HABERMAS, Jürgen. Comunicação, opinião pública e poder. In: COHN, Gabriel. (Org). **Comunicação e Indústria Cultural**: leituras de análise dos meios de comunicação na sociedade contemporânea e das manifestações da opinião pública, propaganda e cultura de massa nessa sociedade. 4 ed. São Paulo: Nacional, 1978, p. 187-200.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 7 ed. São Paulo, Loyola, 1998.

_____. **O Novo imperialismo**. São Paulo: Editora Loyola, 2004.

HOBSBAWN, Eric. **A Era dos extremos**: o breve século XX, 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOLLOWAY, John. **Cambiar el mundo sin tomar el poder**. 3 ed. Buenos Aires: Herramienta, 2005

IANNI, Octávio. **A Sociedade global**. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1993.

_____. **Teorias da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994.

_____. O Príncipe Eletrônico. **XXI Encontro Anual da ANPOCS – Caxambu**. 27 A 31 de Outubro de 1998. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar>>. Acesso em: 11 outubro 1998.

LENIN, Vladimir Ilitch. **O Imperialismo**: fase superior do capitalismo. Tradução Silvio Donizete Chagas. 2 ed. São Paulo: Centauro, 2002.

LOJKINE, Jean. **A Revolução informacional**. Tradução José Paulo Netto. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2002.

MALINI, Fabio. (Tecnologia das) Resistências da tecnologia: a liberdade como núcleo da cooperação produtiva. In: PACHECO, Anelise; COCCO, Giuseppe; VAZ, Paulo (Orgs). **O Trabalho da multidão**: império e resistências. Rio de Janeiro: Gryphus: Museu da República, 2002.

MARCUSE, Herbert. **A Ideologia da sociedade industrial**: o homem unidimensional. 6.ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. Tradução Suely Tomazzini Barros Cassal. Porto Alegre: L&PM, 2001

MARX, Karl. **A Ideologia alemã**: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas. Supervisão editorial, Leandro Konder; Tradução Rubens Enderle, Nélcio Schneider, Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. **A Miséria da filosofia**. São Paulo: Global, 1989.

_____. **Contribuição à crítica da economia política**. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

_____. **O Capital**: crítica da economia política. Livro I; tradução de Reginaldo Sant'Anna. 24 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da Dependência. In: TRASPADINI, Roberta e STEDILE, João Pedro (Orgs). **Ruy Mauro Marini – Vida e Obra**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

MEXICO. **Constitución Política de los Estados Unidos Mexicanos - Constitución** publicada en el Diario Oficial de la Federación el 5 de febrero de 1917. Disponível em <<http://www.diputados.gob.mx/LeyesBiblio/pdf/1.pdf>> Acesso em 20 jan 2008.

MIGUEL, Luis Felipe. As novas tecnologias e a democratização da informação. **Lugar Comum – Estudos de mídia, cultura e democracia**. n 09-10, set 1999, p. 133-145

MOISÉS, José Álvaro e SERRA, Rose Mary Sousa. Movimentos populares, alternativas de políticas sociais e a organização da categoria – Conferências. In: **O Serviço Social nas relações sociais: movimentos populares e alternativas de políticas sociais**. São Paulo: Cortez, 1987 (Resultado dos debates, teses e propostas da categoria no V Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, realizado em 1995 em São Paulo)

MORAES, Dênis de. Comunicação virtual e cidadania: movimentos sociais e políticos pela internet. **Sala de Prensa**, n 23, set/2000. Disponível em: <<http://www.saladeprensa.org/art156.htm>> Acesso em 09 jan 2008.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. Prólogo ao Manifesto do Partido Comunista. In: MARX, Karl, ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Cortez, 1998.

PALAU, Marielle. Movimientos Sociales: sus demandas en la transición. In: CLACSO – Consejo Latino Americano de Ciencias Sociales. **Documento de Trabajo nº 89**. Assuncion, Paraguay: BASE Investigaciones Sociales, marzo 1997. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar>> Acesso em 01 fev 2008.

PINEDA, Francisco. La guerra de baja intensidad. **Revista Chiapas**, n. 2. Disponível em <<http://www.ezln.org/revistachiapas>> Acesso em 07 fev 2008.

PRUDENCIO, Kelly Cristina de Souza. **Mídia ativista: a comunicação dos movimentos por justiça global na internet**. Florianópolis, 2006. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política.

RIGITANO, Maria Eugenia Cavalcanti. Redes e ciberativismo: notas para uma análise do Centro de Mídia Independente. **I Seminário Interno do Grupo de Pesquisa em Cibercidades**, FACOM-UFBA. Outubro de 2003. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/rigitano-eugenia-redes-e-ciberativismo.pdf>> Acesso em 15 fev 2008.

RUBIM, Albino Canelas. **A Comunicação e a política dos neo-zapatistas**. Disponível em <<http://www.facom.ufba.br/compolitica/textos/neozapat.htm>> Acesso em 08 fev 2008.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Os processos de globalização. In: SANTOS, Boaventura de Sousa. **Globalização: fatalidade ou utopia**. Porto: Afrontamento, 2001.

SCHAFF, Adam. **A Sociedade Informática**. 4 ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

TAPAJÓS, Luziele. **Informação e políticas de seguridade social: uma nova arena de realização dos direitos sociais**. São Paulo, 2003. Tese (Doutorado) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social.

THOMPSON, John. **Ideologia e cultura de massa: teoria social crítica e a era dos meios de comunicação de massa**. Petrópolis, Vozes: 1998.

WOOD, Ellen Meiksins. Trabalho, classe e Estado no capitalismo global. In: LEHER, Roberto e SETÚBAL, Mariana. (Orgs) **Pensamento crítico e movimentos sociais: Diálogos para uma nova práxis**. São Paulo: Cortez, 2005.

ANEXOS

EXÉRCITO ZAPATISTA DE LIBERTAÇÃO NACIONAL

- 1 Primeira Declaração da Selva Lancadona
- 2 Segunda Declaração da Selva Lancadona
- 3 Quinta Declaração da Selva Lancadona
- 4 Segunda Declaração de La Realidad

Declaración de la Selva Lacandona

HOY DECIMOS ¡BASTA!

Al pueblo de México:
Hermanos mexicanos:

Somos producto de 500 años de luchas: primero contra la esclavitud, en la guerra de Independencia contra España encabezada por los insurgentes, después por evitar ser absorbidos por el expansionismo norteamericano, luego por promulgar nuestra Constitución y expulsar al Imperio Francés de nuestro suelo, después la dictadura porfirista nos negó la aplicación justa de leyes de Reforma y el pueblo se rebeló formando sus propios líderes, surgieron Villa y Zapata, hombres pobres como nosotros a los que se nos ha negado la preparación más elemental para así poder utilizarnos como carne de cañón y saquear las riquezas de nuestra patria sin importarles que estemos muriendo de hambre y enfermedades curables, sin inmortales que no tengamos nada, absolutamente nada, ni un techo digno, ni tierra, ni trabajo, ni salud, ni alimentación, ni educación, sin tener derecho a elegir libre y democráticamente a nuestras autoridades, sin independencia de los extranjeros, sin paz ni justicia para nosotros y nuestros hijos.

Pero nosotros HOY DECIMOS ¡BASTA!, somos los herederos de los verdaderos forjadores de nuestra nacionalidad, los desposeídos somos millones y llamamos a todos nuestros hermanos a que se sumen a este llamado como el único camino para no morir de hambre ante la ambición insaciable de una dictadura de más de 70 años encabezada por una camarilla de traidores que representan a los grupos más conservadores y vendepatrias. Son los mismos que se opusieron a Hidalgo y a Morelos, los que traicionaron a Vicente Guerrero, son los mismos que vendieron más de la mitad de nuestro suelo al extranjero invasor, son los mismos que trajeron un príncipe europeo a gobernarnos, son los mismos que formaron la dictadura de los científicos porfiristas, son los mismos que se opusieron a la Expropiación Petrolera, son los mismos que masacraron a los trabajadores ferrocarrileros en 1958 y a los estudiantes en 1968, son los mismos que hoy nos quitan todo, absolutamente todo.

Para evitarlo y como nuestra última esperanza, después de haber intentado todo por poner en práctica la legalidad basada en nuestra Carta Magna, recurrimos a ella, nuestra Constitución, para aplicar el Artículo 39 Constitucional que a la letra dice:

«La soberanía nacional reside esencial y originariamente en el pueblo. Todo el poder público dimana del pueblo y se instituye para beneficio de éste. El pueblo tiene, en todo tiempo, el inalienable derecho de alterar o modificar la forma de su gobierno.»

Por tanto, en apego a nuestra Constitución, emitimos la presente al ejército federal mexicano, pilar básico de la dictadura que padecemos, monopolizada por el partido en el poder y encabezada por el ejecutivo federal que hoy detenta su jefe máximo e ilegítimo, Carlos Salinas de Gortari.

Conforme a esta Declaración de guerra pedimos a los otros Poderes de la Nación se aboquen a restaurar la legalidad y la estabilidad de la Nación deponiendo al dictador.

También pedimos a los organismos Internacionales y a la Cruz Roja Internacional que vigilen y regulen los combates que nuestras fuerzas libran protegiendo a la población civil, pues nosotros declaramos ahora y siempre que estamos sujetos a lo estipulado por la Leyes sobre la Guerra de la Convención de Ginebra, formando el EZLN como fuerza beligerante de nuestra lucha de liberación. Tenemos al pueblo mexicano de nuestra parte, tenemos Patria y la Bandera tricolor es amada y respetada por los combatientes INSURGENTES, utilizamos los colores rojo y negro en nuestro uniforme, símbolos del pueblo trabajador en sus luchas de huelga, nuestra bandera lleva las letras «EZLN», EJÉRCITO ZAPATISTA DE LIBERACIÓN NACIONAL, y con ella iremos a los combates siempre.

Rechazamos de antemano cualquier intento de desvirtuar la justa causa de nuestra lucha acusándola de narcotráfico, narcoguerrilla, bandidaje u otro calificativo que puedan usar nuestros enemigos. Nuestra lucha se apega al derecho constitucional y es abanderada por la justicia y la igualdad.

Por los tanto, y conforme a esta Declaración de guerra, damos a nuestras fuerzas militares del Ejército Zapatista de Liberación Nacional las siguientes órdenes:

Primero. Avanzar hacia la capital del país venciendo al ejército federal mexicano, protegiendo en su avance liberador a la población civil y permitiendo a los pueblos liberados elegir, libre y democráticamente, a sus propias autoridades administrativas.

Segundo. Respetar la vida de los prisioneros y entregar a los heridos a la Cruz Roja Internacional para su atención médica.

Tercero. Iniciar juicios sumarios contra los soldados del ejército federal mexicano y la policía política que hayan recibido cursos y que hayan sido asesorados, entrenados, o pagados por extranjeros, sea dentro de nuestra nación o fuera de ella, acusados de traición a la Patria, y contra todos aquellos que repriman y maltraten a la población civil y roben o atenten contra los bienes del pueblo.

Cuarto. Formar nuevas filas con todos aquellos mexicanos que manifiesten sumarse a nuestra justa lucha, incluidos aquellos que, siendo soldados enemigos, se entreguen sin combatir a nuestras fuerzas y juren responder a las órdenes de esta Comandancia General del EJÉRCITO ZAPATISTA DE LIBERACIÓN NACIONAL.

Quinto. Pedir la rendición incondicional de los cuarteles enemigos antes de entablar los combates.

Sexto. Suspender el saqueo de nuestras riquezas naturales en los lugares controlados por el EZLN.

PUEBLO DE MÉXICO: Nosotros, hombres y mujeres íntegros y libres, estamos conscientes de que la guerra que declaramos es una medida última pero justa. Los dictadores están aplicando una guerra genocida no declarada contra nuestros pueblos desde hace muchos años, por lo que pedimos tu participación decidida apoyando este plan del pueblo mexicano que lucha por *trabajo, tierra, techo, alimentación, salud, educación, independencia, libertad, democracia, justicia y paz*. Declaramos que no dejaremos de pelear hasta lograr el cumplimiento de estas demandas básicas de nuestro pueblo formando un gobierno de nuestro país libre y democrático.

**INTÉGRATE A LA FUERZAS INSURGENTES
DEL EJERCITO ZAPATISTA DE LIBERACIÓN NACIONAL**

*Comandancia General del EZLN
Año de 1993*

Segunda Declaración de la Selva Lacandona

Ejército Zapatista de Liberación Nacional México.

10 de junio de 1994

Hoy decimos: ¡No nos rendiremos!

"... no son únicamente los que portan espadas que chorrean sangre y despiden rayos fugaces de gloria militar, los escogidos a designar el personal del gobierno de un pueblo que quiere democratizarse; ese derecho lo tienen también los ciudadanos que han luchado en la prensa y en la tribuna, que están identificados con los ideales de la Revolución y han combatido al despotismo que barrena nuestras leyes; porque no es sólo disparando proyectiles en los campos de batalla como se barren las tiranías; también lanzando ideas de redención, frases de libertad y anatemas terribles contra los verdugos del pueblo, se derrumban dictaduras, se derrumban imperios (...) y si los hechos históricos nos demuestran que la demolición de toda tiranía, que el derrumbamiento de todo mal gobierno es obra conjunta de la idea con la espada, es un absurdo, es una aberración, es un despotismo inaudito querer segregar a los elementos sanos que tienen el derecho de elegir al Gobierno, porque la soberanía de un pueblo la constituyen todos los elementos sanos que tienen conciencia plena, que son conscientes de sus derechos, ya sean civiles o armados accidentalmente, pero que aman la libertad y la justicia y laboran por el bien de la Patria."

Emiliano Zapata en voz de Paulino Martínez, delegado zapatista a la Soberana Convención Revolucionaria, Aguascalientes, Ags., México, 27 de octubre de 1914.

Al pueblo de México:

A los pueblos y gobiernos del mundo:

Hermanos:

El Ejército Zapatista de Liberación Nacional, en pie de guerra contra el mal gobierno desde el 1 de Enero de 1994, se dirige a ustedes para dar a conocer su pensamiento:

I

Hermanos mexicanos:

En diciembre de 1993 dijimos ¡BASTA! El primero de enero de 1994 llamamos a los poderes Legislativo y Judicial a asumir su responsabilidad constitucional para que impidieran la política genocida que el poder Ejecutivo Federal impone a nuestro pueblo, y fundamentamos nuestro derecho constitucional al aplicar el artículo 39° de la Constitución Política de los Estados Unidos Mexicanos:

"La soberanía nacional reside esencial y originariamente en el pueblo. Todo poder público dimana del pueblo y se instituye para beneficio de éste. El pueblo tiene, en todo tiempo, el inalienable derecho de alterar o modificar la forma de su gobierno."

A este llamado se respondió con la política del exterminio y la mentira. Los poderes de la Unión ignoraron nuestra justa demanda y permitieron la masacre. Pero sólo duró 12 días esta pesadilla, pues otra fuerza superior a cualquier poder político o militar se impuso a las partes en conflicto. La Sociedad Civil asumió el deber de preservar a nuestra patria, ella manifestó su desacuerdo con la masacre y obligó a dialogar; todos comprendimos que los días del eterno partido en el poder, quien detenta para su beneficio el producto del trabajo de todos los mexicanos, no puede continuar más; que el presidencialismo que lo sustenta impide la libertad y no debe ser permitido, que la cultura del fraude es el método con el que se imponen e impiden la democracia, que la justicia sólo existe para los corruptos poderosos, que debemos hacer que quien mande lo haga obedeciendo, que no hay otro camino.

Eso todos los mexicanos honestos y de buena fe, la Sociedad Civil, lo han comprendido, sólo se oponen aquellos que han basado su éxito en el robo al erario público, los que protegen, prostituyendo a la justicia, a los traficantes y asesinos, a los que recurren al asesinato político y al fraude electoral para imponerse.

Sólo esos fósiles políticos planean de nuevo dar marcha atrás a la historia de México y borrar de la conciencia nacional el grito que hizo suyo todo el país desde el primero de enero del 94: ¡YA BASTA!

Pero no lo permitiremos. Hoy no llamamos a los fallidos poderes de la Unión que no supieron cumplir con su deber constitucional, permitiendo que el Ejecutivo Federal los controlara. Si esta legislatura y los magistrados no tuvieron dignidad. otras vendrán que si entiendan que deben servir a su pueblo y no a un individuo, nuestro llamado trasciende mas allá de un sexenio o una elección presidencial en puerta. Es en la SOCIEDAD CIVIL, en quien reside nuestra soberanía, es el pueblo quien puede, en todo tiempo, alterar o modificar nuestra forma de gobierno y lo ha asumido ya. Es a él a quien hacemos un llamado en esta SEGUNDA DECLARACIÓN DE LA SELVA LACANDONA para decirle:

Primero. Hemos cumplido sin falta el llevar las acciones bélicas dentro de los convenios sobre la guerra establecidos a nivel mundial: ello nos ha permitido el reconocimiento tácito de nacionales y extranjeros como fuerza beligerante. Seguiremos cumpliendo con dichos convenios.

Segundo. Ordenamos a nuestras fuerzas regulares e irregulares en todo el territorio nacional y en el extranjero la **PRÓRROGA UNILATERAL DEL CESE AL FUEGO OFENSIVO**. Mantendremos el respeto al cese al fuego para permitir a la sociedad civil que se organice en las formas que considere pertinentes para lograr el tránsito a la democracia en nuestro país.

Tercero. Condenamos la amenaza que sobre la Sociedad Civil se cierne al militarizar el país, con personal y modernos equipos represivos, en vísperas de la jornada para elecciones federales. No hay duda de que el gobierno salinista pretende imponerse por la cultura del fraude. **NO LO PERMITIREMOS**.

Cuarto. Proponemos a todos los partidos políticos independientes el que reconozcan ahora el estado de intimidación y de privación de los derechos políticos que ha sufrido nuestro pueblo los últimos 65 años y que se pronuncien por asumir un gobierno de transición política hacia la democracia.

Quinto. Rechazamos la manipulación y el tratar de desligar nuestras justas demandas de las del pueblo mexicano. Somos mexicanos y no depondremos ni nuestras demandas ni nuestras armas si no son resueltas la Democracia, la Libertad y la Justicia para todos.

Sexto. Reiteramos nuestra disposición a una solución política en el tránsito a la democracia en México. Llamamos a la Sociedad Civil a que retome el papel protagónico que tuvo para detener la fase militar de la guerra y se organice para conducir el esfuerzo pacífico hacia la democracia, la libertad y la justicia. El cambio democrático es la única alternativa de la guerra.

Séptimo. Llamamos a los elementos honestos de la sociedad civil a un Diálogo Nacional por la Democracia, la Libertad y la Justicia para todos los mexicanos.

Por eso decimos:

II

Hermanos:

Después de iniciada la guerra, en enero de 1994, el grito organizado del pueblo mexicano detuvo el enfrentamiento y se llamó al diálogo entre las partes contendientes. A las justas demandas del EZLN, el gobierno federal respondió con una serie de ofrecimientos que no tocaban el punto esencial del problema: la falta de justicia, de libertad y de democracia en las tierras mexicanas.

El límite del cumplimiento de los ofrecimientos del gobierno federal a las demandas del EZLN es el que se marca asimismo el sistema político del partido en el poder. Este sistema es el que ha hecho posible que en el campo mexicano subsista y se sobreponga al poder constitucional otro poder cuyas raíces posibilitan el mantenimiento del partido en el poder. Es este sistema de complicidad el que hace posible la existencia y beligerancia de cacicazgos, el poder omnipotente de los ganaderos y comerciantes y la penetración del narcotráfico... El solo ofrecimiento de los llamados Compromisos para una Paz Digna en Chiapas provocó gran revuelo y un abierto desafío de estos sectores. El sistema político unipartidista trata de maniobrar en este reducido horizonte que su existencia como tal le impone: no puede dejar de tocar a estos sectores sin atentar contra sí mismo, y no puede dejar las cosas como antes sin que aumente la beligerancia de los campesinos e indígenas. En suma: el cumplimiento de los compromisos implica, necesariamente, la muerte del sistema de partido de Estado. Por suicidio o por fusilamiento, la muerte del actual sistema político mexicano es condición necesaria, aunque no suficiente, del tránsito a la democracia en nuestro país. Chiapas no tendrá solución real si no se soluciona México.

El EZLN ha entendido que el problema de la pobreza mexicana no es sólo la falta de recursos. Más allá, su aportación fundamental es entender y plantear que cualquier esfuerzo, en algún sentido o en todos, sólo pospondrá el problema si estos esfuerzos no se dan dentro de un nuevo marco de relaciones políticas nacionales, regionales y locales: un marco de democracia, libertad y justicia. El problema del poder no será quién es el titular, sino quién lo ejerce. Si el poder lo ejerce la mayoría, los partidos políticos se verán obligados a confrontarse a esa mayoría y no entre sí.

Replantear el problema del poder en este marco de democracia, libertad y justicia obligará a una nueva cultura política dentro de los partidos. Una nueva clase de políticos deberá nacer y, a no dudarlo, nacerán partidos políticos de nuevo tipo.

No estamos proponiendo un mundo nuevo, apenas algo muy anterior: la antesala del nuevo México. En este sentido, esta revolución no concluirá en una nueva clase, fracción de clase o grupo en el poder, sino en un "espacio" libre y democrático de lucha política. Este "espacio" libre y democrático nacerá sobre el cadáver maloliente del sistema de partido de Estado y del presidencialismo. Nacerá una relación política nueva. Una nueva política cuya base no sea una confrontación entre organizacionales políticas entre sí, sino la confrontación de sus propuestas políticas con las distintas clases sociales, pues del apoyo real de éstas dependerá la titularidad del poder político, no su ejercicio. Dentro de esta nueva relación política, las distintas propuestas de sistema y rumbo (socialismo, capitalismo, socialdemocracia, liberalismo, democracia cristiana, etcétera) deberán convencer a la mayoría de la Nación de que su propuesta es la mejor para el país. Pero no sólo eso, también se verán "vigilados" por ese país al que conducen de modo que estén obligados a rendir cuentas regulares y al dictamen de la Nación respecto a su permanencia en la titularidad del poder o su remoción. El plebiscito es una forma regulada de confrontación Poder-partido político-Nación y merece un lugar relevante en la máxima ley del país.

La actual legislación mexicana es demasiado estrecha para estas nuevas relaciones políticas entre gobernantes y gobernados. Es necesaria una Convención Nacional Democrática de la que emane un Gobierno Provisional o de Transición, sea mediante la renuncia del Ejecutivo federal o mediante la vía electoral.

Convención Nacional Democrática y Gobierno de Transición deben desembocar en una nueva Carta Magna en cuyo marco se convoque a nuevas elecciones. El dolor que este proceso significará para el país será siempre menor al daño que produzca una guerra civil. La profecía del sureste vale para todo el país, podemos aprender ya de lo ocurrido y hacer menos doloroso el parto del nuevo México.

El EZLN tiene una concepción de sistema y de rumbo para el país. La madurez política del EZLN, su mayoría de edad como representante del sentir de una parte de la Nación, está en que no quiere imponerle al país esta concepción. El EZLN reclama lo que para sí mismo es evidente: la mayoría de edad de México y el derecho de decidir, libre y democráticamente, el rumbo que habrá de seguir. De esta antesala histórica saldrá no sólo un México más justo y mejor, también saldrá un mexicano nuevo. A esto apostamos la vida, a heredar a los mexicanos de pasado mañana un país en el que no sea una vergüenza vivir...

El EZLN, en un ejercicio democrático sin precedentes dentro de una organización armada, consultó a sus componentes sobre la firma o no de la propuesta de acuerdos de paz del gobierno federal. Viendo que el tema central de democracia, libertad y justicia para todos no había sido resuelto, las bases del EZLN, indígenas en su mayoría, decidieron rechazar la firma de la propuesta gubernamental.

En condiciones de cerco y presionados por distintos lugares que amenazaban con el exterminio si no se firmaba la paz, los zapatistas reafirmamos nuestra decisión de conseguir una paz con justicia y dignidad y en ello empeñar la vida y la muerte. En nosotros encuentra, otra vez, lugar la historia de lucha digna de nuestros antepasados. El grito de dignidad del insurgente Vicente Guerrero, "Vivir por la Patria o Morir por la Libertad", vuelve a sonar en nuestras gargantas. No podemos aceptar una paz indigna.

Nuestro camino de fuego se abrió ante la imposibilidad de luchar pacíficamente por derechos elementales del ser humano. El más valioso de ellos es el derecho a decidir, con libertad y democracia, la forma de gobierno. Ahora la posibilidad de tránsito pacífico a la democracia y a la libertad se enfrenta a una nueva prueba: el proceso electoral de agosto de 1994. Hay quienes apuestan al periodo poselectoral predicando la apatía y el desengaño desde la inmovilidad. Pretenden usufructuar la sangre de los caídos en todos los frentes de combate, violentos y pacíficos, en la ciudad y en el campo. Fundan su proyecto político en el conflicto posterior a las elecciones y esperan, sin nada hacer, a que la desmovilización política abra otra vez la gigantesca puerta de la guerra. Ellos salvarán, dicen, al país.

Otros apuestan desde ahora a que el conflicto armado se reinicie antes de las elecciones y la ingobernabilidad sea aprovechada por ellos para perpetuarse en el poder. Como ayer hicieron usurpando la voluntad popular con el fraude electoral, hoy y mañana, con el río revuelto de una guerra civil preelectoral, pretenden alargar la agonía de una dictadura que, enmascarada en el partido de Estado, dura ya décadas. Algunos más, apocalípticos estériles, razonan ya que la guerra es inevitable y se sientan a esperar para ver pasar el cadáver de su enemigo... o de su amigo. El sectario supone, erróneamente, que el solo accionar de los fusiles podrá abrir el amanecer que nuestro pueblo espera desde que la noche se cerró, con las muertes de Villa y Zapata, sobre el suelo mexicano.

Todos estos ladrones de la esperanza suponen que detrás de nuestras armas hay ambición y protagonismo, que esto conducirá nuestro andar en el futuro. Se equivocan. Detrás de nuestras armas de fuego hay otras armas, las de la razón. Y a ambas las anima la esperanza. No dejaremos que nos la roben.

La esperanza con gatillo tuvo su lugar en el inicio del año. Es ahora preciso que espere. Es preciso que la esperanza que anda en las grandes movilizaciones vuelva al lugar protagónico que le corresponde por derecho y razón. La bandera está ahora en manos de los que tienen nombre y rostro, de gentes buenas y honestas que caminan rutas que no son la nuestra, pero cuya meta es la misma que anhelan nuestros pasos. Nuestro saludo y nuestra esperanza de que lleven esa bandera adonde debe de estar. Nosotros estaremos esperando, de pie y con dignidad. Si esa bandera cae, nosotros sabremos levantarla de nuevo...

Que la esperanza se organice, que camine ahora en los valles y ciudades como ayer en las montañas. Peleen con sus armas, no se preocupen de nosotros. Sabremos resistir hasta lo último. Sabremos esperar... y sabremos volver si se cierran de nuevo todas las puertas para que la dignidad camine.

Por esto nos dirigimos a nuestros hermanos de las organizaciones no gubernamentales, de las organizaciones campesinas e indígenas, trabajadores del campo y de la ciudad, maestros y estudiantes, amas de casa y colonos, artistas e intelectuales, de los partidos independientes, mexicanos:

Los llamamos a un diálogo nacional con el tema de Democracia, Libertad y Justicia. Para esto lanzamos la presente:

Convocatoria para la Convención Nacional Democrática

Nosotros, el Ejército Zapatista de Liberación Nacional, en lucha por lograr la democracia, la libertad y la justicia que nuestra patria merece, y considerando:

Primero. Que el supremo gobierno ha usurpado también la legalidad que nos heredaron los héroes de la Revolución Mexicana.

Segundo. Que la Carta Magna que nos rige no es ya más la voluntad popular de los mexicanos.

Tercero. Que la salida del usurpador del Ejecutivo federal no basta y es necesaria una nueva ley para nuestra patria nueva, la que habrá de nacer de las luchas de todos los mexicanos honestos.

Cuarto. Que son necesarias todas las formas de lucha para lograr el tránsito a la democracia en México.

Llamamos a la realización de una Convención Democrática, nacional, soberana y revolucionaria, de la que resulten las propuestas de un gobierno de transición y una nueva ley nacional, una nueva Constitución que garantice el cumplimiento legal de la voluntad popular.

El objetivo fundamental de la Convención Nacional Democrática es organizar la expresión civil y la defensa de la voluntad popular.

La soberana convención revolucionaria será nacional en tanto su composición y representación deberá incluir a todos los estados de la Federación, plural en el sentido en que las fuerzas patriotas podrán estar representadas, y democrática en la toma de decisiones, recurriendo a la consulta nacional.

La convención estará presidida, libre y voluntariamente, por civiles, personalidades públicas de reconocido prestigio, sin importar su filiación política, raza, credo religioso, sexo o edad.

La convención se formará a través de comités locales, regionales y estatales en ejidos, colonias, escuelas y fábricas por civiles. Estos comités de la convención se encargarán de recabar las propuestas populares para la nueva ley constitucional y las demandas a cumplir por el nuevo gobierno que emane de ésta.

La convención debe exigir la realización de elecciones libres y democráticas y luchar, sin descanso, por el respeto a la voluntad popular.

El Ejército Zapatista de Liberación Nacional reconocerá a la Convención Democrática Nacional como representante auténtico de los intereses del pueblo de México en su tránsito a la democracia.

El Ejército Zapatista de Liberación Nacional se encuentra ya en todo el territorio nacional y está ya en posibilidad de ofrecerse al pueblo de México como Ejército garante del cumplimiento de la voluntad popular.

Para la primera reunión de la Convención Nacional Democrática, el EZLN ofrece como sede un poblado zapatista y todos los recursos con que cuenta.

La fecha y lugar de la primera sesión de la Convención Nacional Democrática será dada a conocer en su oportunidad.

III

Hermanos mexicanos:

Nuestra lucha continúa. Sigue ondeando la bandera zapatista en las montañas del Sureste mexicano y hoy decimos: ¡No nos rendiremos!

De cara a la montaña hablamos con nuestros muertos para que en su palabra viniera el buen camino por el que debe andar nuestro rostro amordazado.

Sonaron los tambores y en la voz de la tierra habló nuestro dolor y nuestra historia habló nuestro dolor y nuestra historia habló.

"Para todos todo" dicen nuestros muertos. Mientras no sea así, no habrá nada para nosotros.

Hablen la palabra de los otros mexicanos, encuentren del corazón el oído de aquellos por los que luchamos. Invítenlos a caminar los pasos dignos de los que no tienen rostro. Llamen a todos a resistir que nadie reciba nada de los que mandan mandando. Hagan del no venderse una bandera común para los más. Pidan que no sólo llegue palabra de aliento para nuestro dolor. Pidan que lo compartan, pidan que con ustedes resistan, que rechacen todas las limosnas que del poderoso vienen. Que las gentes buenas todas de estas tierras organicen hoy la dignidad que resiste y no se vende, que mañana esa dignidad se organice para exigir que la palabra que anda en el corazón de los mayoritarios tenga verdad y saludo de los que gobiernan, que se imponga el buen camino de que el que mande, mande obedeciendo.

¡No se rindan! ¡Resistan! No falten al honor de la palabra verdadera. Con dignidad resistan en las tierras de los hombres y mujeres verdaderos, que las montañas cobijen el dolor de los hombres de maíz. ¡No se rindan! ¡Resistan! ¡No se vendan! ¡Resistan!

Así hablo su palabra del corazón de nuestros muertos de siempre. Vimos nosotros que es buena su palabra de nuestros muertos, vimos que hay verdad y dignidad en su consejo. Por eso llamamos a todos nuestros hermanos indígenas mexicanos a que resistan con nosotros. Llamamos a los campesinos todos a que resistan con nosotros, a los obreros, a los empleados, a los colonos, a las amas de casa, a los estudiantes, a los maestros, a los que hacen del pensamiento y la palabra su vida. A todos los que dignidad y vergüenza tengan, a todos llamamos a que con nosotros resistan, pues quiere el mal gobierno que no haya democracia en nuestros suelos. Nada aceptaremos que

venga del corazón podrido del mal gobierno, ni una moneda sola ni un medicamento ni una piedra ni un grano de alimento ni una migaja de las limosnas que ofrece a cambio de nuestro digno caminar.

No recibiremos nada del supremo gobierno. Aunque aumenten nuestro dolor y nuestra pena; aunque la muerte siga con nosotros en mesa, tierra y lecho; aunque veamos que otros se venden a la mano que los oprime; aunque todo duela; aunque la pena lllore hasta en las piedras. No aceptaremos nada. Resistiremos. No recibiremos nada del gobierno. Resistiremos hasta que el que mande, mande obedeciendo.

Hermanos: No se vendan. Resistan con nosotros. No se rindan. Resistan con nosotros. Repitan con nosotros, hermanos, la palabra de "¡No nos rendimos! ¡Resistimos!" Que se escuche no sólo en las montañas del Sureste mexicano, que se escuche en el norte y en las penínsulas, que en ambas costas se escuche, que en el centro se oiga, que en valles y montañas se vuelva grito, que resuene en la ciudad y en el campo. Unan su voz hermanos, griten con nosotros, hagan suya nuestra voz:

¡No nos rendimos! ¡Resistimos!

Que la dignidad rompa el cerco con el que las manos sucias del mal gobierno nos asfixian. Todos estamos cercados, no dejan que la democracia, la libertad y la justicia entren a tierras mexicanas. Hermanos: todos estamos cercados, ¡No nos rindamos! ¡Resistamos! ¡Seamos dignos! ¡No nos vendamos!

¿De qué le servirán al poderoso sus riquezas si no puede comprar lo más valioso en estas tierras? ¿Si la dignidad de los mexicanos todos no tiene precio, para qué el poder del poderoso?

¡La dignidad no se rinde!
¡La dignidad resiste!
¡Democracia!
¡Libertad!
¡Justicia!

Desde las montañas del Sureste mexicano.

Comité Clandestino Revolucionario Indígena-Comandancia General

del Ejército Zapatista de Liberación Nacional

México. Junio de 1994.

V DECLARACION DE LA SELVA LACANDONA

Hoy decimos: ¡Aquí estamos! ¡Resistimos!

*"Nosotros somos los vengadores de la muerte.
Nuestra estirpe no se extinguirá mientras
haya luz en el lucero de la mañana"*

Popol Vuh

Hermanos y hermanas.

No es nuestra la casa del dolor y la miseria. Así nos la ha pintado el que nos roba y engaña.
No es nuestra la tierra de la muerte y la angustia.
No es nuestro el camino de la guerra.
No es nuestra la traición ni tiene cabida en nuestro paso el olvido.
No son nuestros el suelo vacío y el hueco cielo.

Nuestra es la casa de la luz y la alegría. Así la nacimos, así la luchamos, así la creceremos.
Nuestra es la tierra de la vida y la esperanza.
Nuestro el camino de la paz que se siembra con dignidad y se cosecha con justicia y libertad.

I. La resistencia y el silencio

Hermanos y hermanas.

Nosotros entendemos que la lucha por el lugar que merecemos y necesitamos en la gran Nación mexicana, es sólo una parte de la gran lucha de todos por la democracia, la libertad y la justicia, pero es parte fundamental y necesaria. Una y otra vez, desde el inicio de nuestro alzamiento el 1 de enero de 1994, hemos llamado a todo el pueblo de México a luchar juntos y por todos los medios, por los derechos que nos niegan los poderosos. Una y otra vez, desde que nos vimos y hablamos con todos ustedes, hemos insistido en el diálogo y el encuentro como camino para andarnos. Desde hace más de cuatro años nunca la guerra ha venido de nuestro lado. Desde entonces siempre la guerra ha venido en la boca y los pasos de los supremos gobiernos. De ahí han venido las mentiras, las muertes, las miserias.

Consecuentes con el camino que ustedes nos pidieron andar, dialogamos con el poderoso y llegamos a acuerdos que significarían el inicio de la paz en nuestras tierras, la justicia a los indígenas de México y la esperanza a todos los hombres y mujeres honestos del país.

Estos acuerdos, los Acuerdos de San Andrés, no fueron producto de la voluntad única de nosotros, ni nacieron solos. A San Andrés llegaron representantes de todos los pueblos indios de México, ahí estuvo su voz representada y planteadas sus demandas. Estuvo brillando su lucha que es lección y camino, habló su palabra y su corazón definió.

No estuvieron solos los zapatistas en San Andrés y sus acuerdos. Junto y detrás de los pueblos indios del país estuvieron y están los zapatistas. Como ahora, entonces sólo fuimos parte pequeña de la gran historia con rostro, palabra y corazón del náhuatl, paipai, kiliwa, cúcapa, cochimi, kumiai, yuma, seri, chontal, chinanteco, pame, chichimeca, otomí, mazahua, matlazinca, ocuilteco, zapoteco, solteco, chatino, papabuco, mixteco, cuicateco, triqui, amuzgo, mazateco, chocho, izcateco, huave, tlapaneco, totonaca, tepehua, popoluca, mixe, zoque, huasteco, lacandón, maya, chol, tzeltal, tzotzil, tojolabal, mame, teco, ixil, aguacateco, motocintleco, chicomucelteco, kanjobal, jacalteco, quiché, cakchiquel, ketchi, pima, tepehuán, tarahumara, mayo, yaqui, cahita, ópata, cora, huichol, purépecha y kikapú.

Como entonces, hoy seguimos caminando junto a todos los pueblos indios en la lucha por el reconocimiento de sus derechos. No como vanguardia ni dirección, sólo como parte.

Nosotros cumplimos nuestra palabra de buscar la solución pacífica.

Pero el supremo gobierno faltó a su palabra e incumplió el primer acuerdo fundamental al que habíamos llegado: el reconocimiento de los derechos indígenas.

A la paz que ofrecíamos, el gobierno opuso la guerra de su empecinamiento.

Desde entonces, la guerra en contra nuestra y de todos los pueblos indios ha seguido.

Desde entonces, las mentiras han crecido.

Desde entonces se ha engañado al país y al mundo enteros simulando la paz y haciendo la guerra contra todos los indígenas.

Desde entonces se ha tratado de olvidar el incumplimiento de la palabra gubernamental y se ha querido ocultar la traición que gobierna las tierras mexicanas.

II. Contra la guerra, no otra guerra sino la misma resistencia digna y silenciosa

Mientras el gobierno descubría a México y al mundo su voluntad de muerte y destrucción, los zapatistas no respondimos con violencia ni entramos a la siniestra competencia para ver quién causaba más muertes y dolores a la otra parte.

Mientras el gobierno amontonaba palabras huecas y se apresuraba a discutir con un rival que se le escabullía continuamente, los zapatistas hicimos del silencio un arma de lucha que no conocía y contra la que nada pudo hacer, y contra nuestro silencio se estrellaron una y otra vez las punzantes mentiras, las balas, las bombas, los golpes. Así como después de los combates de enero de 94 descubrimos en la palabra un arma, ahora lo hicimos con el silencio. Mientras el gobierno ofreció a todos la amenaza, la muerte y la destrucción, nosotros pudimos aprendernos y enseñarnos y enseñar otra forma de lucha, y que, con la razón, la verdad y la historia, se puede pelear y ganar... callando.

Mientras el gobierno repartía sobornos y mentía apoyos económicos para comprar lealtades y quebrar convicciones, los zapatistas hicimos de nuestro digno rechazo a las limosnas del poderoso un muro que nos protegió y más fuertes nos hizo.

Mientras el gobierno mostraba señuelos con riquezas corruptas e imponía el hambre para rendir y vencer, los zapatistas hicimos de nuestra hambre un alimento y de nuestra pobreza la riqueza del que se sabe digno y consecuente.

Silencio, dignidad y resistencia fueron nuestras fortalezas y nuestras mejores armas. Con ellas combatimos y derrotamos a un enemigo poderoso pero falto de razón y justicia en su causa. De nuestra experiencia y de la larga y luminosa historia de lucha indígena que nos heredaron nuestros antepasados, los habitantes primeros de estas tierras, retomamos estas armas y convertimos en soldados nuestros silencios, la dignidad en luz, y en muralla nuestra resistencia.

No obstante que, en el tiempo que duró este nuestro estar callado, nos mantuvimos sin participar directamente en los principales problemas nacionales con nuestra posición y propuestas; aunque el silencio nuestro le permitió al poderoso nacer y crecer rumores y mentiras sobre divisiones y rupturas internas en los zapatistas, y trató de vestirnos con el traje de la intolerancia, la intransigencia, la debilidad y la claudicación; pese a que algunos se desanimaron por la falta de nuestra palabra y que otros aprovecharon su ausencia para simular ser voceros nuestros, a pesar de estos dolores y también por ellos, grandes fueron los pasos que adelante nos anduvimos y vimos.

Vimos que ya no pudieron mantener callados a nuestros muertos, muertos hablaron los muertos nuestros, muertos acusaron, muertos gritaron, muertos se vivieron de nuevo. Ya no morirán jamás los muertos nuestros. Estos muertos nuestros siempre nuestros y siempre de los todos que se luchan.

Vimos a decenas de los nuestros enfrentarse con manos y uñas contra miles de armas modernas, los vimos caer presos, los vimos levantarse dignos y dignos resistir. Vimos a miembros de la sociedad civil caer presos por estar cerca de los indígenas y por creer que la paz tiene que ver con el arte, la educación y el respeto. Les vimos, ya moreno su corazón de lucha y ya hermanos nuestros los vimos.

Vimos a la guerra venir de arriba con su estruendo y vimos que pensaron que responderíamos y ellos harían el absurdo de convertir nuestras respuestas en argumentos para aumentar su crimen. Y trajo la guerra el gobierno y no obtuvo respuesta alguna, pero su crimen siguió. Nuestro silencio desnudó al poderoso y lo mostró tal y como es: una bestia criminal. Vimos que nuestro silencio evitó que la muerte y la destrucción crecieran. Así se desenmascararon los asesinos que se esconden tras los ropajes de lo que ellos llaman el "estado de derecho". Arrancado el velo tras el que se escondían, aparecieron los tibios y pusilánimes, los que juegan con la muerte por ganancias, los que ven en la sangre ajena una escalera, los que matan porque al matador aplauden y solapan. Y el que gobierna se despojó de su último e hipócrita ropaje. "La guerra no es contra los indígenas", dijo mientras perseguía, encarcelaba y asesinaba indígenas. Su propia y personal guerra lo acusó de asesino mientras nuestro silencio lo acusaba.

Vimos al poderoso gobierno irritarse al no encontrar ni rival ni rendición, lo vimos entonces volverse contra otros y golpear a los que no tienen el mismo camino que nosotros pero levantan idénticas banderas: líderes indígenas honestos, organizaciones sociales independientes, mediadores, organismos no gubernamentales consecuentes, observadores internacionales, ciudadanos cualquiera que quieren la paz. Vimos a todos estos hermanos y hermanas ser golpeados y los vimos no rendirse. Vimos al gobierno pegar a todos y, queriendo fuerzas restar, sumar enemigos lo vimos.

Vimos también que el gobierno no es uno ni es unánime la vocación de muerte que su jefe luce. Vimos que dentro tiene gente que quiere la paz, que la entiende, que necesita la ve, que la mira imprescindible. Callados nosotros, vimos que otras voces dentro de la máquina de guerra hablaron para decir no a su camino.

Vimos al poderoso desconocer su propia palabra y mandar a los legisladores una propuesta de ley que no resuelve las demandas de los más primeros de estas tierras, que la paz aleja, y que defrauda las esperanzas de una solución justa que acabe con la guerra. Lo vimos sentarse a la mesa del dinero y ahí anunciar su traición y buscar el apoyo que los de abajo le niegan. Del dinero recibió el poderoso

aplausos, oro, y la orden de acabar con los que hablan montañas. "Que mueran los que tengan que morir, miles si es necesario, pero que se acabe ese problema", así habló el dinero al oído del que dice que gobierna. Vimos que esa propuesta incumplía con lo ya reconocido, con nuestro derecho a gobernar y a gobernarnos como parte de esta Nación.

Vimos que esa propuesta nos quiere romper en pedazos, nos quiere quitar nuestra historia, nos quiere borrar la memoria, y olvida la voluntad de todos los pueblos indios que se hizo colectiva en San Andrés. Vimos que esa propuesta trae la división y la ruptura de la mano, destruye puentes y borra esperanzas.

Vimos que a nuestro silencio se sumó la voluntad de gentes y personas buenas que, en los partidos políticos, levantaron voz y fuerza organizada en contra de la mentira, y así parar se pudo la injusticia y la simulación que se pretendían como ley constitucional de derechos indios y no era más que ley para la guerra.

Vimos que, callando, mejor podíamos escuchar voces y vientos de abajo, y no sólo la ruda voz de la guerra de arriba.

Vimos que callando nosotros, el gobierno sepultó la legitimidad que dan la voluntad de paz y la razón como ruta y paso. El hueco de nuestra palabra ausente señaló la vacía y estéril palabra del que mandando manda, y se convencieron otros que no nos escuchaban y que con desconfianza nos miraban. Así, en muchos se afirmó la necesidad de la paz con la justicia y la dignidad como apellidos.

Vimos a esos todos que son los otros como nosotros, buscarse y buscar otras formas para que la paz volviera al terreno de las posibles esperanzas, construir y lanzar iniciativas los vimos, los vimos crecerse. Los vimos llegar hasta nuestras comunidades con ayuda haciéndonos saber que no estamos solos. Los vimos protestar marchando, firmando cartas, desplegados, pintando, cantando, escribiendo, llegando hasta nosotros. Los vimos también proponer diálogo con ellos, el verdadero, no el que se simula por la voluntad del poderoso. Vimos también que algunos fueron descalificados por la intolerancia de quienes más tolerantes ser debieran.

Vimos a otros que antes no vimos. Vimos que la lucha por la paz sumó ella, y no nosotros, a gentes nuevas y buenas, hombres y mujeres que, pudiendo optar por el cinismo y la apatía, eligieron el compromiso y la movilización.

A todos en silencio vimos, en silencio saludamos nosotros a los que buscaron y abrieron puertas, y en silencio les construimos esta respuesta.

Vimos a hombres y mujeres nacidos en otros suelos sumarse a la lucha por la paz. Vimos a unos desde sus propios países tender el largo puente del "no están solos", los vimos movilizarse y repetir el "¡Ya basta!", primero los vimos imaginar y realizar reclamos de justicia, marchar como quien canta, escribir como quien grita, hablar como quien marcha. Vimos todos esos destellos rebotar en los cielos y llegar a nuestras tierras con todos los nombres con los que José se nombra, con los rostros de los todos que en todos los mundos lugar para todos quieren.

Vimos a otros cruzar el largo puente y, desde sus suelos, llegar hasta los nuestros después de saltar fronteras y océanos, para observar y condenar la guerra. Los vimos llegar hasta nosotros para hacernos saber que no estamos solos. Los vimos ser perseguidos y hostigados como nosotros. Los vimos ser golpeados como nosotros. Los vimos ser calumniados como nosotros lo somos. Los vimos resistir como nosotros. Los vimos quedarse aunque los fueran. Los vimos en sus suelos hablando lo que miraron sus ojos y mostrar lo que escucharon sus oídos. Seguir luchando los vimos.

Vimos que callando, más fuerte habló la resistencia de nuestros pueblos en contra del engaño y la violencia.

Vimos que en silencio también nos hablamos como lo que realmente somos no como el que trae la guerra, sino como el que busca la paz, no como el que su voluntad impone, sino como el que un lugar donde quepan todos anhela, no como el que está solo y simula muchedumbre a su lado, sino como el que es todos aun en la silenciosa soledad del que resiste.

Vimos que nuestro silencio fue escudo y espada que hirió y desgastó al que la guerra quiere y guerra impone. Vimos que nuestro silencio hizo resbalar una y otra vez a un poder que simula paz y buen gobierno, y que su poderosa máquina de muerte una y otra vez se estrelló contra el silencioso muro de nuestra resistencia. Vimos que en cada nuevo ataque menos ganaba y más perdía. Vimos que no peleando peleábamos.

Y vimos que la voluntad de paz también callando se afirma, se muestra y convence.

III.- San Andrés: una ley nacional para todos los indígenas y una ley para la paz.

Una ley indígena nacional debe responder a las esperanzas de los pueblos indios de todo el país. En San Andrés estuvieron representados los indígenas de México y no sólo los zapatistas. Los acuerdos firmados lo son con todos los pueblos indios, y no sólo con los zapatistas. Para nosotros, y para millones de indígenas y no indígenas mexicanos, una ley que no cumpla con San Andrés es sólo una simulación, es

una puerta a la guerra y un precedente para rebeliones indígenas que, en el futuro, vendrán a cobrar la factura que la historia presenta regularmente a las mentiras.

Una reforma constitucional en materia de derechos y cultura indígenas no debe ser unilateral, debe incorporar los Acuerdos de San Andrés y reconocer así los aspectos fundamentales de las demandas de los pueblos indios: autonomía, territorialidad, pueblos indios, sistemas normativos. En los Acuerdos se reconoce el derecho a la autonomía indígena y el territorio, conforme al convenio 169 de la OIT, firmado por el Senado de la República. Ninguna legislación que pretenda encoger a los pueblos indios al limitar sus derechos a las comunidades, promoviendo así la fragmentación y la dispersión que hagan posible su aniquilamiento, podrá asegurar la paz y la inclusión en la Nación de los más primeros de los mexicanos. Cualquier reforma que pretenda romper los lazos de solidaridad históricos y culturales que hay entre los indígenas, está condenada al fracaso y es, simplemente, una injusticia y una negación histórica.

Aunque no incorpora todos los Acuerdos de San Andrés (una prueba más de que no fuimos intransigentes, aceptamos la labor de la coadyuvancia y la respetamos), la iniciativa de ley elaborada por la Comisión de Concordia y Pacificación es una propuesta de ley que nace del proceso de negociación y, por tanto, está en el espíritu de darle continuidad y razón de ser al diálogo, es una base firme que puede abrir la solución pacífica del conflicto, se convierte en una importante ayuda para anular la guerra y preceder a la paz. La llamada "ley Cocopa" se elabora sobre la base de lo que produjeron los pueblos indios desde abajo, reconoce un problema y sienta las bases para solucionarlo, refleja otra forma de hacer política, la que aspira a hacerse democrática, responde a una demanda nacional de paz, une a sectores sociales y permite seguir adelante en la agenda de los grandes problemas nacionales. Por eso hoy ratificamos que apoyamos la iniciativa de ley elaborada por la Comisión de Concordia y Pacificación y demandamos que se eleve a rango constitucional.

IV.- El diálogo y la negociación, posibles si son verdaderos.

Sobre el diálogo y la negociación decimos que tienen tres grandes enemigos que deben ser derrotados para poder constituirse en camino viable, eficaz y creíble. Estos enemigos son la ausencia de mediación, la guerra y el incumplimiento de los acuerdos. Y la falta de una mediación, la guerra y el incumplimiento de la palabra son responsabilidad del gobierno.

La mediación en la negociación de un conflicto es imprescindible, sin ella no es posible que exista un diálogo entre dos partes enfrentadas. Al destruir con su guerra a la Comisión Nacional de Intermediación, el gobierno destruyó el único puente con el diálogo, se deshizo de un importante obstáculo a la violencia y provocó el surgimiento de una interrogante: ¿mediación nacional o internacional?

El diálogo y la negociación tendrán pertinencia, viabilidad y eficacia cuando, además de contar con una mediación, la confianza y la credibilidad se restituyan. Mientras tanto, sólo puede ser una farsa en la que no estamos dispuestos a participar. No para eso entramos al diálogo. Entramos para buscar vías pacíficas, no para ganar tiempo apostando a trapacerías políticas. No podemos ser cómplices de una simulación.

Tampoco podemos ser cínicos y fingir un diálogo sólo para evitar la persecución, el encarcelamiento y el asesinato de nuestros dirigentes. Las banderas zapatistas no nacieron con nuestros jefes, no morirán con ellos. Si nuestros dirigentes son asesinados o encarcelados, no podrán decir que fue por ser inconsecuentes o traidores.

No nos alzamos y nos hicimos rebeldes por creernos más fuertes y poderosos. Nos levantamos en demanda de democracia, libertad y justicia porque tenemos la razón y la dignidad de la historia de nuestro lado. Y con esto en las manos y en el pecho, es imposible quedarse impávido frente a las injusticias, traiciones y mentiras que en nuestro país son ya un "estilo de gobierno".

La razón siempre ha sido un arma de resistencia frente a la estupidez que ahora, pero no por mucho tiempo, aparece tan arrolladora y omnipotente. Estemos o no estemos los zapatistas, la paz con justicia y dignidad es un derecho por cuyo cumplimiento seguirán luchando los mexicanos honestos, indígenas y no indígenas.

V.- Resistimos, seguimos.

Hermanos y hermanas:

El EZLN ha logrado sobrevivir como organización a una de las ofensivas más feroces que en su contra se han desatado. Conserva intacta su capacidad militar, ha expandido su base social y se ha fortalecido políticamente al evidenciarse la justesa de sus demandas. Se ha reforzado el carácter indígena del EZLN, y sigue siendo una importante impulsora de la lucha por los derechos de los pueblos indios. Los indígenas son hoy actores nacionales y sus destinos y planteamientos forman parte de la discusión nacional. La palabra de los habitantes primeros de estas tierras tiene ya un lugar especial en la opinión pública, lo indígena ya no es turismo o artesanía, sino lucha en contra de la pobreza y por la dignidad. Los zapatistas hemos tendido un puente con otras organizaciones sociales y políticas, y con miles de personas sin partido, de todas hemos recibido respeto y a todas hemos correspondido. Además hemos, junto a otros, tendido puentes a todo el mundo y hemos contribuido a crear (al lado de hombres y mujeres de los 5 continentes) una gran red que lucha por medios pacíficos en contra del neoliberalismo y

resiste luchando por un mundo nuevo y mejor. También hemos contribuido en algo en el nacimiento de un movimiento cultural nuevo y fresco que lucha por un hombre y un mundo nuevos.

Todo esto ha sido posible gracias a nuestros compañeros y compañeras bases de apoyo, sobre ellos y ellas ha recaído el peso mayor de nuestra lucha y la han enfrentado con firmeza, decisión y heroísmo. Importante también ha sido el apoyo de los pueblos indios de todo el país, de nuestros hermanos indígenas que nos han enseñado, nos han escuchado y nos han hablado. La sociedad civil nacional ha sido el factor fundamental para que las justas demandas de los zapatistas y de los indígenas de todo el país continúen por el camino de las movilizaciones pacíficas. La sociedad civil internacional ha sido sensible y ha tenido oídos y ojos atentos para que la respuesta a las exigencias no sean más muertes o prisiones. Las organizaciones políticas y sociales independientes nos han aceptado como hermanos y así nuestra resistencia se llenó de aliento. Todos nos han ayudado para resistir a la guerra, nadie para hacerla.

Hoy, con todos los que caminan dentro nuestro y a nuestro lado, decimos: ¡Aquí estamos! ¡Resistimos!

A pesar de la guerra que padecemos, de nuestros muertos y presos, los zapatistas no olvidamos por qué luchamos y cuál es nuestra principal bandera en la lucha por la democracia, la libertad y la justicia en México: la del reconocimiento de los derechos de los pueblos indios.

Por el compromiso hecho desde el primer día de nuestro alzamiento, hoy volvemos a poner en primer lugar, por encima de nuestro sufrimiento, por encima de nuestros problemas, por encima de las dificultades, la exigencia de que se reconozcan los derechos de los indígenas con un cambio en la Constitución Política de los Estados Unidos Mexicanos que les asegure a todos el respeto y la posibilidad de luchar por lo que les pertenece: la tierra, el techo, el trabajo, el pan, la medicina, la educación, la democracia, la justicia, la libertad, la independencia nacional y la paz digna.

VI.- Es la hora de los pueblos indios, de la sociedad civil y del Congreso de la Unión.

Hermanos y hermanas:

Habló ya la guerra su estridente ruido de muerte y destrucción.

Habló ya el gobierno y su máscara criminal.

Es el tiempo de que florezcan de nuevo en palabras las silenciosas armas que llevamos por siglos, es el tiempo de que hable la paz, es el tiempo de la palabra por la vida.

Es nuestro tiempo.

Hoy, con el corazón indígena que es digna raíz de la nación mexicana y habiendo escuchado ya todos la voz de muerte que viene en la guerra del gobierno, llamamos al Pueblo de México y a los hombres y mujeres de todo el planeta a unir con nosotros sus pasos y sus fuerzas en esta etapa de la lucha por la libertad, la democracia y la justicia, a través de esta...

Quinta Declaración de la Selva Lacandona.

En la que llamamos a todos los hombres y mujeres honestos a luchar por el...

RECONOCIMIENTO DE LOS DERECHOS DE LOS PUEBLOS INDIOS Y POR EL FIN DE LA GUERRA DE EXTERMINIO.

No habrá transición a la democracia, ni reforma del Estado, ni solución real a los principales problemas de la agenda nacional, sin los pueblos indios. Con los indígenas es necesario y posible un país mejor y nuevo. Sin ellos no hay futuro alguno como Nación.

Es esta la hora de los pueblos indios de todo México. Los llamamos para que, juntos, sigamos luchando por los derechos que la historia, la razón y la verdad nos han dado. Los llamamos para que, juntos y recogiendo la herencia de lucha y resistencia, nos movilizemos en todo el país y le hagamos saber a todos, por medios civiles y pacíficos, que somos la raíz de la Nación, su fundamento digno, su presente de lucha, su futuro incluyente. Los llamamos para que, juntos, luchemos por un lugar de respeto al lado de todos los mexicanos. Los llamamos para que, juntos, demostremos que queremos la democracia, la libertad y la justicia para todos. Los llamamos a exigir el ser reconocidos como parte digna de nuestra Nación. Los llamamos para que, juntos, detengamos la guerra que en contra de todos hacen los poderosos.

Es esta la hora de la Sociedad Civil Nacional y de las organizaciones políticas y sociales independientes. Es la hora de los campesinos, de los obreros, de los maestros, de los estudiantes, de los profesionistas, de los religiosos y religiosas consecuentes, de los periodistas, de los colonos, de los pequeños comerciantes, de los deudores, de los artistas, de los intelectuales, de los discapacitados, de los seropositivos, de los homosexuales, de las lesbianas, de los hombres, de las mujeres, de los niños, de los jóvenes, de los ancianos, de los sindicatos, de las cooperativas, de las agrupaciones campesinas, de las organizaciones políticas, de las organizaciones sociales. Los llamamos a que, junto a los pueblos indios y

a nosotros, luchemos contra la guerra y por el reconocimiento de los derechos indígenas, por la transición a la democracia, por un modelo económico que sirva al pueblo y no se sirva de él, por una sociedad tolerante e incluyente, por el respeto a la diferencia, por un país nuevo donde la paz con justicia y dignidad sea para todos.

Es esta la hora del Congreso de la Unión. Después de una larga lucha por la democracia, encabezada por los partidos políticos de oposición, hay en las cámaras de Diputados y Senadores una nueva correlación de fuerzas que dificulta las arbitrariedades propias del presidencialismo y apunta, con esperanza, a una verdadera separación e independencia de los poderes de la Unión. La nueva composición política de las cámaras baja y alta plantea el reto de dignificar el trabajo legislativo, la expectativa de convertirlo en un espacio al servicio de la Nación y no del presidente en turno, y la esperanza de hacer realidad el "Honorable" que antecede al nombre colectivo con que se conoce a senadores y diputados federales. Llamamos a los diputados y senadores de la República de todos los partidos políticos con registro y a los congresistas independientes, a que legislen en beneficio de todos los mexicanos. A que manden obedeciendo. A que cumplan con su deber apoyando la paz y no la guerra. A que, haciendo efectiva la división de Poderes, obliguen al Ejecutivo federal a detener la guerra de exterminio que lleva adelante en las poblaciones indígenas de México. A que, con pleno respeto a las prerrogativas que la Constitución Política les confiere, escuchen la voz del pueblo mexicano y sea ella la que los mande en el momento de legislar. A que apoyen con firmeza y plenitud a la Comisión de Concordia y Pacificación, para que esta comisión legislativa pueda desempeñar eficaz y eficientemente sus labores de coadyuvancia en el proceso de paz. A que respondan al llamado histórico que exige pleno reconocimiento a los derechos de los pueblos indios. A que contribuyan a crear una imagen internacional digna de nuestro país. A que pasen a la historia nacional como un Congreso que dejó de obedecer y servir a uno, y cumplió con su obligación de obedecer y servir a todos.

Es esta la hora de la Comisión de Concordia y Pacificación. Está en sus manos y habilidades el detener la guerra, cumplir lo que el Ejecutivo se niega a cumplir, abrir la esperanza de una paz justa y digna, y crear las condiciones para la convivencia pacífica de todos los mexicanos. Es la hora de hacer cumplir lealmente la ley dictada para el diálogo y la negociación en Chiapas. Es la hora de responder a la confianza que en esta Comisión depositaron, no sólo los pueblos indios que acudieron a la mesa de San Andrés, también el pueblo todo que exige el cumplimiento de la palabra empeñada, el alto a la guerra y la paz necesaria.

Esta es la hora de la lucha por los derechos de los pueblos indios, como un paso a la democracia, la libertad y la justicia para todos.

Como parte de esta lucha a la que llamamos en esta *Quinta Declaración de la Selva Lacandona* por el reconocimiento de los derechos indígenas y por el fin de la guerra, ratificando nuestro "Para todos todo, nada para nosotros", el EJERCITO ZAPATISTA DE LIBERACION NACIONAL anuncia que realizará directamente y en todo México una...

CONSULTA NACIONAL SOBRE LA INICIATIVA DE LEY INDIGENA DE LA COMISION DE CONCORDIA Y PACIFICACION Y POR EL FIN DE LA GUERRA DE EXTERMINIO.

Para esto nos proponemos llevar la iniciativa de ley de la Comisión de Concordia y Pacificación a una consulta nacional en todos los municipios del país para que todos los mexicanos y mexicanas puedan manifestar su opinión sobre dicha iniciativa. El EZLN enviará una delegación propia a cada uno de los municipios de todo el país para explicar el contenido de la iniciativa de Cocopa y para participar en la realización de la consulta. Para esto, el EZLN se dirigirá, en su oportunidad y públicamente, a la sociedad civil nacional y a las organizaciones políticas y sociales para hacerles saber la convocatoria expresa.

Llamamos a:

Los pueblos indios de todo México a que, junto a los zapatistas, se movilicen y se manifiesten exigiendo el reconocimiento de sus derechos en la Constitución.

Los hermanos y hermanas del Congreso Nacional Indígenas para que participen, juntos los zapatistas, en la tarea de consulta a todos los mexicanos y mexicanas sobre la iniciativa de ley de la Cocopa.

A los trabajadores, campesinos, maestros, estudiantes, ama de casa, colonos, pequeños propietarios, pequeños comerciantes y empresarios, jubilados, discapacitados, religiosos y religiosas, jóvenes, mujeres, ancianos, homosexuales y lesbianas, niños y niñas, para que, de manera individual o colectiva participen directamente con los zapatistas en la promoción, apoyo y realización de esta consulta, como un paso más a la paz con justicia y dignidad.

A la comunidad científica, artística e intelectual para que se sumen a los zapatistas en las tareas de organización de la consulta en todo el territorio nacional.

A las organizaciones sociales y políticas para que, con los zapatistas, trabajen en la realización de la consulta.

A los Partidos Políticos honestos y comprometidos con las causas populares para que otorguen todo el apoyo necesario a esta consulta nacional. Para esto, el EZLN se dirigirá, en su oportunidad y

públicamente, a las direcciones nacionales de los partidos políticos en México.

Al Congreso de la Unión para que asuma su compromiso de legislar en beneficio del pueblo, para que contribuya a la paz y no a la guerra apoyando la realización de esta consulta. Para esto, el EZLN se dirigirá, en su oportunidad y públicamente, a los coordinadores de las fracciones parlamentarios y a los legisladores independientes en las cámaras de Diputados y Senadores.

A la Comisión de Concordia y Pacificación para que, cumpliendo con sus labores de coadyuvancia en el proceso de paz, allane el camino para la realización de la consulta sobre su iniciativa. Para esto, el EZLN se dirigirá, en su oportunidad y públicamente, a los legisladores miembros de la Cocopa.

VII.- Tiempo de la palabra para la paz.

Hermanos y hermanas:

Ha pasado ya el tiempo en que la guerra del poderoso habló, no dejemos que hable más.

Es ya el tiempo de que hable la paz, la que merecemos y necesitamos todos, la paz con justicia y dignidad.

Hoy, 19 de julio de 1998, el Ejército Zapatista de Liberación Nacional suscribe esta Quinta Declaración de la Selva Lacandona. Invitamos a todos a conocerla, difundirla y a sumarse a los esfuerzos y tareas que demanda.

¡DEMOCRACIA!
¡LIBERTAD!
¡JUSTICIA!

Desde las montañas del Sureste Mexicano

Subcomandante Insurgente Marcos

Comité Clandestino Revolucionario Indígena-Comandancia General
del Ejército Zapatista de Liberación Nacional.

México, Julio de 1998.

Segunda Declaración de La Realidad

Palabras del Ejército Zapatista de Liberación Nacional en el acto de clausura del Primer Encuentro Intercontinental por la Humanidad y contra el Neoliberalismo.

Por mi voz habla la voz del Ejército Zapatista de Liberación Nacional.

La Realidad, Planeta Tierra. 3 de agosto de 1996.

Hermanos y hermanas de todo el mundo:

Hermanos y hermanas de Africa, América, Asia, Europa y Oceanía:

Hermanos y hermanas asistentes al Primer Encuentro Intercontinental por la Humanidad y contra el Neoliberalismo:

Bienvenidos a la Realidad Zapatista,

Bienvenidos a este territorio en lucha por la humanidad.

Bienvenidos a este territorio en rebeldía contra el neoliberalismo.

Los zapatistas saludamos a todos los asistentes a este encuentro. Aquí, en las montañas del sureste mexicano, cuando un colectivo saluda al que llega con palabra buena, lo aplaude. Les pedimos que todos nos saludemos y que todos saludemos a los hermanos y hermanas de las delegaciones de: Italia, Brasil, Gran Bretaña, Paraguay, Chile, Filipinas, Alemania, Perú, Argentina, Austria, Uruguay, Guatemala, Bélgica, Venezuela, Irán, Dinamarca, Nicaragua, Zaire, Francia, Haití, Ecuador, Grecia, Japón, Kurdistán, Irlanda, Costa Rica, Cuba, Suecia, Holanda, Sudáfrica, Suiza, España, Portugal, Estados Unidos, País Vasco, Turquía, Canadá, Puerto Rico, Bolivia, Australia, Mauritania, México.

Bienvenidos todos los hombres, mujeres, niños y ancianos de los cinco continentes que han respondido a la invitación de los indígenas zapatistas para buscar esperanza por la humanidad y contra el neoliberalismo.

Hermanos y hermanas:

Cuando este sueño que hoy despierta en La Realidad empezó a ser soñado por nosotros, pensamos que sería un fracaso. Pensamos que, tal vez, podríamos reunir aquí algunas decenas de personas de unos cuantos países. Nos equivocamos. Como siempre, nos equivocamos. No fueron algunas decenas, sino miles de seres humanos los que, desde los cinco continentes, vinieron a encontrarse en la realidad de finales del siglo XX.

La palabra que nació dentro de estas montañas, las montañas zapatistas, encontró oídos que le dieron cobijo, la cuidaron y la lanzaron de nuevo para que lejos llegara y diera la vuelta al mundo. La loca locura de una convocatoria a los cinco continentes para reflexionar críticamente sobre nuestro pasado, nuestro presente y nuestro futuro, encontró que no estaba sola en su delirio y, pronto, locuras de todo el planeta empezaron a trabajar en traer el sueño a reposar en la realidad, a lavarlo en el lodo, a crecerlo bajo la lluvia, a mojarlo bajo el sol, a hablarlo con el otro, a irlo dibujando, dándole forma y cuerpo.

Sobre lo ocurrido en estos días mucho se escribirá después. Hoy podemos decir que tenemos cuando menos una certeza. Un sueño soñado en los cinco continentes puede llegar a hacerse realidad en la realidad. ¿Quién podrá ahora decirnos que el soñar es hermoso pero inútil? ¿Quién podrá ahora argumentar que los sueños, por muchos que sean los soñadores, no pueden hacerse realidad?

¿Cómo se sueña la alegría en el Africa? ¿Qué maravillas caminan en el sueño europeo?

¿Cuántos mañanas encierra el sueño en el Asia? ¿Cuál es la música que baila el sueño americano? ¿Cómo habla el corazón que sueña en Oceanía?

¿A quién le importa cómo y qué se sueña aquí o en cualquier parte del mundo? ¿Quiénes son los que se atreven a convocar con su sueño a todos los sueños del mundo? ¿Qué pasa en las montañas del sureste mexicano que encuentra eco y espejo en las calles de Europa, los suburbios de Asia, los campos de América, los pueblos del Africa y las casas de Oceanía? ¿Qué pasa con las gentes de estos cinco continentes que, todo nos lo decía, sólo se encontraban unos con otros para hacerse la guerra o para competir? ¿No era este fin del siglo un sinónimo de desesperanza, de amargura y de cinismo? ¿De dónde y cómo llegaron todos estos sueños a la realidad?

Que hable Europa y cuente el largo puente de su mirada que cruzó el Atlántico y la historia para redescubriese en la realidad.

Que hable Asia y explique el gigantesco salto de su corazón para llegarse a latir en la realidad

Que hable Africa y describa el alargado navegar de su inquieta imagen para venir a reflejarse en la

realidad.

Que hable Oceanía y platique el multiplicado vuelo de su pensamiento para irse rebotando hasta reposarse en la realidad.

Que hable América y recuerde el agrandado sentimiento de su esperanza para llegar recordándose hasta renovarse en la realidad.

Que hablen los cinco continentes y que todos escuchen. Que la humanidad suspenda un momento su silencio de vergüenza y angustia. Que hable la humanidad. Que la humanidad escuche que...

En el mundo de ellos, los que en el Poder viven y por el Poder matan, no cabe el ser humano. No hay espacio para la esperanza, no hay lugar para el mañana. Esclavitud o muerte es la alternativa que el mundo de ellos ofrece a todos los mundos. El mundo del dinero, el mundo de ellos, gobierna desde las bolsas de valores. La especulación es hoy la principal fuente de enriquecimiento y, al mismo tiempo, la mejor muestra de atrofia de la capacidad de trabajo del ser humano. Ya no es necesario el trabajo para producir riqueza, ahora sólo se necesita la especulación.

Crímenes y guerras se realizan para que las bolsas de los valores mundiales sean saqueadas por unos o por otros.

Mientras tanto, millones de mujeres, millones de jóvenes, millones de indígenas, millones de homosexuales, millones de seres humanos de todas las razas y de todos los colores, sólo participan en los mercados financieros como devaluada moneda siempre a la baja, la moneda de su sangre produciendo ganancias.

Globalización de los mercados es borrar fronteras a la especulación y el crimen, y multiplicarlas para los seres humanos. Los países son obligados a borrar sus fronteras con el exterior en lo que se refiere a la circulación del dinero, pero se multiplican las fronteras internas.

El neoliberalismo no convierte a los países en uno sólo, convierte a los países en muchos países.

La mentira de la unipolaridad y la internacionalización, se convierte en una pesadilla de guerra, una guerra fragmentada una y otra vez, tantas veces como son pulverizadas las naciones. En este mundo que el Poder globaliza para evitarse obstáculos en su guerra de conquista, los gobiernos nacionales se convierten en suboficiales militares de una nueva guerra mundial en contra de la humanidad.

De la estúpida carrera armamentista nuclear, destinada a aniquilar a la humanidad de un sólo golpe y con el arma nuclear, se ha pasado a la absurda militarización de todos los aspectos de la vida de las sociedades nacionales, militarización destinada a aniquilar a la humanidad en muchos golpes, en muchas partes y de muchas formas. Los antes llamados "ejércitos nacionales" se convierten en simples unidades de un ejército mayor, ése que el neoliberalismo arma y dirige en contra de la humanidad. El fin de la llamada "guerra fría" no frenó el armamentismo en el mundo, sólo cambió el modelo de la mercancía mortal: armas de todos los tamaños y para todos los gustos criminales. Se arman cada vez más no sólo los ejércitos llamados "institucionales", también lo hacen los ejércitos que el narcotráfico construye para asegurar su imperio. Más o menos rápidamente, las sociedades nacionales se militarizan y los ejércitos supuestamente creados para guardar fronteras de un enemigo externo, voltean los cañones de sus fusiles y los dirigen hacia dentro.

No es posible que el neoliberalismo se haga realidad en el mundo sin el argumento de muerte que ofrecen los ejércitos institucionales y privados, sin la mordaza que ofrecen las cárceles, sin los golpes y asesinatos que ofertan militares y policías. Represión nacional es la premisa necesaria para la globalización que el neoliberalismo impone.

Mientras más avanza el neoliberalismo como sistema mundial, más crece el armamento y el número de efectivos de los ejércitos y policías nacionales. También crecen el número de presos, desaparecidos y asesinados en los distintos países.

Una guerra mundial, la más brutal, la más completa, la más universal, la más efectiva.

Cada país, cada ciudad, cada campo, cada casa, cada persona, todo es un campo de batalla más o menos grande. De un lado está el neoliberalismo con todo su poder represivo y toda su maquinaria de muerte; del otro lado está el ser humano.

Hay quien se conforma con ser un número más en la gigantesca bolsa del Poder. Hay quien se conforma con ser esclavo. Con cinismo camina la escala horizontal del esclavo que es también amo de otros esclavos. A cambio de malvivir y de las migajas que el Poder le otorgue, hay quien se vende, se conforma, se rinde. En cualquier parte del mundo hay esclavos que se dicen felices de serlo. En cualquier parte del mundo hay hombres y mujeres que dejan de ser humanos y ocupan su lugar en el gigantesco mercado de dignidades.

Pero hay quien no se conforma, hay quien decide ser incómodo, hay quien no se vende, hay quien no se rinde. Hay, en todo el mundo, quien se resiste a ser aniquilado en esta guerra. Hay quien decide pelear.

En cualquier lugar del mundo, en cualquier tiempo, un hombre o una mujer cualquiera se rebela y termina por romper con la ropa que el conformismo le ha tejido y que el cinismo le ha coloreado de gris. Un Hombre o una mujer cualquiera, de cualquier color y en una lengua cualquiera, dice y se dice "¡Ya Basta!".

Ya basta a la mentira. Ya basta al crimen. Ya basta a la muerte.

"Ya basta de guerra", dice y se dice un hombre o una mujer cualquiera.

En cualquier parte de cualquiera de los cinco continentes, un hombre o una mujer cualquiera se empeña en resistir al Poder y en construir un camino propio que no implique perder la dignidad y la esperanza.

Un hombre o una mujer cualquiera decide vivir y luchar su parte de historia. Ya no más que el Poder le dicte los pasos, ya nomás que el Poder le administre la vida y le decida la muerte.

Un hombre o una mujer cualquiera responde a la muerte con la vida. Y a la pesadilla le responde soñando y peleando contra la guerra, contra el neoliberalismo, por la humanidad...

Por luchar por un mundo mejor todos nosotros estamos cercados, amenazados de muerte. El cerco se reproduce globalmente. En cada continente, en cada país, en cada provincia, en cada ciudad, en cada campo, en cada casa el cerco de guerra del Poder se cierra en contra de los rebeldes que la humanidad agradece siempre.

Pero los cercos se rompen. En cada caso en cada campo en cada ciudad, en cada provincia, en cada país, en cada continente, los rebeldes que la historia de la humanidad repite en todo su trayecto para asegurarse la esperanza, luchan y el cerco se agrieta.

Los rebeldes se buscan entre sí. Se caminan unos hacia los otros. Se encuentran y, juntos, rompen otros cercos. En el campo y en la ciudad, en las provincias, en las naciones, en los continentes, los rebeldes empiezan a reconocerse, a saberse iguales y diferentes. Siguen en su fatigoso andar, caminan como hay que caminar ahora, es decir, luchando...

Una realidad les habló entonces. Rebeldes de los cinco continentes la escucharon y se echaron a andar.

Para llegar hasta la realidad intercontinental, cada uno ha tenido que hacer su propio camino. Desde los cinco brazos de la estrella mundial ha llegado a la realidad el paso de hombres y mujeres cuya palabra digna buscaba el lugar para ser hablada y escuchada, el lugar del encuentro.

Hubo que romper muchos cercos para llegar a romper el cerco de la realidad. Hay cercos diferentes. En el nuestro hay que pasar policías, aduanas, tanques, cañones, trincheras, aviones, helicópteros, lluvia, lodo, insectos. Cada uno de los rebeldes de los cinco continentes tiene su propio cerco, su lucha propia y un cerco roto que agrega a la memoria de otros rebeldes.

Así se inició este encuentro intercontinental. Se inició en todos los continentes, en todos los países, en todos los lugares donde un hombre o una mujer cualquiera empezaron a decir y decirse "¡Ya Basta!"

¿Quién puede decir en qué lugar preciso, y la fecha y la hora exactas en que se inició este encuentro intercontinental por la humanidad y contra el neoliberalismo?. No lo sabemos. Pero sí sabemos quiénes los iniciaron. Lo comenzaron todos los rebeldes de todo el mundo. Aquí sólo estamos una pequeña parte de esos rebeldes, es cierto. Pero a los distintos cercos que rompen todos los días todos los rebeldes del mundo, ustedes han sumado uno más la ruptura del cerco contra la realidad zapatista.

Para lograrlo, debieron luchar en contra de sus respectivos gobiernos y luego enfrentarse al cerco de papeles y trámites con el que el gobierno mexicano pretendía detenerlos. Todos ustedes son luchadores y luchadoras, rompedores de cercos de todo tipo. Por eso lograron llegar hasta la realidad. Tal vez ustedes no alcancen a ver lo grande de su hazaña, pero nosotros sí la vemos.

Por eso queremos pedirles disculpas por la estupidez del gobierno mexicano que, por medio de sus agentes de migración, ha hecho todo lo posible por impedir su llegada a las tierras zapatistas. Estos agentes de la idiotez hecha gobierno, piensan todavía que son necesarios los pasaportes y los permisos para hablar y escuchar la dignidad. Estamos seguros de que todos ustedes sabrán comprender por qué la imbecilidad cree que la nacionalidad divide a los seres humanos. Les pedimos que los perdonen. Después de todo, tenemos que agradecerle al gobierno mexicano que nos haya recordado que somos diferentes, aunque lo haya hecho con esa pobre exhibición. Pero también hay que agradecerles a las comunidades indígenas que nos recibieron estos días, el que nos hayan recordado que somos iguales.

Por eso los zapatistas nos hemos propuesto luchar por un mejor gobierno aquí en México. Luchamos por tener un gobierno que sea un poco inteligente y que entienda que la dignidad no sabe de pasaportes, visas y otras ridiculeces. En esto estamos ahora y es seguro que lo lograremos.

Pero mientras eso ocurre, a nombre de las comunidades indígenas, los pedimos de favor que, cuando pasen por los retenes de migración a su regreso, feliciten al gobierno mexicano por el éxito obtenido en el cerco en contra de un movimiento indígena rebelde que, como es evidente, sólo tiene influencia en 4

municipios del suroriental estado mexicano de Chiapas.

Algunos de los mejores rebeldes de los cinco continentes llegaron a las montañas del sureste mexicano. Todos trajeron muchas cosas. Trajeron palabras y oídos. Trajeron sus ideas, sus corazones, sus mundos. Al encontrarse con otras ideas, con otras razones, con otros mundos, a eso se llegaron a la realidad.

Un mundo hecho de muchos mundos se encontró estos días en las montañas del sureste mexicano. Un mundo hecho de muchos mundos se abrió espacio y conquistó su derecho a ser posible, levantó la bandera de ser necesario, se clavó en medio de la realidad de la Tierra para anunciar un futuro mejor. Un mundo de todos los mundos que se rebelan y resisten al Poder, un mundo de todos los mundos que habitan este mundo oponiéndose al cinismo, un mundo que lucha por la humanidad y contra el neoliberalismo. Este fue el mundo que vivimos en estos días, éste es el mundo que encontramos aquí...

Este encuentro no termina en la realidad. Sólo ocurre que debe ahora buscar un lugar para seguir adelante.

Pero, ¿qué sigue?

¿Un nuevo número en la inútil numeración de las numerosas internacionales?

¿Un nuevo esquema que tranquilice y que alivie la angustia por la falta de recetas?

¿Un programa mundial para la revolución mundial

¿Una teorización de la utopía para que siga manteniendo su prudente distancia de la realidad que nos angustia?

¿Un organigrama que nos asegure a todos un puesto, un cargo, un nombre y ningún trabajo?

Sigue el eco, la imagen reflejada de lo posible y olvidado: la posibilidad y necesidad de hablar y escuchar.

No el eco que se apaga paulatinamente o la fuerza que decrece después de su punto más alto.

Sí el eco que rompa y continúe.

El eco de lo propio pequeño, lo local y particular, reverberando en el eco de lo propio grande, lo intercontinental y galáctico.

El eco que reconozca la existencia del otro y no se encime o intente enmudecer al otro.

El eco que tome su lugar y hable su propia voz y hable la voz del otro.

El eco que reproduzca el propio sonido y se abra al sonido del otro.

El eco de esta voz rebelde transformándose y renovándose en otras voces.

Un eco que se convierte en muchas voces, en una red de voces que, frente a la sordera del Poder, opte por hablarse ella misma sabiéndose una y muchas, conociéndose igual en su aspiración a escuchar y hacerse escuchar, reconociéndose diferente en las tonalidades y niveles de las voces que la forman.

Una red de voces que resisten a la guerra que el Poder les hace.

Una red de voces que no sólo hablen, también que luchen y resistan por la humanidad y contra el neoliberalismo.

Una red de voces que nace resistiendo, reproduciendo su resistencia en otras voces todavía mudas o solitarias.

Una red que cubra los cinco continentes y ayude a resistir la muerte que nos promete el Poder.

Sigue una gran bolsa de voces, sonidos que busquen su lugar cabiendo con los otros.

Sigue la gran bolsa rota que guarda lo mejor de sí misma y se abre para lo mejor que se nace y crece.

Sigue la bolsa espejo de voces, el mundo en el que los sonidos puedan ser escuchados separados, reconociendo su especificidad, el mundo en el que los sonidos puedan incluirse en un solo gran sonido.

Sigue la reproducción de resistencias., el no estoy conforme, el soy rebelde.

Sigue el mundo con muchos mundos que el mundo necesita

Sigue la humanidad reconociéndose plural, diferente, incluyente, tolerante consigo misma, con esperanza.

Sigue la voz humana y rebelde consultada en los cinco continentes para hacerse red de voces y de resistencias.

Sigue la voz de los todos que somos, la voz que habla ésta...

Segunda declaración de la Realidad por la Humanidad y contra en Neoliberalismo

Hermanos y hermanas de Africa, Asia, América y Europa y Oceanía:

Considerando que nosotros y nosotras estamos:

Contra la internacional de la muerte, contra la globalización de la guerra y el armamento.

Contra la dictadura, contra el autoritarismo, contra la represión.

Contra las políticas de liberalización económica, contra el hambre, contra la pobreza, contra el robo, contra la corrupción.

Contra el patriarcado, contra la xenofobia, contra la discriminación, contra el racismo, contra el crimen, contra la destrucción del medio ambiente, contra el militarismo.

Contra la estupidez, contra la mentira, contra la ignorancia.

Contra la esclavitud, contra la intolerancia, contra la injusticia, contra la marginación, contra el olvido.

Contra el neoliberalismo.

Considerando que nosotros y nosotras estamos:

Por la internacional de la esperanza, por la paz nueva, justa y digna.

Por la nueva política, por la democracia, por las libertades políticas.

Por la justicia, por la vida y el trabajo dignos.

Por la sociedad civil, por plenos derechos para las mujeres en todos los aspectos, por el respeto a los ancianos, jóvenes y niños, por la defensa y protección del medio ambiente.

Por la inteligencia, por la cultura, por la educación, por la verdad.

Por la libertad, por la tolerancia, por la inclusión, por la memoria.

Por la humanidad.

Declaramos:

Primero. Que haremos una red colectiva de todas nuestras luchas y resistencias particulares. Una red intercontinental de resistencia contra el neoliberalismo, una red intercontinental de resistencia por la humanidad.

Esta red intercontinental de resistencia buscará, reconociendo diferencias y conociendo semejanzas, encontrarse con otras resistencias en todo el mundo. Esta red intercontinental de resistencia será el medio en que las distintas resistencias se apoyen unas a otras. Esta red intercontinental de resistencia no es una estructura organizativa, no tiene centro rector ni decisorio, no tiene mando central ni jerarquías. La red somos los todos que resistimos

Segundo. Que haremos una red de comunicación entre todas nuestras luchas y resistencias. Una red intercontinental de comunicación alternativa contra el neoliberalismo, una red intercontinental de comunicación alternativa por la humanidad.

Esta red intercontinental de comunicación alternativa buscará tejer los canales para que la palabra camine todos los caminos que resisten. Esta red intercontinental de comunicación alternativa será el medio para que se comuniquen entre sí las distintas resistencia.

Esta red intercontinental de comunicación alternativa no es una estructura organizativa, no tiene centro rector ni decisorio, no tiene mando central ni jerarquías. La red somos los todos los que nos hablamos y escuchamos.

Esto declaramos:

Hablar y escuchar por la humanidad y contra el neoliberalismo. Resistir y luchar por la humanidad y contra el neoliberalismo.

Para el mundo entero: ¡Democracia!, ¡Libertad!, ¡Justicia! Desde cualquier realidad de cualquier

continente.

Hermanos y hermanas:

No proponemos que los que estamos presentes firmemos esta declaración y que este encuentro termine hoy.

Nosotros proponemos que el encuentro intercontinental por la humanidad y contra el neoliberalismo continúe en cada continente en cada país, en cada campo y ciudad, en cada casa, escuela o trabajo en el que vivan seres humanos que quieran un mundo mejor.

Las comunidades indígenas nos han enseñado que para resolver un problema, no importa lo grande que éste sea, es siempre bueno consultar a los todos que somos. Por eso nosotros proponemos que se realice una consulta intercontinental sobre esta declaración. Proponemos que esta declaración se distribuya en todo el mundo y se lleve a cabo, cuando menos en todos los países que asistieron, una consulta con la siguiente pregunta:

¿Estás de acuerdo en suscribir la "Segunda Declaración de La Realidad por la Humanidad y contra el Neoliberalismo"?

Nosotros proponemos que esta "Consulta Intercontinental por la Humanidad y contra el Neoliberalismo" se realice en los cinco continentes durante la primera quincena del mes de diciembre de 1996.

Nosotros proponemos que esta consulta la organicemos de la misma forma en que se organizó este encuentro, que todos los que asistimos y los que no pudieron asistir pero nos acompañaron desde lejos en este encuentro, organicemos y realicemos la consulta. Proponemos que hagamos uso de todos los medios posibles e imposibles para consultar al mayor número de seres humanos en los cinco continentes. La consulta intercontinental es parte de la resistencia que organizamos y una forma de hacer contactos y encuentros con otras resistencias. Parte de una nueva forma de hacer política en el mundo, eso quiere ser la consulta intercontinental.

No sólo eso. También proponemos que llamemos, ya al Segundo Encuentro Intercontinental por la Humanidad y contra el Neoliberalismo.

Proponemos que se lleve a cabo en la segunda mitad del año de 1997 y que el continente europeo sea la sede. Proponemos que la fecha precisa y el lugar del encuentro sea definido por los hermanos y hermanas de Europa en alguna reunión que tengan ellos después de este primer encuentro.

Esperamos todos que haya este segundo encuentro intercontinental y que sea, por supuesto, en otro continente. Cuando este segundo encuentro se realice, veremos la forma, y lo queremos dejar claro desde ahora, de participar directamente, sin importar el lugar en el que se lleve a cabo.

Hermanos y hermanas:

Seguimos siendo incómodos. Es falso lo que los teóricos del neoliberalismo nos dicen: que todo está bajo control, incluso lo que no está bajo control.

No somos la válvula de escape a la rebeldía que puede desestabilizar al neoliberalismo. Es falso que nuestra existencia rebelde legitima al Poder.

El Poder nos teme. Por eso nos persigue y nos cerca. Por eso nos encarcela y nos mata.

En realidad somos una posibilidad que lo puede derrotar y hacerlo desaparecer.

Tal vez no somos muchos, pero somos hombres y mujeres que luchamos por la humanidad, que luchamos contra el neoliberalismo.

Somos hombres y mujeres que luchamos en todo el mundo.

Somos hombres y mujeres que queremos para los cinco continentes:

¡Democracia!
¡Libertad!
¡Justicia!

Desde las montañas del sureste mexicano.

*Comité Clandestino Revolucionario Indígena-Comandancia General
del Ejército Zapatista de Liberación Nacional.*

La Realidad planeta Tierra, agosto de 1996.

ANEXOS

CENTRO DE MÍDIA INDEPENDENTE

- 1 Dois anos de CMI Global, um ano de CMI Brasil
- 2 Documento: Primeira matéria postada no CMI Seattle
- 3 Documento: Primeira matéria postada no CMI Brasil



- sobre o cmi
- ajuda
- contato
- seja voluntário
- política editorial

- notícias
- publique

português | espanhol
english | esperanto

Outras mídias

Brad Will
Oaxaca 27.10.2006

rádio cmi

impressos

vídeos e documentários

Dois anos de CMI Global, um ano de CMI Brasil

Por Harpo 23/12/2001 às 03:59

Hoje, dia 23 de dezembro, completa exatamente um ano que o site do Centro de Mídia Independente do Brasil foi ao ar. Completou também, mês passado, dois anos de existência da rede global Centro de Mídia Independente. Criada para cobrir os eventos relacionados à reunião da Organização Mundial do Comércio, em novembro de 1999, o CMI se espalhou hoje pelo mundo, com mais de 70 sites em mais de 30 países, nos cinco continentes.

Para a rede global, foram muitos desafios e conquistas nos últimos dois anos. O CMI se estabeleceu como uma sólida rede de informações alternativas baseada no princípio da publicação aberta e do combate à propriedade intelectual. O CMI foi indicado para um webby award (o "Oscar" da internet) e, numa reportagem da NPR, (rede pública de rádio dos EUA), o CMI foi apontado como uma das únicas 5 organizações de mídia que conseguiram ser bem sucedidas na internet, junto com Yahoo, AOL, Altnet e Slashdot. No último ano, foram feitas coberturas extensas sobre os mais diversos assuntos: o Fórum Econômico Mundial, o Fórum Social Mundial, a Cúpula das Américas, a Caravana Zapatista, o encontro do G8, o encontro da OMC, o conflito árabe-palestino, a guerra no Afeganistão e a crise na Argentina, entre outros. Tivemos também vários problemas com as "autoridades" em função da nossa independência: ameaças na Argentina, dois processos movidos pelo FBI nos Estados Unidos e, em toda parte, muitos voluntários presos. Mas foi também uma história de conquistas, com muitos documentários produzidos, programas para rádio, jornais e um programa para TV. Conseguimos marcas elevadas de acesso: um milhão e meio de acessos durante a cobertura da Cúpula das Américas em Québec e mais de cinco milhões de acessos durante a cobertura dos protestos contra o G8 em Gênova.

No Brasil também tivemos um ano intenso. Fizemos uma cobertura extensa do Fórum Social Mundial, do impacto da ALCA sobre as pessoas e o meio ambiente, do movimento sem-terra e sem teto e dos protestos contra a Cúpula das Américas, o G8, o Banco Mundial, o FMI e a OMC. Produzimos dois documentários, um sobre o protesto contra a ALCA em São Paulo e outro sobre a ocupação Anita Garibaldi, a maior ocupação urbana da América Latina. Publicamos um jornal impresso, o "Ação Direta", com dez mil cópias distribuídas gratuitamente e iniciamos uma web rádio que cobriu eventos no decorrer do ano. Para o começo do próximo ano temos vários projetos: um novo número do jornal "Ação Direta", a inauguração em São Paulo de um cyber café e o início de nossa primeira rádio convencional. Apesar de todas as dificuldades, da falta de dinheiro, da falta de estrutura, dos voluntários presos e feridos em manifestações, gostaríamos de reiterar nosso compromisso com a construção de uma sociedade livre, igualitária e com respeito ao meio ambiente. Que o próximo ano seja ainda mais intenso.

Publique!

Publique o seu vídeo, áudio, imagens e textos diretamente do seu navegador.

Notícias

Cobertura imediata dos acontecimentos ligados aos novos movimentos.

Política Editorial

Saiba sobre a política de publicação do CMI.

Seja um voluntário

Participe desse projeto de democratização da mídia.

Contato

Mande sua mensagem para nós.

Ajuda

Como publicar as suas notícias em diferentes formatos.

Sobre o CMI

Conheça os princípios do Centro de Mídia Independente.

Bate-papo do CMI

Acesse a nossa sala de bate-papo. "Saiba como".

Apoie o Indymedia

Conheça os outros projetos do CMI e contribua com a mídia independente.

Artigos Escondidos

Matérias repetidas, sem conteúdo ou que violam a Política Editorial.

Receba o boletim do cmi

Seu e-mail

DOCUMENTO: Primeira matéria postada no CMI Seattle (tradução)

bemvindo à midiaindependente
http://www.seattle.indymedia.org/front.php3?article_id=2&group=webcast
24 de Novembro de 1999

por maffew e manse

A resistência é global... uma colaboração trans-oceânica permitiu a criação desse site.

A internet altera dramaticamente o equilíbrio entre a mídia multinacional e a mídia ativista. Com apenas um pouco de programação e um equipamento barato, podemos criar um site com atualização ao vivo que não deve nada aos sites das grandes empresas. Prepare-se para ser engolido por uma avalanche de ativistas de mídia

Enviar

Busca

Encontre

Palavras

todas

- com imagens
- com áudio
- com vídeo

Busca

CMIs

www.indymedia.org

Projetos da Rede Global

impresso
rádio
tv (newsreal)
vídeo

Tópicos
biotecnologia

África
áfrica do sul
amazônia
estreito de gibraltar
ilhas canárias
nigéria
quênia

América Latina

argentina
bolívia
brasil
chiapas (mex)
chile
chile, sul
colômbia
equador
méxico
peru
porto rico
qollasuyu (bol)
rosário (arg)
santiago (chi)
tijuana (mex)
uruguai
valparaíso (chi)

América do Norte

canadá
hamilton
maritimes
montreal
ontário
ottawa
quebec
thunder bay
vancouver
victoria
windsor
winnipeg
estados unidos
arizona
arkansas
atlanta
austin
baía de são francisco
baía de tampa
baltimore
binghamton
boston
búfalo
carolina do norte
charlottesville
chicago
cleveland

direto de Seattle e de todos os lugares do mundo contando a verdadeira história por trás da Organização Mundial de Comércio.

DOCUMENTO: Primeira matéria postada no CMI Brasil

Dia Sem Compras em BH
http://www.midiaindependente.org/front.php3?article_id=3&group=webcast
23 de Dezembro de 2000

por Toya

Manifestantes do "dia sem compras foram surpreendidos pelos seguranças do Shopping Cidade enquanto se preparavam para montar a "barracinha do cafezinho". Os seguranças chegaram batendo em qualquer pessoa que viesse pela frente, inclusive clientes do próprio Shopping Center.

Hoje, 23 de dezembro, foi o dia escolhido para comemorar o Dia Sem Compras, manifestação que critica o consumismo e a cultura capitalista. Em Belo Horizonte, a manifestação estava programada para ter bastantes performances, teatro, distribuição de comida vegan, uma barraca onde serviriam café, etc.

Ao meio dia, os manifestantes começaram a distribuir panfletos e fazer performances em frente ao Shopping Cidade no centro. Tudo levava a crer que seria uma manifestação bastante divertida e pacífica. Até o momento que a "barraca do cafezinho" começou a ser montada. Nesse instante, uma fileira de seguranças do Shopping se posicionou em frente. E com uma ordem de "bater em todo mundo e tirar eles dali" dada pelo chefe dos seguranças, eles começaram a atacar qualquer pessoa que vinha pela frente. Chegaram a empurrar uma mulher que vinha saindo do shopping com a sua filhinha no colo e deram um soco no ouvido de um cliente que passava ali naquele momento.

Eles aproveitaram os ferros da barraca e os usaram como armas contra os manifestantes. Um deles chegou a ter o seu braço quebrado em três lugares. Vários manifestantes ficaram feridos. A população que assistia tudo da calçada ficou revoltada com a ação dos seguranças e começou a protestar espontaneamente.

A polícia chegou e fez o seu papel. Levaram os feridos pro pronto socorro e anotaram ocorrências... Tudo melhorou depois que chegaram os advogados. Foi aberto um processo contra os seguranças e futuramente deverá ser aberto outro contra o Shopping.

Os manifestantes se reuniram depois do incidente e pegaram a comida, o café, cartazes, etc. e voltaram pra frente do Shopping, onde permaneceram o resto da tarde, terminando o ato pacificamente. O que restou aos seguranças foi assistir a tudo, do lado de dentro do shopping, sem poder fazer nada.

✉ Email:: contato@midiaindependente.org

🌐 URL:: <http://>

>>Adicione um comentário

Comentários

Viva o CMI!!!

Leandro salem 23/12/2001 06:20

✉ leandro.salem@hotmail.com

Viva o CMI!!!Viva a resistência global!!!enquanto "eles"se reúnem para globalizar o capital,nos globalizamos a cultura,o respeito ao meio-ambiente,aos povos e nos mesmos. O CMI foi uma injeção de animo na vida de milhares de pessoas que já estavam meio desanimadas. Este site já é obrigatorio para eu acessar quando entro na internet.Muitos grupos esta surgindo a partir dessa uniao em torno do CMI,muitas trefas rolando infelizmente,mas isso é necessario para que mais tarde o movimento se solidifique e todos que realmente pensam na liberdade,e nao em jogos políticos,possam chegar a um acordo.Esse é o primeiro ano de muitos (talvez sejam muitos mesmo,pois nao vai ser tao dificil assm se livrar do capital) A guerra fria criou

colorado
columbo
danbury, ct
estados unidos
filadélfia
hampton roads, va
havaí
houston
hudson mohawk
idaho
illinois, sul
ítaca
kansas city
los angeles
madison
maine
massachusetts, oeste
miami
michigan
milwaukee
mineápolis/st. paul
nova hampshire
nova iorque
nova jérsei
nova orleans
novo méxico
oklahoma
omaha
pittsburgh
portland
richmond
rochester
roque valley
saint louis
san diego
santa bárbara
santa cruz, ca
são francisco
seattle
tallahassee
tennessee
texas, norte
urbana-champaign
utah
vermont
washington, dc
worcester

Ásia

burma
índia
jacarta (ins)
japão
manila (fil)
mumbai (ind)
quezon (fil)

Europa

alemanha
alicante (esp)
andorra
antuérpia (bel)
armênia
atenas (gre)
áustria
barcelona (esp)
bélgica
belgrado (scg)
bielorrússia
bristol (ing)
bulgária
chipre
croácia
escócia
estreito de gibraltar
euskal herria/país basco
fiandres ocidental (bel)
fiandres oriental (bel)
galiza
grenoble (fra)
holanda
hungria
irlanda
istambul (tur)
itália
la plana (esp)
liege (bel)
lille (fra)
madri (esp)
malta
marselha (fra)

a internet para fim destrutivos,a mídia e as empresas para ganhar dinheiro, e nós para nos orgnizarmos e lutar!!!

-----Valeu CMI!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!-----

1 ano de história, próximo ano construindo história, Viva a Liberdade CMI!!!

proudhonmestico 23/12/2001 09:12

✉ proudhonmestico@bol.com.br

Um lugar onde podemos realmente ler matérias sobre o que está contecendo no mundo. Um lugar onde as idéias são tantas mas com uma linha mestra: LIBERDADE! CMI significa muito mais que um site, significa a legitimidade do individuo em afirmar uma posição, combater uma posição e mudar de posição se assim for...Continuaremos a luta, continuaremos cantando, continuaremos informando, pois enquanto estivermos realizando liberdade o CMI contará mais uma história...meus parabens as pessoas que construíram o site, que deram um pedaço de sí para que eu escreva isto, pois liberdade é isto, solidariedade. MUITO OBRIGADO, CMI!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!CONTINUAREMOS!

1 ano é só o começo.

Suspiro. 23/12/2001 10:54

O CMI está engatinhando, daqui a pouco começa a falar!
O que quero dizer é que ainda é uma idéia muito nova embora seja muito robusta. Temos muito trabalho mesmo pela frente.
Felicidades, saúde e coragem a todos que compartilham com esse projeto.
Viva a sociedade livre, criativa, auto sustentável e auto gestionável, sem líderes e menos injusta.
Não sei se vamos usufruir do que mais esperamos mas estamos dando um imenso passo.
Que tudo isto seja singular, original e transborde união para todo o bem comum a todos.
Com muito respeito e que toda repressão do Estado vá pra puta que o pariu.

Parabens

SANDRO 23/12/2001 15:52

✉ sandro-hist@bol.com.br

Gostaria de expressar a minha admiração pelo CMI,enquanto espaço democratico para a troca de ideias e informações.

Viva a midai alternativa e união contra o capitalismo! Força!

Possibilidade

Possibilidade 24/12/2001 07:57

Fiquei muito feliz ao encontrar este site indicado por um amigo. Superou todas as minhas expectativas. É como uma possibilidade.Uma nova variável.É claro que não sou e não somos ingênuos o suficiente para achar que o espírito, o âmago, a maneira pela qual esta empreitada é executada é nova, assim como não será nova a resposta dos mais fortes. E é isso que me deixa mais feliz. Não é o caso de pensar-"Ainda conseguiremos"- e sim -"Estamos conseguindo".
Para isso um tópico principal, que deve ser a tônica do seu site e de sua luta, deve ser juntar forças. Tanto dentro da net como fora dela. A senso de comunidade foi esquecido deixando muita força espalhada por aí.
Muito agradecido pelo ânimo que me trouxeram.

meu e-mail

Possibilidade 24/12/2001 08:42

✉ insubmisso@hotmail.com

meu e-mail

nantes (fra)
nice (fra)
noruega
paris/ilha-de-frança (fra)
polônia
portugal
reino unido
romênia
rússia
suécia
suíça
tessalônica (gre)
toulouse (fra)
ucrânia
valência

Oceania
adelaide (aus)
aotearoa/nova zelândia
brisbane (aus)
burma
darwin (aus)
jacarta (ins)
manila (fil)
melbourne (aus)
oceania
perth (aus)
quezon (fil)
sydney (aus)

Oriente Médio
armênia
beirute (lin)
israel
palestina

Processo
discussão
faq da indymedia
fbi/situação legal
listas de discussão
processo & docs
técnico
voluntários

365 dias resistindo!!!

Latuff 24/12/2001 09:17

✉ latuff@uninet.com.br

O Centro de Mídia Independente tem se apresentado não apenas como alternativa a mídia títtere mas também como incentivo a criação e implementação de novas formas de comunicação, isentas de interesses excusos. A remuneração dos muitos jovens anônimos que fazem o CMI não se traduz em salários, cargos ou quaisquer tipo de benesses, e sim na certeza de caminhar no sentido contrário ao da desinformação e da ignorância.

Cada um de nós, um repórter.
Cada um de nós, independente.
Cada um de nós, livre!

www.moozz.hpg.com.br

Kiko 16/01/2002 23:17

Acho importante destacar as iniciativas independentes que ocorrem fora do mundo da política, nas manifestações culturais. Tem um tal <http://www.moozz.hpg.com.br> que fala de umas bandas bem no nosso espírito. Liberdade é independência.

essa eu não sabia

Tacio 26/12/2004 04:28

Caralho!
Surpreendente pra mim essa primeira matéria postada no ((i)) Brasil. Supimpa, formidável!
Boa Toya!

© Copyleft <http://www.midiaindependente.org>:
É livre a reprodução para fins não comerciais, desde que o autor e a fonte sejam citados e esta nota seja incluída.